

MARIA APARECIDA DE SOUZA BREMER

O CURSO DE MAGISTÉRIO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 1983-1990: UM ESTUDO COMPARATIVO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Monografia apresentada como
requisito para Conclusão do
Curso de Especialização em
Administração e Planejamento
da Educação Pública do Brasil

Coordenado pela Professora
Maria Dativa de Salles Gonçalves

CURITIBA

1992

MARIA APARECIDA DE SOUZA BREMER

O CURSO DE MAGISTÉRIO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO
ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 1983-1990: UM ESTUDO COMPARATIVO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

CURITIBA

1992

"Eu pertencço à fecundidade
e crescerei enquanto crescem as vidas:
sou jovem com a juventude da água,
sou lento com a lentidão do tempo,
sou puro com a pureza do ar,
escuro com o vinho da noite
e só estarei imóvel quando seja
tão mineral que não veja nem escute,
nem participe do que nasce e cresce.

Quando escolhi a selva
para aprender a ser,
folha por folha,
estendi as minhas lições
e aprendi a ser raiz, barro profundo
terra calada, noite cristalina,
e pouco a pouco mais, toda a selva."

NERUDA, Pablo. O Caçador de Raízes - o que
nasce comigo. Intr. Antologia Poética. 4ª
ed. Trad. Eliana Zagury. Rio de Janeiro.
José Olímpio, 1976 - p. 232-3.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	iv
INTRODUÇÃO	01
1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS COMO PRIMEIRO REFERENCIAL DE ANÁLISE	03
1.1 AS POLÍTICAS DA SEED PARA A GESTÃO 83/86	03
1.2 O PROJETO PEDAGÓGICO DA GESTÃO 87/90	10
1.3 CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS	17
2 O PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA O CURSO DE MAGISTÉRIO	24
2.1 A POLÍTICA DE REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU: O EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO	24
2.2 PROJETO MAGISTÉRIO EM NOVA DIMENSÃO - A PRÁTICA DE UM COMPROMISSO	35
2.3 PROJETO DE AVALIAÇÃO CURRICULAR DA HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO: A OPÇÃO POR UMA NOVA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA	71
3 AS PROPOSTAS CURRICULARES: SÍNTESES REPRESENTATIVAS DE UM MOMENTO HISTÓRICO	100
3.1 CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO CURRICULAR	100
3.2 AS PRIMEIRAS DIRETRIZES CURRICULARES	104
3.3 O CURRÍCULO DE TRANSIÇÃO	110
3.4 A PROPOSTA CURRICULAR CONSTRUÍDA NA PERSPECTIVA DA CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA	124
À GUISA DE CONCLUSÃO	139
ANEXO I	147
ANEXO II	156
ANEXO III	161

ANEXO IV	170
ANEXO V	185
ANEXO VI	195
ANEXO VII	197
ANEXO VIII	198
ANEXO IX	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

INTRODUÇÃO

Ao nos propormos a realizar uma produção escrita, como a presente monografia, de imediato nos deparamos com o problema da tomada de decisão sobre o tema a ser trabalhado, ou então, sobre o enfoque a ser atribuído, no caso do tema já ter sido previamente definido.

Esta escolha, enquanto definidora do objeto de reflexão, torna-se de certa forma menos problemática quando pode ser encaminhada para uma temática sobre a qual já se tem algum conhecimento, ou seja, se os estudos puderem ser aprofundados em razão de uma prática concreta.

Assim, pode-se estabelecer uma relação dialética teoria/prática, considerando que a partir da reflexão sobre a prática há possibilidade de intervenção na realidade, na medida em que o aprofundamento teórico das questões contribui significativamente para ampliação das condições de compreensão desta mesma realidade.

É nesta perspectiva que o encaminhamento deste trabalho monográfico pretende focar a questão do Curso de Magistério no Estado do Paraná, mesma retrospectiva abrangente, uma vez que aborda desde as políticas educacionais do Estado para as gestões 1983/1986 e 1987/1990, passando pelo processo em que foram concretizadas e finalizando com as propostas curriculares construídas nestes diferentes períodos, inclusive com análise do currículo desde o ano de 1979.

Desta forma, a escolha do tema justifica-se por estar situado no âmbito sobre o qual incide a minha prática profissional

nos últimos anos, enquanto pedagoga atuante no Departamento do Ensino de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação, tendo vivenciado na Coordenação dos projetos constantes neste estudo, a execução da política educacional no que se refere ao Curso de Formação de Professora para as séries iniciais do ensino fundamental e, portanto, interessada em desvelar as contradições que envolvem os processos de execução das políticas educacionais e em particular as que interferem no currículo escolar.

Neste suposto, o objetivo deste trabalho é deixar registrado o esforço empreendido com vistas à melhoria do Currículo do Curso de Formação de Professores, através de um trabalho de construção coletiva que contou com a participação de educadores dos 03 níveis de ensino, e que sem dúvida resultou em avanços concretos de ordem político-educacional, embora tenha-se clareza das limitações ocasionadas pelos determinantes dos diferentes momentos históricos nos quais vieram a ocorrer.

A característica do tema e o seu enfoque foram condicionantes fundamentais para a definição da metodologia sobre a qual o trabalho deveria ser estruturado. Procurou-se desta forma manter a seqüência cronológica dos fatos, ao mesmo tempo em que se estabelece a comparação entre os acontecimentos resultantes dos períodos abordados, tendo como base a documentação pesquisada.

Resta acrescentar ainda a validade da elaboração de um trabalho de síntese pela oportunidade de crescimento pessoal, intelectual e profissional que este processo propicia; tal crescimento efetiva-se a partir do instante em que o repensar a prática pedagógica exige disciplina e organização para o estudo, traduzidas principalmente na busca da fundamentação teórica que a sustente sempre numa perspectiva de superação.

Finalizo esta apresentação com a única certeza dos que compreendem a educação como busca contínua: a de que esta foi a síntese possível dentro do tempo e espaço do meu momento profissional.

1 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS COMO PRIMEIRO REFERENCIAL DE ANÁLISE

1.1 AS POLÍTICAS DA SEED PARA A GESTÃO 83/86

A partir de 1983 inicia-se no Brasil o período de abertura democrática que rompeu com o regime político autoritário, vigente em nosso país, no período de 1964 a 1982.

Foram mais de 20 anos de governo militar nos quais o povo não tinha nenhuma participação nas decisões, que eram centralizadas política e economicamente a nível federal, tendo esta forma autoritária de governo trazido sérias conseqüências para o país e, por conseguinte, para a educação.

Analisando este processo, vemos que a expansão quantitativa da escolaridade básica ocorrida nos últimos 20 anos, em razão da industrialização, passou a exigir uma nova organização escolar. Novas necessidades se apresentaram para a escola pública brasileira, para que pudesse dar conta também, da melhoria qualitativa do ensino, oferecido nas escolas públicas.

Com o objetivo de atender a esta nova realidade, a proposta encontrada foi a de implantar na escola o modelo administrativo do trabalho fabril a fim de torná-la racional, eficiente e produtiva, de acordo com os pressupostos da pedagogia tecnicista e que estão embasados na neutralidade científica.

Não questionando as finalidades da educação, e por isso ignorando-se as relações desta com o contexto histórico-social a pedagogia tecnicista enfatiza esquemas de planejamento, dentre os quais o sistêmico, valorizando a organização e a divisão racional do trabalho no interior da escola, como fatores de melhoria da qualidade do ensino.

(PIMENTA, 1988 - Pág. 135)

Resultantes deste contexto político-econômico foram instituídas as reformas de ensino em todos os planos e atividades educacionais: Lei 5.540/68 (Ensino Superior) e depois 5.692/71 (Ensino de 1º e 2º Graus), referendando o projeto político educacional de uma pedagogia tecnicista.

Com manifestação destas formas tivemos a criação do ensino de 2º grau profissionalizante, a divisão do trabalho no interior da escola, a fragmentação do currículo escolar com a inclusão de disciplinas desnecessárias, medidas que em nada contribuíram para a democratização do ensino, uma vez que o mesmo não apresentou melhoria qualitativa.

A divisão do trabalho na escola endossada pela formação especializada dos educadores, decorrente de uma necessidade objetiva da escola brasileira, fez com que a função docente fosse parcelarizada, impedindo os professores de ter o domínio sobre a totalidade do seu trabalho.

Reforçando esta idéia vale complementar afirmando:

A tecnologia do ensino substituiu essa proposta de Escola Nova, de escolas melhores por dentro delas mesmas, dizendo que os módulos de ensino, o material didático, ou o ensino à distância, poderiam substituir a função do professor.

E, que no momento em que nós tivéssemos fitas gravadas, vídeo-cassetes, tentos para o aluno, livros que somente o aluno preenchesse, o professor não seria necessariamente, tão importante como profissional caracterizado dentro da escola com a natureza específica de uma função.

Esse movimento de Tecnologia, de Pedagogia Cibernética, que apareceu muito depois que a Escola Nova faliu, na verdade continha a mesma proposta: melhorar a escola por dentro dela mesma. Acrescente-se o fato de que a nova proposta pretendia reduzir a função do professor a um mero repassador de tarefas.

(WACHOWICZ - 1984 - Pág. 38)

Isto significa que foram criadas na escola funções técnicas, intermediárias, para decidir sobre etapas do processo ensino aprendizagem, que antes eram da competência do professor. Esta expropriação gradativa do seu fazer pedagógico e, portanto, do seu próprio conhecimento, contribuiu para sua alienação a ponto

dele mesmo não perceber o esvaziamento da essência do seu trabalho, que o reduziu a um mero cumpridor de tarefas burocráticas.

Não conseguindo ter uma visão da totalidade do processo educativo, as relações no âmbito educacional tornaram-se cada vez mais autoritárias, hierárquicas, onde o técnico pelo domínio da forma predominava em detrimento do conteúdo, agora também esvaziado da sua ligação com o contexto político e social.

Por este quadro de realidade, o ano de 1983 demarca o período que pode ser caracterizado como o de início da transição do regime autoritário de governo para o democrático, onde toda a sociedade brasileira desejava ver acontecer, na prática, os princípios de participação, autonomia e descentralização tão enfatizados pelas plataformas políticas dos partidos democráticos de oposição.

No Paraná estes princípios se fizeram presentes nas suas políticas educacionais, que conclamavam para a discussão todos os segmentos da sociedade civil.

A tendência era participar, era mudar, era acima de tudo poder influir nas decisões governamentais, das quais todo o povo havia sido excluído. Era preciso reestabelecer o diálogo há tanto tempo interrompido.

O documento elaborado para socializar as políticas educacionais da gestão 1983/1987 trazia em sua apresentação explicitado de forma inequívoca, o anseio de fazer cumprir este princípio da participação, quando afirmava:

(...) destacaremos no setor educacional uma proposta que deverá, sem dúvida, ter a maior e mais profunda característica deste Governo: a participação popular.

A escola aberta e democrática deverá empenhar-se na oferta do conhecimento como patrimônio coletivo da sociedade e, de forma participativa, conquistar soluções novas e duradouras para problemas do povo.

(Políticas da SEED/PR - Fundamentos e Explicitações - 1983)

Foram estabelecidas 06 (seis) Políticas Setoriais básicas que, por sua vez, subdividiam-se em outras específicas. Voltavam-se ao atendimento dos graus, das modalidades de ensino, dos

recursos humanos, dos aspectos administrativos-organizacionais e da função social da educação, conforme pode-se constatar a seguir:

- >
1. resgate do compromisso político na ação pedagógica;
 2. melhoria da qualidade do ensino com prioridade para a rede pública;
 - 2.1. garantia do acesso e permanência do aluno na escola pública;
 - 2.2. interação e integração entre graus e modalidades de ensino;
 - 2.3. reorganização do ensino de 2º grau;
 - 2.4. aumento das atividades educativas formais e não formais oportunizadas pela escola;
 - 2.5. reorientação da expansão da rede de ensino de 3º grau;
 - 2.6. estímulo à pesquisa na área social enfatizando a realidade do Paraná;
 3. incentivo às experiências não formais de educação;
 4. democratização do poder pela participação das comunidades organizadas, nas decisões relacionadas com a educação;
 - 4.1. estímulo às comunidades organizadas para que participem do planejamento, da avaliação e do controle das instituições educativas nos seus aspectos políticos, técnicos, financeiros e administrativos;
 - 4.2. superação da postura tecno-burocrática nos procedimentos e na estruturação organizacional;
 - 4.3. descentralização da Secretaria de Estado da Educação;
 5. valorização do docente como profissional necessário à sociedade;
 - 5.1. estabelecimento e implantação gradativa do quadro de pessoal técnico e administrativo em nível central e descentralizado;
 6. implantação gradativa da educação especial na rede pública estadual.

(Políticas SEED/PR - Fundamentos e Explicitação - 1983)

Cada uma das políticas contemplava no documento, de modo objetivo e conciso, a essência do conteúdo das mesmas, fundamentando-as com muita propriedade pela ênfase na sua contextualização histórica, tão necessária naquele momento. Pode-se também verificar, além da abrangência destas políticas, a existência de uma estreita articulação entre cada uma delas, o que nos passa a idéia também de integração, pelo menos na sua explicitação formal.

A primeira política - resgate do compromisso político na ação pedagógica - tentava portanto:

Colocar na educação a perspectiva política que, na verdade, nunca foi dela dissociada. O óbvio passou a ser discutivo. A educação é e

sempre foi um ato político, por ter conseqüências sociais. Os resultados do ensino são resultados políticos. A atividade de hoje do professor - através do ensino na escola - é o seu compromisso político com a sociedade de hoje e de amanhã.

(Políticas da SEED/PR - Fundamentos e Explicitação - 1983)

Desta política fundamental decorria a mais abrangente delas - melhoria da qualidade do ensino com prioridade para a rede pública - da qual se faz importante citar:

A tarefa proposta é muito difícil. É exatamente oferecer às camadas populares aquilo que é dado aos alunos que têm pais com renda média ou alta. O desafio dos professores é oferecer às camadas populares - por todos os meios formais e não formais possíveis - o saber que é oferecido às classes com maior poder aquisitivo.

Humanizar a sociedade implica, também, em socializar o saber, implica em elevar o nível cultural da maioria da população para que ela não seja alijada dos processos decisórios, dos processos administrativos, dos processos políticos, dos processos científicos ou tecnológicos, em nome de sua "ignorância" ou "incompetência".

(Políticas da SEED/PR - Fundamentos e Explicitação - 1983)

Desta citação, que coloca o desafio aos professores da socialização do saber, advém outra que bem complementa a questão:

É lógico que essa opção pela qualidade de ensino não restringe à exigência de fornecer a todo e qualquer usuário da educação (pobre ou rico) o mesmo conjunto de conhecimentos. Essa opção, exige, na verdade, a não simplificação ou "barateamento", como diz Saviani, dos conteúdos ministrados nas instituições escolares aos alunos das classes populares. Essa proposta vai além e implica, obrigatoriamente, na seleção do que vai se ensinar.

(Políticas da SEED/PR - Fundamentos e Explicitação - 1983)

Na política - democratização do poder pela participação - cujo título já é elucidativo, afirmava-se:

A SEED, ao colocar como objetivos a serem atingidos, a democratização do poder, a participação das decisões por todos os elementos que se relacionam com o ensino (pais, alunos, elementos da comunidade, associações e sindicatos), está a insistir que os professores se proponham a aprender junto com outras pessoas - e a ensinar através de atos objetivados na prática do dia a dia - o verdadeiro significado do governo (ou direção) participativo dos processos educacionais e/ou culturais.

(Políticas SEED/PR - 1983)

Contida nesta política estava a - descentralização da SEED e superação da postura tecno-burocrática - que devia ser entendida sob três aspectos:

- 1) o aspecto histórico da mudança na linha política do Governo do Paraná e o conseqüente espaço aberto à "democracia participativa";
- 2) a intenção e as práticas (atuais) da SEED, quanto à ampliação das possibilidades de participação de professores, alunos, pais e comunidade;
- 3) as mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos dos professores que, abandonando o pessimismo e o descomprometimento, assumem a descentralização e a desburocratização como um objetivo a ser atingido pela prática de todos e de cada um.

A análise dos processos de centralização e burocratização, assim como no reverso, devem ser feitas por todos os educadores em todos os níveis onde atuam. Não foi só a SEED que apresentou tais deformações na administração da coisa pública. Foram as Inspetorias, as Escolas, e, foram, também, os professores em suas salas de aula. Com esta análise e com a certeza de que todos se encontram, hoje, aprendendo de novo a comportar-se democraticamente, é que se acredita que esse objetivo será atingido, nem que seja por força maior da reivindicação das bases que já, por esse comportamento, demonstraram a sua opção.

(Políticas da SEED/PR - 1983)

Afirmando que não existe valorização do professor se ele não for assumido pela sociedade como indispensável, colocava-se a política de - valorização do docente como profissional necessário à sociedade - que enfatizava:

Essas condições objetivas, em síntese, podem ser definidas como todas aquelas que dizem respeito à melhoria de salário, melhoria das condições físicas no local de trabalho, tempo pago para preparação das horas/aula, possibilidades de realização de Cursos de Aperfeiçoamento, Quadro de Carreira e Concursos Públicos, entre outras. Essas condições objetivas de trabalho, não podem ser pensadas, exclusivamente, de modo paternalista, ou ainda, essas pretensões de melhoria de condições de trabalho devem ser entendidas como uma luta comum a todos os trabalhadores, não se excluindo dessa categoria os executivos da rede oficial do ensino do Paraná, que estão comprometidos com o programa aqui proposto.

(Políticas da SEED/PR - 1983)

As políticas aqui destacadas pretenderam demonstrar, em síntese, os pontos que nos pareceram fundamentais do documento: educação como ato político, a qualidade do ensino, a participação como estratégia democrática e a valorização docente.

Assim apresentadas, enquanto documento estas políticas foram objeto de ampla discussão em todas as regiões da jurisdição dos Núcleos Regionais de Educação, levadas a efeito através

de Seminários Regionalizados. Constituíam-se, portanto, no marco inicial desencadeador de um processo de conscientização política dos professores paranaenses, que desde então vem se consolidando em razão da própria realidade político-social, na qual a educação representa um segmento indispensável.

O período em questão, na educação, pode ser identificado como de muita esperança, perplexidade e não menos expectativa, mas principalmente como o de reaprender. Reaprender sim a emitir opiniões, a defender posicionamentos. Este novo aprendizado, não se tornava fácil, pois implicava a desacomodação de comportamentos já cristalizados, o enfreamento do novo que trazia a insegurança da defesa de inovações e das quais não se conheciam os resultados.

A hora convergia para o trabalho de conquista. Conquista dos direitos de cidadão e de profissional da educação, que precisava ocupar seu espaço de luta para que uma outra conquista viesse a surgir: a da (re)democratização.

Constante da política que enfocava a qualidade de ensino pode-se fazer o recorte para a de - reorganização do ensino de 2º grau - política esta que irá encaminhar o desenvolvimento desta síntese e que terá como referência básica o princípio muito presente nas políticas da SEED: a participação.

As propostas para democratizar a administração da educação vão no sentido oposto às tendências que vêm predominando ultimamente. Ao invés de mecanismos administrativos que têm levado à concentração do poder e das decisões em mãos de alguns grupos que propõem as reformas, planos, prioridades e conteúdos básicos para uma comunidade considerada como meros clientes e consumidores, a proposta pretende criar mecanismos que permitiam maior participação de setores da sociedade na definição das políticas, na administração e no planejamento do sistema educacional. Frente à tendência à administração da produção e dos serviços públicos, que se torna política na medida em que reforça o poder e exclui a participação, devemos responder com mecanismos políticos, de participação da comunidade.

(Reflexões sobre o Ensino de 2º grau - DESG/SEED - 1983)

1.2 O PROJETO PEDAGÓGICO DA GESTÃO 87/90

Permanecendo no poder o mesmo partido político, não ocorreram mudanças substanciais no direcionamento da política educacional do Estado, isto é, não se alteram os postulados básicos de sua condução.

Para o quadriênio de 87/90, a exemplo da gestão anterior, as diretrizes educacionais foram expressas no documento Projeto Pedagógico, divulgado a todas as instituições educacionais do Estado.

Este documento trazia a concepção de educação da Secretaria de Estado da Educação, que por sua vez dava embasamento às suas Políticas Operacionais e à parte referente às Propostas de Ação Pedagógica.

Considerava as Políticas Operacionais em suas dimensões administrativa e comunitária como apoio logístico à dimensão educacional, o que se evidenciava logo no início em sua apresentação:

Primeiramente, é necessário afirmar claramente, a prevalência do projeto pedagógico sobre todos os outros, tais como o projeto de administração de recursos do sistema educacional, o projeto de expansão e modernização da rede escolar, etc.

(Projeto Pedagógico 87/90 - SEED/PR)

Tendo como diretriz norteadora de suas ações a - democratização da escola em todas as dimensões de seu funcionamento e a melhoria do seu nível de competência - propõe em suas linhas prioritárias:

No campo pedagógico, nossa preocupação fundamental estará voltada nos próximos anos para um binômio: os passos iniciais do processo educacional; notadamente as duas primeiras séries do 1º grau, no qual o projeto fundamental da Secretaria de Estado da Educação será

a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização, e o fortalecimento da formação e aperfeiçoamento de docentes, seja mediante a reformulação das escolas de magistério ou a capacitação dos docentes já prestando serviços à rede estadual.

(Projeto Pedagógico 87/90 - SEED/PR)

Constante das Políticas Operacionais, a Dimensão Administrativa propõe as ações da área de Recursos Humanos, da área Financeira e de Recursos Tecnológicos. A Dimensão Comunitária objetiva a aproximação da escola com a comunidade através de ações que venham a incentivar a participação das Associações de Pais e Mestres e dos Mestres e dos Colegiados Escolares na concretização da sua gestão democrática, cujos resultados irão refletir na melhoria do processo educacional. As Propostas de Ação Pedagógica - essência do documento - não prescindem da ação das unidades descentralizadas da Secretaria, como mecanismo de garantir o atendimento às diversas realidades educacionais do Estado. A integração entre os graus e modalidades de ensino vem ressaltar a necessidade na efetivação das propostas, dando ênfase à articulação com o Ensino Superior.

A partir de tais considerações são elencadas as propostas de ação pedagógica dos Departamentos de Ensino, setores diretamente responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos da Secretaria, dentro dos seus respectivos níveis de competência.

As diretrizes para cada um dos graus e modalidades de ensino concentram-se nas propostas de ação já referidas, assim como na gestão anterior a política dos diferentes Departamentos estavam explicitadas no bojo da política maior de **melhoria da qualidade do ensino, com prioridade para a rede pública.**

O que se observa, é que, no primeiro documento o tratamento dado a cada uma delas foi o de estabelecer as grandes linhas norteadoras, o mesmo não acontecendo neste segundo em que há um detalhamento maior, chegando a nível de programação de ações.

Neste enfoque o Departamento de Ensino de 2º Grau inicia sua colocação com posicionamento sobre a escola, ensino e aluno de 2º Grau em coerência com a concepção de educação assumida, destacando:

É fundamental que se forneçam aos alunos conhecimentos científicos, históricos e sociais que lhes propiciem uma competência politécnica necessária ao exercício profissional, através da construção de uma sólida formação geral que sirva de base às áreas comuns das novas profissões, decorrentes das constantes transformações tecnológicas.

(Projeto Pedagógico 87/90 - SEED/PR)

A partir daí passa a detalhar as suas linhas de ação, que compreendem as seguintes prioridades:

- a) dinamização dos cursos de magistério;
- b) implantação de colégios regionais;
- c) definição de uma política de ensino noturno consubstanciada em proposta pedagógica administrativa;
- d) elaboração de novas propostas para a formação profissional no ensino técnico, agrícola, florestal e industrial,
- e) estudo e discussão sobre a relevância social dos conteúdos das disciplinas do currículo no ensino de 2º grau.

O Magistério desta feita aparece com destaque entre as políticas do 2º Grau, demonstrando que a política de reorganização do ensino de 2º Grau, no caso do Magistério, alcançou resultados concretos, o que estava sendo comprovado pela sua manutenção como prioridade em termos de política departamental, como veremos adiante ao abordarmos a efetivação dessas políticas, através de seus projetos específicos.

É importante esclarecer que o Projeto Pedagógico, enquanto publicação divulgadora das diretrizes políticas da Secretaria de Estado da Educação, data de dezembro de 1987, sendo que a execução das ações do Departamento de 2º Grau, como metas previstas para a gestão, na realidade tiveram seu início a partir de maio de 1988. Justificam-se estas datas porque uma nova ges-

tão, no ano em que assume, geralmente a programação orçamentária da gestão anterior, o que certamente limita a sua atuação inicial, por ter de adequar suas metas ao plano financeiro aprovado pela gestão anterior.

Outra importante consideração que acompanha este contexto, é que das diretrizes estabelecidas no Projeto Pedagógico (documento) 3 foram de fato executadas, fazendo parte da denominada **Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau** tendo sua base de sustentação, portanto, na continuidade de ações já iniciadas na gestão anterior e consubstanciadas nas Resoluções e Recomendações dos Seminários, decorrentes da política de **Reorganização do Ensino de 2º Grau**.

Senão vejamos: para execução desta proposta, que teve seu início a partir de maio de 1988, a programação foi a seguinte:

Para 1988, o Departamento do Ensino de 2º Grau dará atendimento a três metas básicas: a Avaliação da Proposta Curricular dos Cursos do Magistério, a elaboração de Proposta Administrativo-Pedagógica para o Ensino de 2º Grau Noturno, a elaboração de Conteúdos Essenciais para o Currículo de 2º Grau.

(Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau - DESG/SEED - 1988)

Estas metas são colocadas a nível de Projetos específicos para detalhamento das diretrizes iniciais propostas, podendo-se constatar que o ponto de partida de todos eles foram as medidas que em maior ou menor intensidade deram concretude à Reorganização, através dos resultados das ações dela organizadas.

A implantação dos Colégios Regionais, como estratégia de garantir o acesso a uma escola de 2º Grau com excelentes condições físicas e conseqüente ensino de qualidade, vinha de encontro à idéia inicial dos Centros Profissionalizantes. Proposta válida mas que demandava, além de outras implicações, recursos financeiros de grande monta, o que não seria possível de realização se não contássemos com recursos externos (BID). Isto foi tentado, sendo que o Departamento do 2º Grau em conjunto com a FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná), elaborou minucioso projeto que integrava o Projeto Paraná Rural e que infelizmente,

após longa negociação, não logrou êxito. Como este recurso, a Rede dos Colégios Agrícolas também seria atendida de modo substancial.

Quanto a estes Colégios, foi elaborada e implantada já em 1987, uma nova proposta de estrutura administrativa, ficando postergada a de revisão curricular como um todo, embora fosse atingida em parte pelo Projeto dos Conteúdos Essenciais, no que se referia às disciplinas de Educação Geral. Esta medida estendeu-se também às habilitações do Setor Secundários e aos outros níveis de habilitação de 2º Grau, a saber: Auxiliar e Básico.

Pode-se constatar que houve alteração da proposta inicial para a proposta real, mas que na verdade foi uma alteração em face da realidade possível, isto é, que considerou as metas prioritárias e com reais chances de serem executadas no tempo previsto, com o limite de recursos financeiros, de recursos humanos e compatível com o universo abrangido pelo Ensino de 2º Grau. Mas acima de tudo o que deve ser destacado é o fato de não ter sido desconsiderado o estágio em que se encontravam as ações pedagógicas, o que sem dúvida se configurasse um retrocesso histórico em termos de política educacional.

Resta acrescentar que em maio de 1987 o Departamento do Ensino de 2º Grau já tinha claramente definida a sua linha de atuação através do documento **Proposta de Ação Administrativo-Pedagógica do Departamento do Ensino de 2º Grau para o Quadriênio 1987/1990** (DESG/SEED - 1987), em que colocava as suas diretrizes gerais de ação que, posteriormente, vieram a ser incluídas no Projeto Pedagógico. Neles estavam contidos os princípios sob os quais se assentaria o trabalho, que já vinha na continuidade de uma linha progressista da educação e que passa necessariamente por uma concepção de sociedade, de educação, de escola e de aluno.

É no âmbito das políticas educacionais formuladas para a educação neste período, que a política para o Curso de Magistério-

rio aparece com destaque dentre as prioridades do Departamento de 2º Grau, assegurando desta maneira a continuidade de todo um processo de resgate da melhoria da qualidade do curso, que havia se iniciado a partir de 1983 enquanto definição de uma política do Estado, e que estava a requerer a implantação e consolidação dos avanços pedagógicos-administrativos até então alcançados pela administração anterior.

Deste modo, pode-se considerar como ponto altamente positivo o fato do Magistério permanecer como política prioritária, pelo fato de não ter havido a tradicional ruptura que sempre acompanha a história do planejamento educacional brasileiro, justamente pela falta de uma política educacional consistente e clara.

Instala-se aí uma questão contraditória - a da continuidade - pois se, politicamente a renovação é fator positivo, o mesmo não se afirma no trato da questão pedagógica. No caso específico de elaboração e implantação de propostas pedagógicas inovadoras, existe um complicador fundamental que é o risco de não continuidade da política anterior, que implica em outros determinantes, tais como, o tempo demandado entre a elaboração e a implantação, e a mudança de direção da instituição. Justamente ao analisar estes determinantes é que emerge com força total a metodologia utilizada no processo, pois, se alicerçada numa concepção que privilegie o democrático, a participação, certamente as chances de consolidação serão maiores pelo compromisso assumido por todos os envolvidos, incluindo os que coordenam o processo.

Isto nos possibilita validar a metodologia participativa que se faz presente na execução da política para o ensino de 2º Grau na primeira gestão (83/86) no momento em que nos damos conta que, embora houvesse mudança dos elementos que ocupavam cargos de chefia na gestão 87/90, a política para o Curso Magistério foi mantida, assim como as outras referentes ao Ensino de 2º Grau.

Tal afirmativa vem comprovar os pressupostos já mencionados, uma vez que a direção do Departamento foi assumida por educador participante do processo de execução da política para o Curso Magistério que, por ser um processo participativo real, veio a contar com o compromisso dos que dele participaram de forma efetiva.

1.3 CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Na tentativa de avançar na análise, e no entendimento de que as políticas educacionais refletem o contexto sócio-político, pode-se neste momento estabelecer um paralelo entre as políticas estabelecidas para os dois períodos: 1983/1986 - 1987/1990, tendo como referência básica a vivência desse processo.

Isto posto, podemos dizer que as políticas educacionais estabelecidas para a gestão 83/86, pelo próprio momento histórico por que passava a sociedade brasileira e paranaense, expressavam o compromisso político de contribuir da melhor forma possível para a transformação social desejada, na firme disposição de resolver os problemas do sistema educacional do Estado, assim registrando:

O Setor Educacional deverá merecer maior atenção do Estado. Investir em Educação significa não perder a esperança no povo, significa confiar no papel fundamental que a educação exerce como fomentador e favorecedor de mudanças.

(Políticas da SEED/PR - Fundamentos e Explicitações - 1983)

Mesmo pela forma de apresentação das políticas, enquanto documento, vemos que estão colocados os principais temas políticos-educacionais em toda sua abrangência, essencialidade e também profundidade, de acordo com o objetivo de informar, esclarecer, chamar à participação, suscitando ao mesmo tempo a discussão e o debate.

Estas políticas estabeleceram um marco histórico-educacional no Estado, acompanhando o contexto sócio-político, primeiro por iniciarem o processo de socialização das diretrizes da educação no Estado, numa dinâmica de igualdade hierárquica-democrática que não era a prática da área educacional dos últimos

anos - portanto inovadora.

Nesta mesma linha de raciocínio podemos destacar que a sua maior contribuição à educação paranaense, foi a de possibilitar um grande avanço na concretização da dimensão política da educação, pelo trabalho pioneiro de conscientização dos professores sobre a importância da conquista dos seus direitos de cidadão, da luta pela conquista da cidadania, dos seus direitos enquanto profissionais da educação, precisando ser valorizados enquanto classe, o que implicava na busca da competência técnica exigida pela atual conjuntura.

No bojo desta dimensão política e como consequência dela podemos ainda ressaltar duas outras contribuições positivas: a de formação de novas lideranças educacionais, pois na medida em que os professores começaram pela participação, a ter voz e vez, houve condições para que estes profissionais demonstrassem todo o seu potencial de liderança, antes sufocado e agora manifesto, nas lideranças regionais.

Importantíssima também a contribuição referente ao resgate do pedagógico. A preocupação com a forma, com a estratégia, com os meios, próprios da pedagogia tecnicista, que desconsiderava o essencial da educação - o ensino - começava neste momento no Estado o seu retrocesso, para dar espaço à política que privilegiava o qualitativo da educação, manifesta na política de melhoria da qualidade do ensino. Este resgate do pedagógico só acontece na razão direta da competência técnica, que não pode se dar no vazio, mas como o apoio de um forte programa de capacitação docente, já acompanhando uma concepção pedagógica de linha crítica.

Estes avanços que se referem às políticas como um todo, mas particularmente à política de Reorganização do Ensino de 2º Grau - Curso Magistério, pode ser considerado ainda como o primeiro trabalho para a conquista de uma gestão democrática da educação. Resultaram, portanto, de um processo de desenvolvimen-

to da consciência crítica, ou seja, os professores participantes iniciaram um processo de passagem de consciência ingênua, que embora lento, poderia vir a transformar-se em consciência crítica, o que supõe a transformação de pessoas passivas e conformistas em ativas e críticas, sabendo conviver com a contradição.

Há que se compreender que entraves houveram, mas que foram superados pela motivação que rege a vontade política e que encaminha para a descoberta de novas formas de comunicação, de novas estratégias de mobilização coletiva, de saber administrar os conflitos e principalmente de superação do burocrático consagrado e do legalismo excessivo, que não admite o novo - por desconhecê-lo, e que resiste às mudanças - pelo receio da perda de espaço.

É preciso que se reforce o fato dos dirigentes responsáveis pela operacionalização das políticas, na ocasião, serem os precursores de um novo projeto educacional, assumindo todos os seus riscos, o que no caso pode se configurar como luta pelo espaço político da educação, que estava sendo retomado a partir daquele momento. Como a mediação era a tarefa que lhes cabia, a competência técnica e o compromisso político era a exigência maior, neste processo, que privilegiou a participação, cabia o especial cuidado para não deixar-se levar pela certeza de que todas as propostas são boas, tão somente por terem sua origem no coletivo, sofrendo o risco de ficar no senso comum e em nada contribuindo para o avanço das questões educacionais.

Nesta consideração recai todo o peso da responsabilidade dos dirigentes pela enorme capacidade de crítica e auto-crítica necessárias em todos os momentos do processo, para que seus resultados sejam validados como processo de participação real e não de pseudo-participação.

Resta acrescentar ainda o fato das políticas da gestão 83/86 terem estabelecido um amplo quadro de metas a serem executadas, que não puderam ser consolidadas em sua totalidade no es-

espaço de tempo destinado a uma gestão, tempo este que torna-se irrisório, principalmente em se tratando de educação, em que as conquistas só podem ser consolidadas a longo prazo. Coube-lhes, assim, dar o passo inicial num processo que tem se caracterizado como de avanços educacionais no Estado, cuja única garantia de permanência coloca-se na perspectiva do grau de incorporação pelos professores, de todos esses avanços conquistados - o que não é tarefa fácil.

É portanto na seqüência desta constatação, que se colocam as políticas educacionais correspondentes à gestão 87/90 que, em razão da permanência no poder do mesmo partido político, caminhavam na mesma direção das anteriores, com os mesmos pressupostos e incidindo assim nas mesmas bandeiras de luta.

O destaque das políticas desta gestão foi a continuidade das ações iniciadas na gestão anterior, já que os gestores educacionais, em sua grande maioria permaneceram em cargos de chefia, pelas razões anteriormente expostas.

Esta continuidade só veio favorecer a educação do Estado, de modo geral, pois as propostas que estavam em andamento, principalmente pedagógicas tiveram condições de prosseguir seu processo de consolidação na perspectiva de uma ampliação com qualidade.

A história da educação nas últimas décadas comprova o privilégio do administrativo em detrimento do pedagógico, o que acarretou diversas distorções e desmandos, sendo o excesso de burocracia um dos fatores que restringiram a ação educativa nos governos anteriores, dificultando maiores avanços das propostas iniciadas em 1983.

Buscando a superação dos entraves historicamente enfrentados e a exequibilidade das ações pedagógicas, a proposta gestão fundamenta sua mensagem política da educação ao aliar a democratização à competência da Escola. Sendo assim, trata-se de um projeto que concebe a educação como voltada para preparar e formar indivíduos que garantam o aprofundamento e o domínio dos princípios científicos, tecnológicos, filosóficos e artístico socialmente elaborados, para a construção de cidadãos críticos e participantes do processo de transformação social.

(Projeto Pedagógico 1987-1990 - SEED - 1987)

Estas políticas foram detalhadas, tendo como ponto de partida as ações que já vinham sendo priorizadas pelas políticas do período antecedente, o que pode ser verificado no caso do ensino de 2º Grau. Por outro lado, isto só vem demonstrar que o trabalho na área educacional já vinha num ritmo de organização satisfatório.

Com a manutenção das ações, embora sob novo enfoque, que já vinham sendo desenvolvidas, demonstrou-se não só consideração pelo estágio dos trabalhos mas, sobretudo, respeito aos educadores paranaenses. Observe-se que os professores já estavam com um nível um pouco maior de conscientização política e, portanto num estágio mais elevado de exigência, não aceitando mais imposições de cima para baixo, centralizadas e impostas, a exemplo do regime político anterior.

A esta gestão cabia a responsabilidade de trabalhar com os resultados de um processo participativo, em que os professores se tornaram co-responsáveis pelas resoluções, que assim não se davam somente através de tomada de decisões pessoais, mas considerando o coletivo.

Graças a continuidade política foi possível não só consolidar as conquistas pedagógicas existentes, mas também ampliar qualitativamente os seus espaços em razão da possibilidade de avaliação que esta própria continuidade.

Assim podemos dizer que se as políticas educacionais da gestão 83/86 resultaram num avanço considerável da dimensão política, as da gestão 87/90 consolidaram os avanços pedagógicos e os ampliaram de forma considerável. Não houve quebra no trabalho pedagógico, que é sempre tão sentida pelos professores da rede e sempre citada como razão maior falta de credibilidade na instituição.

Esta ausência da famosa **ruptura** pode ser considerada como fator altamente positivo, que só veio favorecer o crescimento político e profissional dos educadores, o que pode ser comprova-

do, embora de maneira ainda tímida, nos professores que atuam no Curso Magistério por estarem engajados num processo cuja interrupção, sem dúvida, seria flagrante retrocesso frente aos progressos já conseguidos.

Os avanços pedagógicos puderam ser ampliados pela avaliação das ações que vinham sendo desenvolvidas e que, se num primeiro momento vinham sem a clareza necessária em termos de concepção pedagógica, no instante em que se estabeleceram as políticas para o ensino de 2º Grau, firmaram o posicionamento pela linha que privilegiava a concepção histórico-crítica de educação e, agora, com toda a clareza que o contexto passava a exigir.

O Projeto Pedagógico contempla os aspectos básicos que fundamentam esta concepção, descendo do detalhamento da programação da Secretaria para o período, o que confirma o nível de clareza e objetividade pretendidos, embora tivesse presente a contradição entre o idealizado em educação.

A política inicial de **Melhoria da Qualidade do Ensino**, ficou fortalecida mais ainda mormente no que diz respeito ao ensino de 2º Grau, cujas políticas para o quadriênio estavam todas assentadas na questão pedagógica, no curricular que defende a especialidade da escola, compreendendo-a na sua função educativa e pedagógica em que se insere a questão do conhecimento.

A abordagem da questão da qualidade do ensino com todas as suas implicações remete-nos imediata e diretamente a outro ponto importantíssimo, que foi considerado por estas políticas - o da formação dos professores das séries iniciais.

Esta perspectiva apontava para um professor cujo compromisso político permitisse veicular um saber que fosse de encontro às aspirações da clientela que frequenta a escola pública brasileira, estando ligado, portanto, aos interesses da maioria da população na luta por uma escola de melhor qualidade.

Nesta concepção, a função política da educação, na busca da democratização, somente poderá ser realizada na medida em que

garantir à maioria da população o acesso ao saber sistematizado.

Vale dizer que isto só será possível se a escola, por sua vez, cumprir sua função de transformar o saber sistematizado em saber escolar, transmitindo-o de forma competente, para que haja a sua perfeita assimilação pelos alunos.

Despreende-se assim, que nas políticas destes dois quadriênios os desafios que se impunham eram consideráveis. Se as primeiras caracterizavam-se por iniciarem todo o processo de conscientização política em educação, situado no contexto da democratização da sociedade, às últimas coube o desafio de implantar uma nova concepção de educação. Concepção esta que sustenta todas as ações educacionais do período e que como toda inovação no campo pedagógico, requer uma escola de melhor qualidade e um professor especial - porque competente - e cada vez mais crítico - porque tem na sua prática, sempre renovada, os instrumentos para prosseguir na luta por mais e melhores escolas.

2 O PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PARA O CURSO DE MAGISTÉRIO

2.1 A POLÍTICA DE REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU: O EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO

A política **Melhoria da Qualidade de Ensino na Rede Pública** deu origem a de **Reorganização do Ensino de 2º Grau**, a qual vem enquadrar-se especificamente no tema objeto desta reflexão e que entre outras abordagens presentes no documento em que foi explicitada afirma:

... ou se acredita que dá participação direcionada por objetivos saem melhores soluções para os problemas educacionais-sociais, ou se acredita que as "melhores" soluções saem do fundo das gavetas dos executivos, dos administradores, dos burocratas, dos técnicos estrangeiros, etc.

(Políticas da SEED/PR - 1983)

Nesta afirmação, na verdade, está o pano de fundo sobre o qual esta política foi efetivada, como pode-se constatar à medida em que for se desvelando todo o seu processo de concretização em que, com certeza, a participação foi a temática maior.

Este processo de efetivação da política proposta para o Ensino de 2º Grau teve seu início em novembro de 1983, quando foram convocados para ampla discussão sobre a problemática deste grau de ensino, abrangendo na medida do possível, todos os segmentos da sociedade, direta ou indiretamente interessados e comprometidos com o 2º Grau, quais sejam: alunos, professores, pais, comunidade em geral, fazendo-se representar até mesmo por associações de classes, sindicatos, entidades religiosas, industriais, etc. (Ofício Circular nº 31/83 DESG/SEED - 1983).

Despreende-se daí que a participação da sociedade seria o princípio sobre o qual a política educacional estabelecida para o ensino de 2º Grau, iria assentar as bases de sua filosofia de trabalho.

Neste sentido e, ciente de que todo processo democrático não prescinde de direcionamento, por este mesmo Ofício Circular (31/83), foram fixadas também as diretrizes dessa ação, que passava por delimitar as competências tanto dos níveis de atuação regionalizados, como do nível central, já que para viabilizar o princípio da participação, a descentralização de ações e decisões fazia-se imprescindível.

A par das preocupações de ordem administrativo-financeira que a implantação de um programa desse porte origina para a ordenação do nível central, outra questão subjacente se apresentava a da necessidade de um referencial teórico para fundamentar as discussões a serem realizadas.

O desconhecimento e a falta de reflexão sobre as questões educacionais em geral e sobre o ensino de 2º Grau em particular, estavam a requerer um documento contextualizador, como ponto de partida para as discussões. Isto foi solucionada pela importante contribuição das professoras do Setor de Educação da Universidade Federal de Educação, Acácia Zeneida Kuenzer e Sonia Maria Coimbra Kenski, de saudosa memória do Setor de Educação da Universidade Federal de Educação, que se responsabilizaram pela elaboração do documento denominado então **Reflexões sobre o Ensino de 2º Grau**, posteriormente utilizado como subsídio inicial das discussões realizadas nos 18 (dezoito) Centros Agregadores, abrangidos pela jurisdição dos 08 (oito) Núcleos Regionais de Educação.

O momento pode ser definido como de entusiasmo pela intensa mobilização gerada, e que tomou conta de todos quanto vivenciaram este período da educação paranaense. O clima era de otimismo e crença nas mudanças.

O documento base iniciava contextualizando a relação entre os aspectos sócio-econômico-políticos e o educacional, passando pela questão escola e trabalho e pela realidade do ensino de 2º Grau, abordando ao final a questão da participação da comunidade no processo escolar, da qual destacamos:

A Escola está inserida na comunidade e não pode ser vista como elemento estranho a ela. Portanto, precisa ir à comunidade, aprender com ela, captando as suas expectativas a fim de tornar-se mais justa e democrática. Isto implica em retomar a análise da Escola numa dimensão macro social, inserida no processo global de formação e transformação da sociedade.

(Reflexões sobre o Ensino de 2º Grau DESG/SEED - 1983)

Mais adiante ele reafirma a importância de formas democráticas de administração do sistema escolar, dizendo:

A tarefa mais significativa da escola neste momento é reaprender a educação com a comunidade, elaborando com ela uma nova proposta educacional.

Para isto precisamos estabelecer vínculos com a comunidade, renovando nosso papel de educador, reeducando-nos e dimensionando-nos política e socialmente.

(Reflexões sobre o Ensino de 2º Grau DESG/SEED - 1983)

Iniciado o processo de discussão no Estado, os dados iniciais foram da realização de 22 (vinte e dois) Encontros: 04 (quatro) a nível central e 18 (dezoito) nos Centros Agregadores, denominação escolhida para os municípios que sediavam os Encontros Regionais.

Na continuidade do Programa (1984) os dados eram de 1.315 (um mil trezentos e quinze) Encontros locais municipais; 23 (vinte e três) Encontros Regionais (Centros Agregadores), resumindo um total de 1.069 (um mil e sessenta e nove) professores. Os 02 (dois) Seminários Estaduais realizados a nível central tiveram a participação de 155 (cento e cinquenta e cinco) professores representantes das 18 (dezoito) regiões educacionais e nos quais foram produzidos os respectivos documentos sínteses.

O I Seminário Estadual de Reorganização do Ensino de 2º Grau realizado em junho de 1984, em Curitiba, levantou as expectativas da comunidade educacional sobre o ensino de 2º Grau,

sendo debatidas por suas respectivas representações, e devidamente registradas através das Resoluções e Recomendações constantes no documento síntese deste Seminário. (Anexo I).

As Resoluções referiam-se à política de expansão e oferta do ensino de 2º Grau no Estado. A habilitação Magistério aparece então como uma das habilitações que deveriam ser mantidas,

com adoção de medidas que garantam a sua melhoria ao lado das habilitações Contabilidade, Agropecuária e outras que justificassem a sua validade e eficiência, após avaliação do DESG e anuência dos Conselhos Regionais de Educação.

(Documento Síntese do I Seminário Estadual de Reorganização do Ensino de 2º Grau - junho de 1984)

A estrutura para os cursos profissionalizantes sugerida contemplava 02 (duas) propostas: Curso de Educação Geral com 03 (três) anos de duração, complementado por mais 01 (um) ano profissionalizante a ser ofertado em Centros Profissionalizantes, cuja manutenção aconteceria pela parceria Estado/Comunidade, pela impropriedade no caso de uma atitude paternalista no caso do Estado. A segunda era o Curso Profissionalizante de 04 (quatro) anos com Educação Geral na 1ª série, vindo a formação especial de forma gradativa a partir da 2ª série, sendo que na 4ª série haveria a sua exclusividade.

O curso profissionalizante ficaria assim com duração de 03 (três) anos, composto por conteúdos da Educação Geral e de Preparação para o Trabalho de forma integrada e voltada ao contexto sócio-econômico-político da atualidade, formando o cidadão e ao mesmo tempo dando-lhe condições de ingresso no 3º Grau.

Prévia a implantação de Conselhos Regionais de Educação, órgão que não teria função normativa, mas a quem caberia as decisões quanto às questões educacionais de cada região, considerando a jurisdição dos Núcleos Regionais de Educação.

Os aspectos pedagógicos e curriculares específicos também se faziam presentes, uma vez que ficou decidida a manutenção de uma Língua Estrangeira Moderna, a inclusão da disciplina Filoso-

fia no currículo do Ensino de 2º Grau, a ser tratada de forma abrangente visando desenvolver no aluno o espírito crítico, reflexivo e criativo, além da revisão dos currículos está considerada como medida urgente para a revitalização do Ensino de 2º Grau.

Novamente existe referência quanto a habilitação Magistério, uma vez que o item 9 Resoluções assim está formulado: **Quanto a habilitação Magistério será tratada à parte, merecendo estudo específico e profundo que a revitalize.**

O documento conteria ainda a inclusão de horas/atividade nas Escolas, como forma de garantir espaço para que todas as questões da Reorganização possam ser estudadas com profundidade, finalizando com a decisão do plenário de uma volta às bases, pois houve consenso de que muitas questões ali discutidas mereciam um nível de aprofundamento maior.

Este consenso foi resultado de acirradas discussões, em que as representações regionais defenderam seus pontos de vista com veemência, principalmente aquelas que mais haviam se empenhado no trabalho junto as suas comunidade.

Ao mesmo tempo causou uma certa frustração por não poderem de imediato levar às suas comunidades os resultados finais sobre a reestruturação e dar início às mudanças desejadas.

O Documento que registrou as decisões deste Seminário trazia em suas Recomendações Finais, 11 (onze) itens, abrangendo todas as questões discutidas e que na íntegra assim foram apresentados:

- 01) que a matéria seja retomada nos Núcleos Regionais para ser apresentada no próximo Seminário, como forma de garantir a continuidade dos trabalho;
- 02) que, quando da retomada dos trabalhos nos Núcleos Regionais, estes se sintam responsáveis pela integração com o 1º e 3º Graus, como forma de buscar juntos soluções e encaminhamento do objeto de preocupação comum: a Educação;
- 03) que as questões curriculares sejam estudadas e definidas pelos professores à nível de estabelecimento, de município e de Núcleo Regional para o próximo Seminário;
- 04) que se estude as implicações sociais, políticas, financeiras, es-

- truturais (recursos físicos) quanto possível duração de 04 (quatro) anos, dos Cursos Profissionalizantes;
- 05) que se procedam estudos profundos sobre a validade do livro didático, levantando-se subsídios para a implementação de uma política do livro didático adequada às necessidades reais do processo ensino-aprendizagem;
 - 06) que se estude o Regimento Escolar, dando-se ênfase no momento ao que se refere à Organização Didática, especialmente avaliação, recuperação e conselho de classe, visto que são pontos essenciais a serem repensados diante da realidade escolar atual;
 - 07) que seja criado um mecanismo de consulta junto aos Núcleos Regionais para planejamento das atividades necessárias à operacionalização do plano orçamentário;
 - 08) que se defina a educação geral a ser desenvolvida no Curso não-Profissionalizante;
 - 09) que se discuta, quando da reformulação curricular, qual a língua estrangeira e o porquê da adoção dessa língua;
 - 10) que se discuta a habilitação, envolvidos os professores de 1ª à 4ª séries, da própria habilitação e das Faculdades de Educação, Pedagogia e Filosofia, a fim de que encontrem novos rumos para a formação da professora de 1ª à 4ª séries;
 - 11) que se encontre nova forma, tanto curricular, quanto metodológica, para os cursos noturnos, dada a peculiaridade da clientela, a fim de que sejam tratados com a devida seriedade.

(Documento Síntese do I Seminário Estadual de Reorganização do Ensino de 2º Grau DESG/SEED - 1984)

Reorganização do ensino de 2º Grau no período de 26 a 29 de novembro, que contou novamente com a participação das representações regionais e do nível central, além de representantes de outras entidades educacionais.

Foram apresentadas 05 (cinco) propostas aprovadas nos Seminários Regionais e que confluíam para as seguintes questões básicas constantes do documento síntese do II Seminário: modalidade do Ensino de 2º Grau, sua estrutura (duração, carga horária, avaliação, hora/atividade), junção de disciplinas e também a implantação dessas modalidades.

A modalidade de ensino aprovada foi a que previa a duração de 03 (três) anos com Educação Geral voltada para o trabalho, igual para todos os alunos de 2º Grau, assegurando certificado de conclusão. Após o qual, opcionalmente, seria cursado mais de 01 (um) ano com disciplinas técnicas e o Estágio Supervisionado,

devendo então o Diploma.

O Curso Magistério continuava excluído dessa estrutura, para ser estudado separado, embora devesse integrar a discussão sobre o ensino de 2º Grau em geral.

O documento apresentava ainda justificativas das decisões enfocando a formação do cidadão com espírito crítico, criativo e consciente como um compromisso do Estado, afirmando que recebendo sólida educação geral estaria preparado tanto para a continuidade de estudos como para o mercado de trabalho. A maturidade foi considerada como justificativa para o melhor aproveitamento do aluno de curso profissionalizante.

Afirma-se que com a modalidade de ensino proposta não haveria mais a indefinição do ensino de 2º Grau, apresentada nos documentos base da reorganização. Completando a estrutura do curso sugeria-se a sua carga horária semanal de 25 horas/aula total para os períodos diurno (2.700 horas/aula) e noturno (2592 horas/aula), bem como a duração da hora/aula (50 minutos), o total de semanas letivas (36) sem aulas aos sábados.

Quanto a questão da avaliação, não houve definição pela necessidade de maior aprofundamento, embora houvesse a recomendação no sentido que não ficasse em desacordo com o processo de ensino adotado, cabendo o estudo das formas de aprovação e recuperação de alunos adotadas na rede estadual.

Foi aprovado pela plenária do II Seminário, o percentual mínimo de 15% sobre a carga horária de um padrão do professor, sob a forma de hora/atividade, para viabilizar o tempo necessário ao estudo das propostas da Reorganização pela Escola, com o acompanhamento devido e avaliação a ser realizada pelas Inspetorias Estaduais de Educação. A junção-reunião de disciplinas deveria ser feita pelos professores do currículo - por sua vez, a partir do estudo, seleção e integração dos respectivos conteúdos curriculares, até o final do 1º semestre de 1985.

A implantação da nova modalidade de ensino de 2º Grau proposta deveria acontecer a partir de 1986, de forma gradativa.

As recomendações apontavam para que no 1º semestre de 1985, houvesse o envolvimento profundo da comunidade escolar na concretização da proposta final a ser implantada, definindo-se a questão dos Centros Profissionalizantes e das habilitações que demandam instalações mais complexas e, portanto, mais onerosas.

Reafirmava também a validade da introdução da disciplina Filosofia no currículo de 2º Grau, e esperava proposições sobre a forma de constituição dos Conselhos Regionais de Educação a serem implantados.

Finalizando, voltava a referir-se ao Curso de Magistério, enfatizando a necessidade de que fosse estudado de forma mais abrangente, o que significava trazer para essa discussão também os professores atuantes nas disciplinas integrantes do Núcleo Comum.

As Resoluções e Recomendações refletem assim toda a preocupação dos educadores paranaenses, no momento em que o desejo de participar e de mudar era mais forte do que o reconhecimento das limitações para a concretização de um plano tão abrangente e, por consequência, ambicioso. O tempo de execução desse Programa e o grande número de envolvidos nos dão conta, sem dúvida, da seriedade com que foi conduzido. Sabemos que os processos participativos em que não existe uma mobilização real, tendem sempre ao esvaziamento rápido, ao fracasso total e à consequente frustração dos seus participantes, o que não se verificou no caso da Reorganização pelos motivos já acima referidos, cabendo afirmar:

A participação emerge somente se conquistada, contra a opressão, e persiste enquanto for diariamente reconquistada, porque todo o processo participativo também tende a envelhecer e a se transformar em ordem vigente dominante.

(DEMO - Riscos e Desafios de Processos Participativos
IPLAN CPR, Brasília, Maio-1984)

Participação antes de tudo é conquista, e inegavelmente a conquista se dá pela credibilidade. É neste aspecto específico que este processo assentou a sua caracterização maior pois, se de início a descrença estava evidente, pouco a pouco a crença foi assumindo o seu lugar. Isto porém só acontece, se a instituição assume e cumpre os seus compromissos na exata medida em que os estabelece. Aí se coloca toda a sustentação de um processo participativo: a vontade política.

Num processo dessa natureza não se pode vislumbrar, senão de forma muito genérica, as diversas situações que dele se originam. Daí a importância do bom senso no seu direcionamento, pois qualquer decisão inadequada pode por a perder tudo o que já foi construído. Não é tarefa fácil esta direção, justamente porque num processo participativo todos são iniciantes, é um aprendizado coletivo em que para a menor das falhas não existe recuperação. É um aprendizado no próprio processo, e que por assim ser, o fator risco está sempre presente. (DEMO - 1984).

As propostas resultantes, retratadas nos documentos dos Seminários, nos dão conta de uma avidez no sentido de resgatar tudo o que regime autoritário retirou da escola. Talvez possa se falar numa certa ingenuidade, por não se enxergar os limites, julgando-se onipotentes na resolução imediata dos problemas tradicionais e crônicos do Ensino de 2º Grau, que se contrapõem a outros cuidados fundamentais como a preparação dos professores e a escassez dos recursos financeiros. Neste sentido, os professores mostraram-se conscientes de algumas implicações, embora ingênuos no sentido não só da amplitude de suas reivindicações mas, também, nas profundas implicações que cada uma delas interiorizava.

No entanto, justamente por suas decisões incidirem em questões de ordem essencial é que se manifesta o seu caráter de legitimidade, pois do contrário, se evidenciassem somente questões periféricas, menores, que não viessem afetar a essência do

problema, não se constituiria num processo de participação real, mas falso. (DEMO - 1984).

O fato da organização ser descentralizada, também deu condições para que os próprios grupos encontrassem suas próprias alternativas, favorecendo o seu crescimento e sua auto-independência em relação a um direcionamento, que certamente se apresentaria como centralizador e castrador das iniciativas regionais.

Vemos assim, que neste primeiro momento, rico pela mobilização e pelo engajamento comunitário, conseguiu-se discutir o Ensino de 2º Grau como um todo, e não só levantar as expectativas, mas também definir pelo consenso do grupo, o encaminhamento que este nível de ensino viria a ter no Estado, num tênue vislumbrar da integração entre educação e sociedade tão desejada, enquanto postulado político.

Todos os registros do processo, por sua vez, nos dão conta de que o Curso de Magistério era objeto de grande preocupação dos professores. Nos vários depoimentos constatados nos Encontros e Seminários, tanto regionais como centrais, os professores manifestavam sua preocupação quanto ao tratamento especial que deveria ser atribuído a este curso.

Esta preocupação foi traduzida nos documentos Sínteses dos Seminários, pelo destaque dado à questão do Curso de Magistério e pelo reconhecimento da dificuldade de, enquanto professores, definir a priori o seu novo encaminhamento. Sugeriam um tratamento diferenciado dos outros cursos de 2º Grau, com estudos aprofundados para elaboração da nova proposta.

No entanto, este posicionamento dos professores participantes da Reorganização não se deu por acaso, mas como resultado de um diagnóstico que vinha sendo efetuado no Estado através de estudos e pesquisas e que, a partir de 1983, pode então dar início a um processo de sistematização.

Este diagnóstico apontava para os problemas ocorridos em razão da expansão quantitativa do Curso (207 Escolas) - o de maior oferta no Estado - que não veio sendo acompanhada da necessária qualidade em termos do ensino ofertado, cujas causas têm sua matriz na política educacional implantada no país.

Nesta constatação, a Reorganização do Ensino de 2º Grau destacava o Curso de Magistério como prioridade para atendimento. Assim, o cumprimento desta política colocava um desafio que o Departamento do Ensino de 2º Grau teria que enfrentar e só poderia ser vencido por meio de ações coletivas, para que pudesse manter a coerência de sua filosofia de trabalho, isto é, pelo exercício da participação.

2.2 PROJETO MAGISTÉRIO EM NOVA DIMENSÃO - A PRÁTICA DE UM COMPROMISSO

Claro está que não existe uma relação imediata entre conhecimento e transformação prática da realidade.

Ou seja, não basta apenas "compreender as leis fundamentais que regem a natureza e a sociedade". Tal compreensão será inútil se não se traduzir em programas de ação: projetos, planos ou mesmo direções, objetivos, finalidades que irão incidir sobre a realidade, podendo transformá-la. Os programas de ação se constituem em antecipações ideais daquilo que queremos ver realizado no imediato, a médio e a longo prazo.

(RIBEIRO - 1987, p.23)

A definição de políticas com base na realidade educacional, a sua discussão e socialização constitui-se no primeiro patamar para que a educação consiga avançar. No entanto, é preciso que se tenha clareza de que somente a conscientização política da situação que se apresenta não basta, é preciso que estas discussões venham acompanhadas também de soluções para os impasses registrados, para que então venha a ser concretizada aquela vontade política inicial.

A política de Reorganização do Ensino de 2º Grau encaminhou a questão do Magistério, tendo em seus Seminários Centrais recomendado que o mesmo tivesse atenção especial, merecendo tratamento diferenciado dos outros curso.

Esta recomendação dos educadores paranaenses não viria ser formulada, se para isso não houvesse uma sólida justificativa que a sustentasse. O Curso de Magistério no Estado na verdade já vinha sendo objeto de estudos e, por esta razão, no momento em que foi desencadeado a Reorganização, já tinha conhecimento do seu quadro de realidade. Tanto isto é verdade que no momento de decidir-se os seus rumos, as recomendações vieram ao encontro

da preocupação dos professores de todas as regiões do Estado, que sem vacilar, ratificaram tal situação a partir do cuidado que demonstraram ao estabelecer qual o encaminhamento a ser dado para o Curso.

É por demais conhecida a situação do Ensino de 2º Grau em geral e mais particularmente do Curso Magistério em razão do advento da Lei 5.692/71, que o descaracterizou, fazendo com que figurasse tão somente como **mais uma** das habilitações de 2º Grau assumir caráter propedêutico com uma estrutura curricular que não garantia o caráter específico do Curso e, portanto, resultando na formação de profissionais sem condições de atender as exigências requeridas pelo alunado das séries iniciais do Ensino de 1º Grau.

Cabe aqui considerar que as mudanças ocorridas no Curso Magistério a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 5.692/71 - defrontaram-se com a expansão quantitativa da Escola de 1º Grau, o que já vinha ocorrendo desde a década de 50, quando em consequência do processo de urbanização e industrialização do país, começam ter acesso ao ensino crianças oriundas da classe trabalhadora. (MELLO, 1985).

Estes dois determinantes provocaram modificações profundas no trabalho do professor, no momento em que alteraram toda a dinâmica pedagógica e administrativa da Escola, ao mesmo tempo em que a superlotava com uma **nova clientela** que trazia consigo **novas exigências**, que na verdade não estavam sendo respondidas pelos professores os quais até então vinham sendo formados pelos cursos de formação de professores.

Dentro deste contexto, que se configurava também a nível estadual, foi que o Departamento do Ensino de 2º Grau estabeleceu como uma de suas metas prioritárias - a partir da política de Reorganização do Ensino de 2º Grau - a revitalização dos Cursos de Magistério, atendendo decisão específica do Seminário Final da Reorganização.

Para viabilizar esta meta, recursos financeiros faziam-se necessários, já que a vontade política tem que estar sempre aliada às ações reais para que venha tornar-se concreta, sendo para isto elaborado o **Projeto Magistério em Nova Dimensão** com vistas a conseguir recursos financeiros da Secretaria do Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura (SESP/MEC).

A denominação do Projeto foi selecionada dentre um rol de sugestões, por ser a que mais se identificava com as pretensões do mesmo, demonstrando até pelos detalhes a vontade de se fazer algo de novo, que viesse mudar a situação apresentada pelo Curso até então.

Este Projeto foi elaborado em 1984, tendo como objetivo maior, **revitalizar os Cursos de Magistério através da descentralização de ações, visando à melhor formação do professor de 1ª à 4ª séries**. Como objetivos específicos apresentava:

Organizar os Pólos Irradiadores de Orientação Técnico-Pedagógica; promover a integração com as Instituições de Ensino Superior; valorizar a atuação descentralizada dos Núcleos Regionais de Educação; desenvolver ações para melhoria do Estágio Supervisionado; avaliar as Diretrizes Curriculares do Magistério; promover a melhoria da atuação docente na operacionalização do currículo através de cursos de fundamentação nas áreas específicas e avaliar a ação dos Pólos de Orientação Técnico-Pedagógica de Magistério implantados.

(Projeto Magistério em Nova Dimensão - SEED/DESG 1984)

Na linha destes objetivos foram propostas as ações a serem executadas ainda no ano letivo de 1984. Encaminhado ao MEC o Projeto foi aprovado, ficando porém na dependência da liberação dos recursos, o que só veio ocorrer no final do ano de 1984. Por esta razão, naquele ano só puderam ser realizadas as ações que não dependiam de maiores recursos, que se caracterizaram como uma preparação para o desenvolvimento do Projeto propriamente dito, iniciado somente em 1985.

Esta situação demonstra claramente uma das inúmeras contradições existentes no processo que acompanha a execução de uma política educacional: existe a vontade política, a competência técnica necessária, a mobilização dos interessados; mas o entra-

ve burocrático, que passa pela questão financeira da educação, põe em risco toda a credibilidade, esta imprescindível naquele momento em que estava em jogo a capacidade de realização da política de Reorganização do Ensino de 2º Grau, que se iniciava, enquanto ação sistematizada, pelo atendimento do Curso de Magistério.

Por esta razão, foi necessário que se fizesse uma reprogramação do Projeto, para que sua oficial viesse a ser desenvolvida a partir do início do ano letivo de 1985, sendo que dos principais eventos propostos, constavam: Seminário para Organização dos Pólos Irradiadores de Orientação Técnica de Magistério; Seminário de Política de Ensino; Seminário para Avaliação do Curso de Magistério; Cursos de Atualização Docente nas Áreas de Fundamentos da Educação, Didática e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Seminário para Avaliação dos Pólos de Magistério.

A exemplo da Reorganização do Ensino de 2º Grau a metodologia adotada para o Projeto continuava privilegiando a participação dos professores, posição esta fortalecida não só pela experiência já vivenciada como também pelos resultados positivos conseguidos pela mesma na Reorganização.

Apostava-se, assim, na certeza de que mais profícuo seria este trabalho com o Magistério considerando-se a trajetória já percorrida pelos professores, que tornava por certo mais fácil a condução do processo, tendo-se em vista o nível de conscientização política em que estavam os professores, mormente os do Magistério, que já vinham debruçando-se sobre as questões que afetavam o Curso há bastante tempo.

Nesta perspectiva, a tarefa que preocupou bastante por ocasião da feitura do Projeto, foi a de conciliar a metodologia participativa com as políticas de descentralização, valorização da Escola Pública e integração entre os graus de ensino, principalmente. Portanto, foram destas preocupações primeiras a origem

da estratégia que veio a privilegiar a criação dos Pólos de Magistério, a composição de sua estrutura básica, assim como a sua abrangência e função.

Fazia-se necessário criar mecanismos de sustentação efetiva que viessem assegurar canais de participação nas diversas regiões do Estado, mas com um condicionante básico de estar voltado para a questão específica do Magistério. Não se podia ficar somente no discurso e no levantar expectativas. Era hora de assegurar medidas concretas que começava por uma estrutura, embora incipiente, para que se pudesse garantir um mínimo de credibilidade no processo.

Os Pólos Irradiadores de Orientação Técnico-Pedagógica de Magistério foram pensados então, como estruturas descentralizadas da Secretaria e, como tal, seguiriam a mesma abrangência jurisdicional dos Núcleos Regionais de Educação. Portanto, conservariam também o mesmo município como sede. Todas essas implicações foram consideradas por ocasião da elaboração do Projeto, sendo devidamente mapeadas com demarcação provisória das respectivas áreas de abrangência; os Colégios que os sediaram, bem como as Instituições de Ensino Superior a que estariam ligados.

Um ponto a destacar é que serviram de subsídio, naquela ocasião, foi a experiência anterior levada a efeito pelo Departamento com o Projeto Centros de Excelência. Este Projeto destacou os chamados **Centros de Excelência** - Colégios de 2º Grau selecionados por sua tradição de oferta de ensino de qualidade. Estes Colégios entre outros transformaram-se, na sequência, nos Colégios Sede Pólo, também considerou a sua ligação no município que sediava o Núcleo Regional e as suas condições de estrutura física e material. Os Projetos elaborados pela então denominada **Assessoria de Supervisão de Ensino** do Departamento do Ensino de 2º Grau foram outra fonte de referência, pois os mesmos já vinham desde 1983, como me referi anteriormente, investindo embora de forma sistemática na melhoria do Curso Magistério.

No Projeto original elaborado pelo Setor de Supervisão de Ensino, datado de maio de 1984, constavam 13 (treze) Pólos Irradiadores que mais tarde foram ampliados para 20 (vinte), acompanhando a política de expansão da Secretaria de Educação no que se refere às suas estruturas descentralizadas, cronograma prevendo visitas para estabelecer um primeiro contato com os Colégios e Faculdades de Educação - Cursos de Pedagogia, visando a implantação do Projeto. Estava previsto também dentro da ação de Avaliação das Diretrizes Curriculares (Deliberação 22/79 - CEE), elaboração de **relatório dos resultados e proposta de reformulação das diretrizes curriculares, se necessário**. (Projeto Magistério em Nova Dimensão DESG/SEED - 1984).

Com a liberação dos recursos aprovados (novembro/84), a execução do Projeto pode ser iniciada com a realização, em março de 1985, do **Seminário de Organização dos Pólos Irradiadores de Orientação Técnico-Pedagógica**, do qual participaram representantes dos Núcleos Regionais de Educação atuantes nas equipes de Ensino, diretores e professores do Magistério, inclusive dos Institutos de Educação, diretores e professores das Instituições de Ensino Superior (Curso de Pedagogia), o que garantia a representatividade tanto dos níveis de ensino como das regiões do Estado.

Foi apresentado pelo Departamento, neste Seminário, o Projeto em suas linhas básicas, para serem discutidas e detalhadas com todos os professores presentes e coerente com a sua filosofia de trabalho participativa, mas não prescindindo da coordenação realizada pelo Departamento desde o seu início do processo. As políticas básicas de valorização da escola, integração entre os graus de ensino e descentralização de ações, foram bem explicitadas já que seriam os pilares sobre os quais deviam estar assentadas todas as atividades de redimensionamento do Curso Magistério.

Expostos os princípios norteadores, foram discutidas e analisadas as questões de ordem administrativo-operacional, decidindo-se que a sede do Pólo seria no próprio Colégio de 2º Grau que assumiria também a sua Coordenação. Foram elaboradas deste modo as atribuições do Pólo a nível de Escola, Núcleo Regional de Educação e Instituição de Ensino Superior. O Pólo de Magistério por sua vez deveria ter um Plano de Ação, a ser elaborado pela representação dos três níveis, que passaria a ser o critério para que os recursos financeiros fossem repassados, no momento em que fossem descentralizados.

A receptividade do Projeto foi imediata, pois se constituía numa primeira ação concreta em atendimento ao decidido pelos Seminários de Reorganização do Ensino de 2º Grau. Havia preocupação dos representantes das instituições, visto que, de imediato, não poderiam arcar com a responsabilidade de assumir o Projeto - que neste momento configurava um compromisso muito sério - sem antes consultar seus pares, pois era uma proposta nova que exigia ser analisada em todos os seus aspectos e conseqüentes decorrências de implantação.

A disponibilidade de pessoal para atuação no Projeto foi levantada nas discussões pela sobrecarga de trabalho que, com certeza, um trabalho desta envergadura traria. Os professores e diretores das Escolas de Magistério colocavam tal necessidade considerando que, para aquele ano (de 1985), havia sido suprida a concessão de aulas extraordinárias para que os professores de Didática acompanhassem a Prática de Ensino dos alunos do Magistério nas Escolas de 1ª à 4ª séries. Esta nova linha havia revigorado em 1984 já por iniciativa do Departamento, que agilizou esforços junto à Diretoria Geral para sanar as dificuldades que estavam surgindo em razão da impossibilidade de realização deste acompanhamento. Face à polêmica, face a esta realidade os participantes resolveram encaminhar solicitação à Diretoria Geral solicitando autorização de nova concessão. Esta situação já apon-

tava para uma das várias problemáticas a serem urgentemente resolvidas para o melhor desenvolvimento do currículo do Curso.

Mesmo conhecendo as dificuldades a serem enfrentadas, o Projeto foi assumido pelos educadores participantes do Seminário que, em suas respectivas regiões, deram a largada na etapa de implantação dos Pólos de Magistério, justamente pelo nível de credibilidade que naquele momento vinha sustentando o trabalho desenvolvido pela Secretaria e pelo Departamento do Ensino de 2º Grau em particular.

A primeira tarefa que caberia ser levada a efeito nas regiões seria a de credenciar os representantes do Pólo de Magistério dentro de cada um dos níveis de atuação, enviando em seguida o seu Plano de Ação, elaborado de forma por seus componentes com base nas atribuições firmadas no Seminário, visto que o Plano iria referendar a liberação das verbas para execução das atividades regionais propostas e a serem executadas junto do Curso de Magistério.

Evidente que aconteceram dificuldades nesta fase e a primeira a ser constatada foi a de alguns Pólos não contarem com Instituição de Ensino Superior no município sede, o que sem dúvida viria a se constituir num fator limitante para a sua atuação. O critério era de integração com as Faculdades de Educação e portanto com os Cursos de Pedagogia e Licenciaturas, pela própria natureza da temática a ser estudada, sendo que nem todos os municípios sedes possuíam esta oferta específica a nível de 3º Grau.

Estudada a situação que abrangia 04 Pólos - Pato Branco, Apucarana, Ivaiporã e Área Metropolitana - foi decidido que Pato Branco seria atendido pela Faculdade de Palmas; Apucarana por Araçongas; Ivaiporã por Maringá e a Universidade Federal do Paraná - Setor de Educação - daria atendimento ao Pólo da Área Metropolitana, cuja sede era o município de Araucária, além de Curitiba.

Como seria a primeira experiência de descentralização de recursos para que os Estabelecimentos Sede gerenciassem e prestassem contas foi preciso elaborar uma Instrução (02/85-DESG) para orientar as Coordenações dos Pólos sobre os procedimentos a serem adotados quanto a questão administrativo-financeira.

Pela apreciação dos Planos de Ação dos Pólos constatou-se que mesmo com dificuldades, principalmente no que se referia aos recursos humanos específicos para trabalhar no Projeto, as proposições haviam ultrapassado as expectativas, pois foram criadas formas alternativas para desenvolver as ações básicas sugeridas.

Como a falta de recursos humanos com disponibilidades para assumir o Projeto apresentava-se como o maior entrave desta primeira avaliação foi necessário ser elaborada uma justificativa do Departamento à Diretoria Geral, para que houvesse designação de professores para assumir a Coordenação do Projeto, sugerindo como critério a liberação de 20 horas/aula semanais (1 padrão) a cada 10 (dez) Escolas de Magistério a serem atendidas. A solicitação foi autorizada, cabendo ao Setor de Ensino disciplinar a questão a fim de que a mesma viesse a ser efetivada na prática.

Estas primeiras conquistas de ordem administrativa começaram a surtir efeito, fazendo aumentar a credibilidade dos envolvidos no processo. Como veremos adiante, são conquistas que se efetivaram, enquanto base estrutural necessária para que os avanços na área do Curso de Magistério pudessem acontecer de forma conseqüente.

Ao tempo em que o Projeto ia tomando corpo através dos Pólos, agora com o respaldo de recursos humanos requeridos, a preocupação que emergia como das mais urgentes, era a de solucionar de imediato as dificuldades que vinham sendo detectadas desde antes da Reorganização, quanto à prática de Ensino do Curso, realizada sob a forma de Estágio Supervisionado, principalmente no tocante ao seu acompanhamento junto dos alunos.

Esta situação que passava fundamentalmente pela questão administrativo-burocrática, gerava um prejuízo na qualidade do ensino ofertado e, por conseguinte, na formação do professor, pelo fato do Estágio Supervisionado demandar tempo para que os professores de Didática pudessem realizar as orientações técnico-pedagógicas que os estagiários necessitam, ainda mais se levarmos em conta o número de alunos a serem atendidos, situação que se agravava mais ainda em estabelecimentos de grande porte, com muitas turmas a serem atendidas.

Mas, na verdade, o que vinha ocasionando esta distorção era que o Estágio Supervisionado constava do currículo do curso, mas fora do quadro da grade curricular, o que implicava na carga horária a ele destinada (300 horas/aula) não ser remunerada, impedindo assim o seu correto acompanhamento pelos professores de Didática.

A queixa formulada pelos professores durante o Seminário de Organização dos Pólos retratava as decorrências dessa realidade, que para o ano letivo de 1984 foi solucionada pela Diretoria Geral, a pedido do Departamento (Ofício nº 143/84), com a

atribuição, em caráter experimental aos professores das Didáticas específicas, em forma de hora/aula, o correspondente a 30% (trinta por cento) da carga horária ministrada pelos professores, para acompanhamento e supervisão das atividades do Estágio, o que significa 1 hora/aula para a 1ª série, 2 hora/aula para a 2ª série, 3 hora/aula para a 3ª série.

(Ofício Circular nº 04/84 - DESG)

Para o ano letivo de 1985 a solicitação teve que ser renovada junto à Diretoria Geral, fundamentada na solicitação dos professores, mas agora através de um documento que explicitava a questão da Prática de Ensino no Curso Magistério. Depois de cuidadosa análise houve a homologação da Resolução nº 1.617/85 - SEED e Instrução nº 04/85 - DESG/SEED, disciplinando definitivamente o assunto com a regulamentação das horas/aula atribuídas aos professores de Didática, para acompanhamento da Prática de Ensino - a primeira conquista resultante do Projeto.

Pela Instrução nº 04/85 o Departamento fez as devidas orientações aos Estabelecimentos de Ensino quanto aos Planos de Prática de Ensino a serem elaborados dentro da nova postura que estava se delineando, advogando entre outras coisas, a vinculação entre a teoria e a prática. Assim o professor de Didática assumiria o acompanhamento do Estágio, garantindo sua estreita integração à realidade da comunidade, fosse ela urbana ou rural.

Neste contexto, marcado por conquistas de ordem administrativas e de superação de entraves burocráticos, foi realizado o **Seminário com Professores de Prática de Ensino sobre a Problemática do Estágio Supervisionado de Magistério**, no CETEPAR, no período de 06 a 08 de maio de 1985, com a participação dos professores de Prática de Ensino dos Pólos de Magistério, tendo por objetivo a **elaboração de documento orientador para fundamentar a nova proposta de Diretrizes Curriculares para a Habilitação Magistério** e que contou também com representação não só dos outros Setores da Secretaria, mas também do Conselho Estadual de Educação.

Como subsídios originados das ações regionalizadas da Reorganização e dos Pólos pode-se levantar dados sobre a realidade da Prática de Ensino no Curso Magistério, dados estes que foram reunidos no documento **Diagnóstico da Prática de Ensino dos Cursos de Magistério** e que teve a finalidade de subsidiar as discussões sobre a problemática da Prática de Ensino dos Cursos de Magistério, com vistas à elaboração de proposta a ser integrada à nova caracterização desse Curso. (Diagnóstico da Prática de Ensino dos Cursos de Magistério - SEED/DESG - 1985).

Este documento apresentava o assunto com uma abordagem das suas dimensões pedagógica, administrativa e legal. Ao mesmo tempo o documento **Referencial para uma Proposta de Prática de Ensino** continha as linhas básicas de um primeiro referencial sobre a Prática de Ensino. Desta forma vieram a se constituir no

material embasador para que a Prática de Ensino fosse realmente analisada e discutida em toda a sua abrangência e profundidade durante o citado Seminário.

Deste evento resultaram 06 propostas que caracterizavam nitidamente o grau de avanço em que se encontrava cada região no que referia a questão específica da Prática de Ensino. Pode-se observar então propostas mais ou menos conservadoras, ao lado outras bem mais avançadas e, portanto, liberadas até certo ponto de muitos aspectos que vinham sendo consagrados por uma prática cristalizada, reflexo de corrupção de educação presente no currículo do Curso de Magistério.

Estas propostas, por decisão do plenário, teriam que ser socializadas pelos Pólos e também discutidas em cada Escola, com todos os professores, para que pudesse haver opção quanto a proposta que iria passar a fundamentar a Prática de Ensino.

A partir daí continuaram os estudos sobre todos os outros componentes referentes a uma proposta curricular, destacando-se no entanto o fato de que deram início ao processo de reformulação curricular foram as referentes a Prática de Ensino.

O Departamento na sua função de coordenador do processo orientou os Pólos, principalmente quanto à seqüência das ações, considerando que o próximo passo seria o Seminário a nível central para elaboração da proposta, em sua totalidade em que seriam apresentadas as propostas dos Pólos já com todos os seus elementos constituídos, inclusive a proposta de conteúdos. Este Seminário, devido a complexidade da tarefa de compatibilizar todo o material trazido das regiões, foi ampliado de 2 (dois) para 6 (seis) dias (20 a 26/06/85), transformando-se pela carga horária trabalhada do qual participaram também professores das disciplinas da parte de Educação Geral e da Formação Especial do currículo do Curso.

Como era a prática do Departamento discutir internamente os assuntos a serem trabalhados em qualquer dos eventos, isto é,

ter sempre um posicionamento definido a partir do estudo da questão, para este Curso tão importante a condução não foi diferente o documento **Posicionamento do DESG frente aos Cursos de Magistério** subsidiou os professores participantes em suas análises e discussões preliminares, feitas a partir da apresentação das 20 (vinte) propostas dos Pólos, sendo distribuídos pelo menos 06 (seis) grupos constituídos durante o Seminário de Prática de Ensino realizado anteriormente.

Neste Curso novamente se fizeram representar os outros Departamentos da Secretaria e o Conselho Estadual de Educação, sendo que a Coordenação esteve sob a responsabilidade de docente do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Esta Instituição participava desde o início do Projeto, através de seus representantes nos 02 (dois) Pólos a ela integrados: Curitiba e Área Metropolitana.

Nesta primeira etapa, em que se discutia as questões de ordem estrutural e curricular do Curso, docentes das diferentes disciplinas também estiveram acompanhando o seu desenvolvimento, considerando que na segunda fase da programação do evento teriam a tarefa de elaborar as emendas dos conteúdos das disciplinas nos resultados desta etapa e nas emendas constantes em cada uma das propostas regionais.

Mesmo com todo o esforço dos participantes não foi possível terminar a proposta na sua totalidade, o ementário das disciplinas do currículo sendo apresentado, exigiu que se ocupasse todo o tempo previsto. Ao mesmo tempo outro grupo de professores iniciava a redação da nossa proposta a fim de poder agilizar os trabalhos.

Face a este quadro a chefia do Departamento sugeriu como alternativa a possibilidade de ser designado um Grupo de Trabalho, a ser constituído por docentes da Universidade Federal do Paraná que representavam a Instituição nos Pólos de Curitiba e

Área Metropolitana e docentes representantes de outros Pólos de Magistério. A alternativa foi aceita, cabendo a este grupo então o aprofundamento das questões ainda não finalizadas, como: a abordagem das Didáticas, a junção das disciplinas de Filosofia da Educação e História da Educação; ementa de Educação Artística; além da carga horária das disciplinas do Currículo que estava excessiva mal redistribuída na grade curricular.

Este Grupo de Trabalho então responsável pela redação final do documento-proposta, que após concluído, deveria ser apreciado pelos Pólos, sendo que a data para tal procedimento ficou marcada para a segunda quinzena de agosto.

Faz-se importante destacar que paralelamente à construção da proposta, os Pólos já estavam se articulando no sentido de poder realizar os Cursos de Atualização que seriam descentralizados e com a participação efetiva das Instituições de Ensino Superior. Como a organização seria de responsabilidade dos Pólos que, pela primeira vez teriam esta incumbência, foi preciso uma Reunião de Trabalho a nível central, para que o Setor de Ensino do Departamento pudesse proceder todas as orientações inerentes ao desencadeamento desta ação.

Para execução dos Cursos foi apresentada uma proposta de agrupamento de Pólos bem como dos municípios que iriam sediar os Cursos, já que desta maneira custos e esforços poderiam ser racionalizados, neste momento em que se precisava consolidar não só as tendências que estavam emergindo para o Curso de Magistério, mas também a integração com o 3º Grau, preservando ainda a independência e iniciativa de cada Pólo.

A programação foi estabelecida, prevendo 08 (oito) municípios-Pólo como sede: Curitiba, Londrina, Paranavaí, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Palmas, Maringá e Cascavel, embora fossem realizados um total de 09 (nove) pelo fato de Curitiba sediar 02 (dois) dos cursos. Esta ação teve seu início, com o primeiro curso sendo realizado em Curitiba, no CETEPAR, na data de

26 a 30 de agosto e terminando com o realizado no Pólo de Londrina, de 21 a 25 de outubro de 1985.

Nesta Reunião de Planejamento 02 importantes pontos surgiram já sinalizados para algumas mudanças significativas que deveriam ocorrer, como reflexo do trabalho dos Pólos junto dos professores. Primeiro, o fato de na organização dos cursos a prioridade manifestada, ter sido para Didática e Fundamentos da Educação - 40 horas/aula - em detrimento da matéria Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, que ficava apenas com 24 horas/aula e com possibilidade de ser realizado posteriormente. Em segundo lugar, o fato dos Pólos do interior do Estado terem reivindicado a participação nos 02 primeiros cursos sediados em Curitiba, dos Coordenadores de Pólo e dos Professores que iriam assumir a docência dos Cursos Regionalizados.

Esta última medida veio demonstrar o cuidado e o grau de comprometimento dos envolvidos, que assim estavam tomando medidas preventivas para que não houvessem falhas nesta fase fundamental da regionalização, em que a busca da competência grassava em todos os níveis, principalmente nos que tinham o maior encargo - a coordenação do processo.

Os pontos acima destacados demandam um aprofundamento maior, uma vez que o projeto estava em franco desenvolvimento, pois que iniciado em março de 1985 já se encontrava com aproximadamente 06 meses, cabendo portanto uma reflexão inicial, ainda que incipiente.

No instante em que se deu início a organização dos Cursos foram surgindo ao mesmo tempo que demonstravam dificuldades, condições de trabalho do professor. Quando se tentou distribuir os professores pelas diferentes matérias objeto dos Cursos, o número de professores que sobrava para a matéria Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau era irrisório, havendo concentração somente nas matérias Didática e Fundamentos da Educação. Isto se explicava facilmente por haver um número insignifi-

cante de professores exclusivos desta matéria, fator agravado pela mobilidade crônica de professores existentes nas disciplinas ditas específicas do Currículo do Curso de Magistério.

Ao lado desta justificativa para esvaziamento do curso na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, subjaz uma outra - básica no contexto de todo este estudo - é decorrente da posição político-ideológica existente entre os professores de oposição ao legal e ao legalismo, de negação até, por tudo que tinha representado para o país e particularmente para a educação, posição esta que agora emergia, fazendo pela própria negação da matéria Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau a materialização do seu ato de repúdio. Ninguém queria trabalhar, o que de certa forma vinha sendo encarado como proscrito, propondo que o Curso fosse realizado com a denominação de **Fundamentos Legais da Educação**.

No bojo desta mesma questão qual seja a organização dos cursos, surge ainda outra decorrência apontada: a falta de integração entre os professores de Fundamentos da Educação e de Didática e que passou a afligir a todos que, ingenuamente, achavam que por meio de uma estratégia de integração artificial - no caso a programação - dar-se-ia conta de problema de ordem conjuntural tão profundo, que já vinha arraigado na prática dos educadores desde a sua formação por força da vigência de um regime de governo autoritário, que fazia da educação seu instrumento maior na luta contra a democratização do país.

Assim, a sugestão era de que não houvesse separação dos professores de Didática e de Fundamentos, que ao início e final do curso ficariam em turmas únicas, onde seriam abordados os assuntos inerentes a todos os professores, como: a Prática de Ensino, a Alfabetização além da Dimensão Filosófica da Proposta numa dinâmica tal que viesse a contribuir para um maior aprofundamento da nova proposta em toda a sua abrangência, como meca-

nismo para a sua socialização, pelo significativo número de professores que iria atingir.

Neste mesmo clima de vivência participativa aconteceu o **Encontro para Validação da Proposta de Magistério**, conforme o havia sido agendado para a continuidade do processo de construção da proposta - 15 e 16 de agosto de 1985 - e, cujo Grupo de Trabalho, a quem foi delegada a competência da redação, com assistência plena do Setor de Ensino, caberia a apresentação da tarefa realizada.

Deste Encontro participaram todos os integrantes do Grupo de Trabalho, os representantes dos 20 (vinte) Pólos de Magistério, professores da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Estadual de Maringá e, o que já se fazia uma constante em todas as promoções do Projeto, o Conselho Estadual de Educação, através da participação de Conselheiros, sendo que o local desta feita foi a Sala de Reuniões do Hotel Lancaster, pois o Encontro não estava dentro do cronograma reservado pelo Departamento no CETEPAR.

Apresentado o documento-proposta em plenário, foram iniciadas as discussões, sugestões e críticas, tendo como ponto de referência as questões que ficaram indefinidas na fase anterior. As críticas evidenciaram os aspectos de âmbito maior e que diziam respeito desde a sua própria estrutura, que estaria muito compartimentada, passando pela linguagem que ainda era tecnicista, até o levantamento das incoerências que ainda se faziam presentes, e que precisavam ser melhor trabalhadas para possibilitar a sua eliminação do documento.

Estes 02 dias caracterizaram-se por um intenso esforço concentrado dos participantes, no sentido de poder resolver todas as pendências e avançar para garantir o término do trabalho no tempo previsto. Administrar o tempo aqui já se colocava como questão essencial - própria do processo participativo, é bem verdade - mas, por isso mesmo vital para continuar mantendo a

credibilidade que cada vez mais se faz necessária, considerada não só a história da ação do Departamento desde a primeira experiência de coordenação, vicenciada com o Programa de Reorganização, até a atual fase em que se encontrava este segundo processo agora com o Curso de Magistério.

Mesmo assim sendo foi preciso extrapolar horários, o que dificultou a locomoção de representantes de alguns Pólos, tendo suscitado inclusive a observação de alguns presentes que se admiravam da resistência da representação do Departamento que, mesmo com o horário ultrapassando o normal, continuava firme no papel que lhe competia pela responsabilidade, mas sobretudo sustentado pela força que só um compromisso assumido com o coletivo, pode vir a conferir.

Resgatados e resolvidos os pontos polêmicos da proposta, os resultados foram:

- as Didáticas passariam a constituir a disciplina **Metodologia do Ensino para Séries Iniciais**;
- a disciplina Alfabetização continuaria a fazer parte do Currículo;
- as disciplinas **Filosofia e História da Educação** constituiriam disciplina única, na qual seriam trabalhados conteúdos de história de educação brasileira;
- a disciplina Educação Artística ficaria numa única série;
- a carga horária da disciplina Psicologia seria aumentada;
- as disciplinas da Parte Diversificada ficariam em duas séries, (1ª e 3ª) e não nas três, como anteriormente;
- as ementas das disciplinas Filosofia e História da Educação, Geografia, Psicologia e Metodologia das Séries Iniciais foram reformuladas;
- as partes que tratavam da Abordagem Curricular e Metodologia, passaria a integrar um mesmo item do documento;

- a parte de Análise do Plano de Estudos foi incluída no documento para que pudessem ser esclarecidas todas as mudanças ocorridas.

De todas as questões discutidas, a Psicologia e a Didática foram as que suscitaram maior polêmica. A Psicologia sempre na defesa de maior carga horária, justificada pela quantidade dos conteúdos a serem abordados e pela importância da disciplina no currículo do magistério; e a Didática principalmente pela junção das chamadas **Didáticas Especiais** numa única denominação, ou seja, **Metodologia do Ensino para Séries Iniciais**. Isto incidia em aspectos de formação do professor, de distribuição de aulas para estes professores que deferia de acordo com o porte do Estabelecimento.

No momento de tais divisões o poder da argumentação pesa bastante, e aí o embasamento teórico e o conhecimento aprofundado dos aspectos específicos tanto do currículo como das disciplinas, faz-se necessário, para que não se coloque em risco a qualidade do trabalho já realizado.

Novamente caberia ao Grupo de Trabalho a conclusão do documento com a inserção das ementas que faltavam das disciplinas da Parte Diversificada e das Línguas Estrangeiras Modernas, problema resolvido com a elaboração das mesmas, sendo que para Língua Estrangeira Moderna foi elaborada uma ementa geral pelo Departamento de Línguas da Universidade Federal do Paraná e que atenderia os requisitos essenciais para o ensino de uma língua estrangeira.

De posse de todo o material, inclusive das reformulações, o Grupo de Trabalho pode dar redação final ao documento-proposta que deveria ser concluído com a maior brevidade possível, para que pudesse ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação em tempo hábil para a sua aprovação, ainda no ano letivo de 1985, consideradas todas as medidas administrativas a serem tomadas para se iniciar o processo de implantação de um novo currículo -

este era o objetivo do Departamento.

Voltando aos cursos de Capacitação - pois que o trabalho de finalização da proposta estava caminhando paralelamente - o curso organizado pelo Pólo de Curitiba, primeiro a ser realizado, logo no seu início apresentou uma peculiaridade no tocante a sua programação, haja visto que os professores não aceitaram tal como estava, porque não mais admitiam a divisão das turmas da Didática e Fundamentos da Educação, solicitando que todos os professores recebessem o conteúdo do curso em sua totalidade, no que foram atendidos.

Destacou-se aqui mais uma situação importante e que nos remete ao momento da Reunião para Organização dos Cursos, onde só havia sido levantado o impasse do esvaziamento do Curso de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau. Observa-se por outro lado toda a dinâmica do processo de participação em que as situações não são fixas e imutáveis, ao contrário flexíveis e variadas, requerendo de quem o coordena, igual flexibilidade e rapidez na tomada de decisões frente à cada nova situação apresentada.

Os dois cursos centralizados serviriam como laboratório para os demais regionalizados, já que atendendo a solicitações, contaram com a presença de todos os outros organizadores e docentes responsáveis pelos outros Pólos, podendo ser feita uma avaliação geral ao final de cada um, o que certamente foi uma experiência rica que só veio favorecer o aprimoramento do processo nas dimensões política, administrativa, ressaltando a pedagógica.

Mas é preciso compreender que para se efetivar uma diretriz política, cuja estratégia metodológica é a participação, muitos emperramentos existem, e naquele instante a par do mais renitente que era o administrativo-burocrático, o atraso na liberação dos recursos financeiros uma vez mais poderia vir a interferir, provocando preocupações quanto à manutenção do crono-

grama pré-fixado para os cursos.

No levantamento dos recursos a serem alocados para a capacitação, um dado constatado pelo Departamento na ocasião foi o de que a regionalização dos cursos resultaria num aumento de custos, ao mesmo tempo em que a previsão orçamentária, embora sendo calculada com a utilização de índice alto, não dava conta de superar o da inflação que naquele momento histórico já se fazia presente na vida dos brasileiros. O aumento de custos com a regionalização justifica-se pelo fato de, a nível central, podermos utilizar as dependências do Centro de Treinamento do Magistério do Paraná - CETEPAR - órgão oficial com infra-estrutura específica para atendimento às necessidades quanto a capacitação de docentes e que, portanto, possibilitava um baixo custo no que se refere a hospedagem, o que não acontecia no interior pelo alto custo da hospedagem e alimentação, levando em consideração o número de professores a serem atendidos.

Resta ainda acrescentar quanto aos custos, o acompanhamento pedagógico e administrativo desenvolvido pelo Setor de Ensino do Departamento que se fez presente em todos os 09 cursos, o que propiciou maior segurança aos Pólos organizadores, pois sempre puderam recorrer e contar com mais elementos para solucionar as situações emergenciais, ao mesmo tempo em que podia ser realizada uma dupla avaliação: Pólo a Pólo e posteriormente dos Pólos em geral, o que possibilitava rever posições para os futuros encaminhamentos e o crescimento de todos os envolvidos, quer a nível central como regional.

É preciso reconhecer que as questões que mais se faziam representar continuavam sendo as administrativas, com destaque para o problema crônico dos recursos humanos, embora todo o avanço político-pedagógico que estava sendo conquistado com o desenvolvimento do Projeto - um espaço para o Curso de Magistério cuja tendência, como poderá ser verificado mais à frente deste estudo, será o da sua contínua ampliação.

Estando o documento-proposta pronto, num esforço tanto do Grupo de Trabalho quanto do próprio Setor de Ensino do Departamento, pois que o trabalho de produção de texto sempre se apresenta a nível institucional como extraordinário e por isso mesmo poucos são os que o assumem em sua totalidade, inclusive pela própria inexistência de uma estrutura de apoio condizente, pode ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação no dia 06 de setembro de 1985 - Ofício nº 2.298/85, de 05/09/85, portanto com tempo hábil para a sua apreciação.

Cumprida esta etapa, essencial no desenvolvimento do trabalho dos Pólos, restava aguardar o pronunciamento oficial do Conselho para que pudesse iniciar o processo de implantação ou as reformulações necessárias, pelo fato de serem conhecidas as alterações curriculares que estavam presentes na proposta e não condizentes com algumas disposições legais vigentes. Pressupunha-se que seguindo a ordem natural do processo, existiria uma fase de negociação com o Conselho.

Ao mesmo tempo os Cursos Regionalizados estavam em andamento, sendo que o seu cronograma já referido anteriormente nos dá conta de que o último a ser realizado foi o do Pólo de Londrina, na data de 21 a 25 de outubro de 1985, vindo a completar mais uma das ações programadas pelo Projeto, o que progressivamente fazia aumentar o entusiasmo dos professores engajados no trabalho que estava sendo desenvolvido pelos Pólos de Magistério em suas respectivas regiões.

Retomamos, por força de ser a base de sustentação desse estudo, a Reorganização do Ensino de 2º Grau, para situar que no bojo daquela mobilização, o Curso Magistério com funcionamento no período noturno foi motivo de preocupação que se fez presente principalmente pelos depoimentos dos professores em cujas regiões havia cursos ofertados neste turno. Se a qualidade do ensino dos cursos ofertados no diurno foram contestadas, muito mais a dos cursos noturnos.

Pelos estudos iniciais promovidos pelo Departamento através de dados coletados dos Estabelecimentos em que havia esta oferta, verificou-se que o problema maior que concorria para uma formação precária dos alunos deste turno, recaía na impossibilidade de cumprir a carga horária correspondente ao Estágio Supervisionado no turno diurno. Em decorrência, teoria e prática não seguiam de forma integrada, ocasionando um aproveitamento deficitário dos alunos, o que resultava em elevados índices de evasão e repetência. Aliado aos determinantes de cunho social.

Em razão desses estudos, o Departamento, dentro da sua política de expansão, não autorizava o funcionamento do Curso Magistério no período noturno, até que tais estudos chegassem ao seu final, trazendo os subsídios necessários para uma tomada de decisão. Ao mesmo tempo solicitou um efetivo acompanhamento das Inspetorias e Núcleos Regionais de Educação junto aos Estabelecimentos para que os estágios fossem de fato cumpridos em classes de 1ª à 4ª séries do Ensino de 1º Grau Regular e no período diurno.

Foi assim que houve solicitação de Estabelecimentos para mudar o turno de funcionamento para o diurno, no que foram autorizados pelo Departamento, desativando gradativamente a oferta do noturno. O número de Estabelecimentos que mantinham cursos no período noturno, que já não era significativo - aproximadamente 47 (quarenta e sete) e não existia em todos os Pólos - diminuiu e ao mesmo tempo estacionou, pois não houve mais implantações naquele turno.

Empenhado em aprofundar os estudos, o Departamento, via convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Universidade Federal do Paraná, solicitou pesquisa sobre a Metodologia do Ensino noturno que iniciou pelos Cursos de Magistério, integrando-se as ações do **Projeto Magistério em Nova Dimensão**, para depois estender-se aos outros cursos a nível de 2º Grau.

Os Pólos de Magistério continuaram nas discussões sobre o Magistério em geral e em específico sobre o noturno, sendo que no Seminário de Prática de Ensino, referido anteriormente, fez parte da programação a apresentação dos primeiros resultados desta pesquisa.

Embora nas propostas regionais os Pólos sugerissem encaminhamentos também para o Magistério noturno, esta questão não constou do Documento-Proposta, organizado em sua forma genérica no **Seminário para Elaboração da Proposta do Curso Magistério** (20 a 26/06/85); donde concluiu-se que necessitava de um maior espaço de tempo para que fosse também estudado em toda a sua especialidade, pois que naquele momento todos os esforços achavam-se concentrados em torno do Curso diurno.

Das ações centrais programadas pelo Projeto, a última a ser executada foi o **Seminário de Avaliação dos Pólos de Magistério**, realizado no período de 25 a 27 de novembro de 1985. Dele participaram representantes dos Pólos nos 03 níveis de atuação de sua estrutura: Escola, Núcleo Regional de Educação e Instituição de Ensino Superior assim como os Departamentos da Secretaria.

Neste Seminário foram relatadas as atividades desenvolvidas pelos Pólos ao longo do ano de 1985 numa dinâmica de grupo em que foram ressaltados os avanços, as limitações e também as perspectivas. Para os mesmos assim como os Pólos, o Departamento também prestou contas das suas atividades de coordenação, inclusive com apresentação dos recursos financeiros utilizados para o Projeto em cada um dos 20 Pólos, estabelecendo uma relação democrática entre os níveis regionais e central, que tinha na socialização das informações o seu núcleo.

As limitações centraram-se nos aspectos de recursos humanos e administrativos tanto no que se referia às dificuldades tradicionais da política de recursos humanos, como aos aspectos da própria organização estrutural dos Pólos, bem como do fluxo de comunicação entre os Pólos e/ou entre os Pólos e a Secretaria.

Os avanços incidiram nos aspectos pedagógicos representados pelos diversos pontos positivos existentes na proposta curricular elaborada, a saber: ênfase na interdisciplinariedade, maior abertura na escolha das disciplinas da Parte Diversificada (escolha do Estabelecimento), definição pela profissionalização como objetivo do curso, integração entre Integração Geral e Formação Especial, conteúdos propostos sob a forma de ementas entre outros pontos.

Os Cursos Regionalizados foram destacados como a ação em que os objetivos de - Integração entre os graus de Ensino e Descentralização do Projeto - puderam ser concretizados.

Durante o Seminário abriu-se espaço para continuar a discussão sobre o Curso de Magistério noturno, decidindo-se que os Pólos aprofundariam os estudos, onde também deveriam estar incluídas sugestões sobre os critérios para a sua implantação, entendendo o grupo que o mesmo deveria ser ofertado, considerando a realidade sócio-educacional da clientela a nível de Estado, que não poderia ser penalizado. Teriam que ser pensadas formas diferenciadas de ofertá-lo, considerando a sua clientela, para que o nível de ensino do curso tivesse a melhor qualidade, ficando como tarefa a ser cumprida em 1986.

A versão preliminar da pesquisa **Alternativas Metodológicas no Curso Noturno de Magistério** foi apresentado pela sua coordenadora Professora Corina Lúcia Costa Ramos, da Universidade Federal do Paraná, numa estratégia de encaminhamento das discussões a nível regional.

A partir das Linhas de Ação para o ano de 1986, elencadas pelo Departamento, os Pólos puderam esboçar em conjunto as suas atividades para o ano letivo seguinte. Estas linhas basicamente abrangiam 06 pontos:

- socialização da Proposta Curricular do Magistério;
- implantação gradativa da Proposta Curricular;
- realização de Cursos Regionalizados;

- implantação do Projeto Magistério em Nova Dimensão com a implantação dos Pólos de Foz do Iguaçu e Cianorte;
- avaliação dos Cursos de Estudos Adicionais frente à nova Proposta do Magistério;
- acompanhamento do Curso de Magistério noturno.

No entanto, neste quadro de avaliação e portanto de reflexão sobre o já realizado e de levantamento de perspectivas futuras, pairava sempre a limitação maior - que era a da Proposta não estar aprovada oficialmente - fato que causava inquietação, pelo clima de expectativa gerado, se considerarmos o tempo entre o envio da Proposta ao Conselho (06/09/85) e a realização deste Seminário (27/11/85).

A informação que se tinha era da formação de uma Comissão Especial para estudo da matéria, constituída por membros da Câmara de 2º Grau do Conselho e designada pela Portaria nº 13, de 12/09/85 (Minuta do Processo 402/85). Pela data desta Portaria verifica-se que foi logo em seguida ao envio da proposta pela Secretaria (06/09/85).

Assim terminou o ano de 1985 e:

Considerando que a Comissão Especial, constituída por Conselheiros da Câmara de 2º Grau do Conselho Estadual de Educação, encarregado da análise da citada proposta, não emitiu parecer sobre a matéria em tempo hábil à distribuição de aulas, para o exercício de 1986, a Secretaria de Estado da Educação, frente ao compromisso assumido com a comunidade escolar, autorizou para este ano letivo a implantação da 1ª série da Proposta Curricular de Magistério nos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, uma vez que tais estudos não conflituam com as determinações legais vigentes.

(Melhoria da qualidade dos Cursos de Magistério:
compromisso de todos - SEED/DESG - 1986)

Esta decisão foi tomada pela Secretaria após análise minuciosa da situação, principalmente a mobilização de aproximadamente 27 (vinte e sete) mil pessoal a quem teria que ser dada uma resposta, sob o risco de comprometer todo o processo, pela perda de credibilidade. Reforçou a tomada de decisão o fato de não haver diferença substancial, na 1ª série, entre o currículo vigente e o da proposta - isto do ponto de vista quantitativo:

número de disciplinas e carga horária - não se entrando no mérito do qualitativo onde está situada a dimensão político-filosófica do currículo.

Nesta hora - da tomada de decisão - é que se pode sentir, na prática, todo o peso de um processo participativo, colocando à prova o discurso institucional, frente à legitimidade e representatividade de um processo, e que faz da decisão uma questão inadiável.

Melhor dizendo:

Uma conclusão é sempre clara: processos participativos são arriscados, desde que legítimos e profundos. Não há como participar apenas em teoria e à distância. Na prática o conflito de poder é inevitável. Por isso, a dedicação a tais atividades pressupõe uma decisão pessoal e grupal de identificação ideológica prática com populações desprivilegiadas, por parte dos técnicos.

(DEMO - 1984, p.11)

Neste sentido a concreticidade de uma política educacional passa também pelo grau de assunção da mesma por seus dirigentes e detentores portanto de poder decisório, já que o compromisso político e competência técnica, considerados na sua interdependência, é que poderão dar o respaldo para essa tomada de decisão, como afirma DEMO:

Parece evidente que a Proposta de um programa qualquer sob forma participativa inclui uma decisão política que muitas vezes teimamos em discutir como apenas técnica. E não retiramos, daí então, as devidas consequências.

(DEMO - 1984, p.20)

A implantação da proposta curricular foi autorizada pelo Ofício nº 71/86 e Ofício nº 72/86 - SEED, de 13/01/86, remetido, respectivamente, aos Chefes de Núcleos Regionais de Educação e aos Coordenadores de Pólo de Magistério, sendo assim autorizada a implantação da 1ª Série da Proposta Curricular do Curso Magistério para a Rede Estadual de Ensino, sendo necessário imediatas providências do Departamento para que a mesma não viesse ocasionar problemas na distribuição de aulas para o ano letivo de 1986,

Com a autorização da implantação da 1ª Série, a proposta foi implantada nos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino,

a partir de 1986, ocasionando um fato inédito no sentido de que contrariava os procedimentos administrativos até então consagrados na prática do Departamento no que se refere a currículo, uma vez que se iniciava uma implantação autorizada por um Ofício da Senhora Secretária de Estado da Educação e com o Plano de Estudos (grade curricular) constando somente uma das séries do Curso o que não deixou de causar espécie, do ponto de vista burocrático-legalista.

Consumada a implantação, o acompanhamento era a tarefa que se impunha de imediato e a Instrução nº 01/86-DESG orientou os Pólos sobre os primeiros procedimentos dessa nova fase de trabalho que se iniciava e que - pela sua própria circunstância - não podia ser descuidada.

Era este o quadro da realidade, e já estávamos começando o mês de março quando o Departamento foi convidado pela Comissão Especial do Conselho, responsável pela matéria, Proposta Curricular para o Curso de Magistério - para uma reunião. A suposição era de que, finalmente haveria um posicionamento sobre a proposta e assim se resolveria legalmente a implantação.

Nesta reunião em que estavam presentes a Comissão, o Presidente do Conselho e a Chefia do Departamento e seus Assessores, ao contrário do que se supunha, foi apresentada pela Comissão a minuta de uma nova Diretriz Curricular para o Curso de Magistério por eles elaboradas.

Face à situação, realmente inusitada, pois o teor do documento apresentado era desconhecido, não havendo base para discutir-se com maior profundidade todos os aspectos abrangidos no mesmo, foi solicitado pelo Departamento uma nova reunião e enquanto essa não se realizasse, a tramitação do processo - Diretrizes Curriculares da Habilitação Magistério - ficaria em suspenso (DESG/SEED - 1986).

Estabelecia-se portanto, o empasse em que a Secretaria e o Conselho eram os protagonistas haja vista que a Comissão Espe-

cial ao apresentar outra proposta com duração de 4 (quatro) anos, demonstravam sua não aceitação da proposta encaminhada em que, em contrapartida já havia sido implantada em todos os Estabelecimentos da Rede Estadual que ofertavam o Curso Magistério, mesmo sem a aprovação daquele colegiado.

Face ao espaço conseguido, o Departamento pode conhecer o teor do Processo, e estudá-lo, concomitantemente, tratar do encaminhamento que deveria ser dado a questão criada por este impasse. Primeiramente os Pólos também teriam de tomar conhecimento da proposta do Conselho (Processo 402/86), emitindo seu parecer, pois este fato poderia implicar num redirecionamento, de cuja decisão os seus legítimos participantes não deveriam ser alijados.

Procedendo o estudo do Processo, pode se observar que a Proposta apresentada pela Secretaria foi considerada como mais um estudo, mais um subsídio, uma sugestão, a engrossar o rol dos já existentes no Estado, e ali citados, a partir de 1980. Emitia parecer sobre a proposta posicionando-o sobre todos os aspectos a ela referidos, considerando como válidos **a mobilização das comunidades escolares e demais seguimentos da sociedade**, ratificando o esforço da Secretaria para melhorar a formação do educador de 1ª à 4ª séries. Melhor dizendo:

A fundamentação da SEED apresenta com clareza a necessidade de uma formação comprometida com a realidade brasileira e com a democratização do ensino, destacando o desencontro existente entre os atuais cursos de Magistério e a realidade onde os professores irão atuar.

E continua:

Quanto às sugestões apresentadas para a efetiva solução dos problemas, porém, carecem demais elementos que dêem consistência e garantam a organização de Cursos de Magistério bem estruturados.

Na seqüência:

As soluções apresentadas levam a um Curso de Magistério de validade apenas estadual e sem a devida característica de continuidade, que permitam o ingresso no 3º Grau, condições estas ultrapassadas pelos currículos posteriores à Lei nº 5.692/71.

E ainda:

Talvez que isto resulte do momento nacional, em que todas as problemáticas são levantadas, analisadas, discutidas, apresentando-se, no entanto, alternativas de solução que, muitas vezes, se recentem da visão a longo prazo, de objetivos mais amplos e de respostas mais adequadas.

(Processo 402/85 - CEE)

A argumentação do conteúdo desse Processo foi registrada pelo Departamento no documento **Melhoria do Curso Magistério: Compromisso de Todos**, onde foram abordados além de um posicionamento os aspectos legais e pedagógicos, apontando encaminhamentos, sugestões e também as alterações feitas na proposta inicial em virtude de sua revisão. Como anexo, integrava o documento, as grades curriculares, compostas pelo Currículo e pelo Currículo Pleno, já com as devidas alterações já concedidas.

A duração do Curso, por constituir-se até então no ponto nevraugico da questão, causando muita polêmica, merece destaque no documento. Isto talvez por ser o aspecto que materializava de imediato, a diferença entre as duas propostas em confronto.

A posição de não aceitação do tratamento dado à questão do Magistério, pelo Conselho, estava retratada no documento onde se pode destacar entre outras, a afirmação:

Ora, a Secretaria de Estado da Educação avançou bastante para efetuar esta política de valorização da escola e do professor devolvendo-lhes o poder de decisão a respeito do Currículo, o que é, em última instância, o espaço e a tarefa específica da escola. Gostaríamos de ver reconhecido esse esforço bastante grande, envolvendo de forma coordenada, as Escolas de 2º Grau que ofertam o Curso de Magistério, no momento em que a Escola estava calada pelo arbítrio e habituada a ler OBRIGATORIEDADE nas SUGESTÕES advindas da Secretaria de Estado da Educação e aprovados pelo Conselho Estadual de Educação para não frustrar as expectativas, não da mantenedora de per si, mas de todos os envolvidos na elaboração da proposta participativa.

(DESG/SEED - abril/86, p.15)

As citações constantes num e outro documento, dão-nos a dimensão do espaço existente: a Secretaria lutando pela aceitação da Proposta e o Conselho de certa forma, não entendendo a mesma como passível de se constituir em uma nova Diretriz Curri-

cular para o Curso Magistério.

Refletindo sobre estes fatos torna-se claro a contradição existente, porque ambos tinham o mesmo objetivo: o da melhor formação do educador de 1ª à 4ª séries. Então, de certa forma, não se justifica o impasse, antes de tudo o que faltou foi o diálogo, a negociação enquanto sinônimo de democracia. Cada um enxergou a questão por dentro dela mesma sem estabelecer as correlações e vinculação que aquele preciso momento histórico requeria.

Se o Conselho participou de todas as fases do processo, conhecia o trabalho que estava sendo realizado e muitas vezes deu sua contribuição, esclarecendo assuntos a ele afetos, talvez com um pouco mais de boa vontade poderia ser evitado o confronto. Mas seria isto possível? Pois não se pode deixar de levar em conta que no bojo desta discussão as posições tanto pessoais quanto políticas, têm que ser consideradas sob pena de tendermos ao maniqueísmo.

A análise implica no estudo da totalidade de seus determinantes e que não pode esgotar-se numa primeira reflexão, é bem verdade, e somente de um ponto de vista. Esta consciência é preciso ter.

Vale dizer que intransigência e a defesa do individual antes do social fizeram presentes sem dúvidas, em detrimento da estratégia própria dos que tem afinidade com o político.

Ingenuidade, desconhecimento do jogo do poder na certeza de que o ideal ou somente a vontade política poderia dar conta e superar padrões já estabelecidos e, portanto, arraigados sem a preparação necessária sem a conquista.

De um lado a proposta da Secretaria, que, naquele contexto mudancista acreditava poder romper todas as barreiras, inclusive a legal, e de outro o Conselho que sabia ter a palavra final e que ao responder à Secretaria com uma minuta com diretriz curricular achava que a mesma dar-se-ia por satisfeita, uma vez

que havia provocado a elaboração de uma nova diretriz para o Curso Magistério.

Poderia até dar certo, não fosse esta proposta resultado de um processo participativo, onde, no momento em que se levanta proposições fruto de uma mobilização de 27 mil pessoas, seus participantes exigem a materialização do proposto.

Repetindo - processos participativos são arriscados - são difíceis, encerram um aprender constante a cada nova situação, são **contraditórios como contraditória é a própria história**. Além disso é preciso ter a clareza que:

Se participação e qualidade, mais do que nunca é mister ter noção que a legitimidade do processo não pode ser substituída por nada, e a isto serve sobretudo a noção de estragégia.

(DEMO - 1984, p.13)

De sorte que a falta de mediação também se fez sentir. Pelo menos a proposta, enquanto documento formal, teria de certa forma retratado não só a essência das discussões mas - se esta for a crítica - todo o detalhamento que se fazia necessário para embasar uma nova diretriz. Erro tático? Formalidade? A classificação que se queira mas, poderia ter sido evitada se ao invés da ruptura houvesse diálogo.

Por sua vez os Pólos receberam para análise o Processo 402/86 e também o documento elaborado pelo Departamento (Ofício Circular nº 21/86), sendo que o posicionamento em sua grande maioria foi de ratificação à proposta construída e nem poderia ser diferente, visto que ao contrário estariam negando seu próprio trabalho. Destacaram o processo democrático de construção de proposta, demonstraram preocupação com a regularização dos estudos dos alunos e ainda faziam considerações sobre os aspectos pedagógicos e sobre a duração do curso. Como tema da duração já havia sido discutido a exaustão no decorrer do trabalho somente repetiu-se a decisão anterior de manter a duração do Curso em 3 (três) anos - 18 Pólos a favor e 04 Pólos contra.

Estas análises foram compatibilizadas em julho de 1986 pelo documento: **Análise do Processo 402/86-CEE - Pólos de Magistério** (DESG/SEED - Agosto/1986), havendo encaminhamento ao Conselho de todo o material elaborado tanto pelos Pólos como pelo Departamento, materializando desta forma toda a produção resultante do Projeto Magistério em Nova Dimensão.

Esta movimentação e esforço para regularização da proposta leva-nos a meados do ano letivo de 1986, com as Designações das Coordenações de Pólos já novamente efetivados (Portaria nº 200/86) e os mesmos procedendo o acompanhamento da implantação onde já aparecia como limitante o fato do currículo do curso estar implantado somente na 1ª série, fragmentado portanto, o que dificultava o entendimento do mesmo na sua totalidade, ao lado da preocupação com a sua legalização pelo Conselho.

Em setembro do mesmo ano, o Conselho expediu Parecer nº 242/86 de cuja súmula assim se apresenta: fica mantido o teor da Deliberação 22/79-CEE, que permanecem em vigor uma vez que o Projeto DESG/SEED não possibilita a melhoria da formação da educação que se pretende para o Sistema.

Tomando conhecimento deste Parecer reestudou-se a situação e tentou-se uma vez mais conseguir a aprovação da proposta usando uma alternativa com suporte no legal - no caso da Deliberação 42/77-CEE, Art. 21 - que possibilita a adoção de currículo pleno, diferente da diretriz, aprovado como reformulação curricular. A proposta assim disposta foi reencaminhada pelo Ofício nº 2.409/86, que solicitava sua aprovação como uma reformulação curricular e portanto não mais como uma nova diretriz curricular para o Sistema.

Mesmo assim, novamente a resposta foi negativa expressa pelo Parecer 344/86, de 08/10/86, do Conselho e justificado pela ausência de fato novo e **que fosse, por si mesmo, suficiente para alterar o veredito firmado em plenário, relativo a matéria.** Ratificava a vigência da Deliberação 22/79-CEE, e destacou que os

estudos realizados em desacordo à diretriz só poderão ser regularizados por ato do Conselho, procedimento que teria que ser então utilizado pelo Departamento, para que a situação dos alunos fosse realizada.

Esforços para acertar realmente houveram, não se pode discordar; mas infelizmente a intransigência falou mais alto não possibilitando que o diálogo fosse estabelecido. A postura inicial foi mantida até o final.

Mas, desse impasse os que mais perderam foram em última instância os alunos do Curso de Magistério - o ensino - pois, se ao invés de ruptura houvesse a união dos esforços aglutinando conhecimento construído coletivamente, e portanto pleno da prática social, ao conhecimento já elaborado fundamentado teoricamente, não se teria perdido o bonde da história e com certeza contribuição para a educação do Paraná poderia ter sido bem maior.

Prosseguindo no acompanhamento da implantação da proposta embora com a solução para a sua aprovação estivessem suspensos, o Departamento orientou os Estabelecimentos sobre o Estágio Supervisionado, através da Instrução nº 08/86, de 23/09/86, Instrução específica sobre o Estágio Supervisionado no Curso Magistério e cujo conteúdo resultou de estudos já desenvolvidos sobre o Estágio no Curso e sobre o Estágio no 2º Grau em geral devidamente registrados pela Instrução nº 06/86.

Paralelamente, houve adequação da carga horária de Estágio dos Estabelecimentos de Ensino da rede particular por força da Lei 6.494/77 e Decreto nº 87.497/82, do Conselho Federal de Educação, que fixou como carga mínima para o Estágio a partir de 1986 o correspondente a um semestre letivo que se traduzia em 360 horas, o que representava um acréscimo de 60 horas às 300 horas previstas pela Deliberação 22/79-CEE.

Se a nível de Estado o Curso Magistério vinha sendo estudado, também a nível nacional havia este interesse, principalmen-

te levando em consideração os estudos sobre uma **Pré-Proposta de Política para o Ensino de 2º Grau** e também as reivindicações formuladas por ocasião do **Dia Nacional de Debate sobre Educação** (18/09/85). Neste sentido o MEC/SEPS e o CENAFOR, em outubro de 1986, realizaram Encontro sobre uma Proposta Nacional para o Curso de Magistério, com a participação das unidades federadas, tendo o Paraná na oportunidade apresentado a sua contribuição.

O movimento de paralização dos professores da rede Estadual de ensino, por melhores condições salariais além de outras reivindicações em prol da categoria, ocorrido neste período contribuiu para precipitar a mudança da chefia do Departamento, que de novembro de 1986 a março de 1987, época em que assumiria a nova gestão - contou com nova chefia a qual deu continuidade às atividades anteriormente programadas.

Diante da situação do Magistério o objetivo foi o de regularizar o currículo implantado em 1986. Para tanto, realizou-se estudos para novamente enquadrá-lo ao estabelecido pela Deliberação 22/79 que, pelos Pareceres 242/86 e 344/86, continuava em vigência.

Resultante dessa adequação e portanto concordância com o Conselho, foi expedida a Deliberação 21/86, de 21 de novembro de 1986 que **regularizava a vida escolar dos alunos matriculados no ano de 1986, na rede estadual, na Habilitação Magistério.**

Mesmo sendo uma legislação que regularizava estudos, na verdade não deixou de ser aprovado um novo currículo embora híbrido, com as limitações provenientes de uma adequação forçada o que não deixou de ser uma contradição.

Encerrada a luta pela sua legalização, pela Instrução nº 11/86, de 02 de dezembro de 1986, o Departamento orientou aos **Pólos de Magistério sobre a implantação da Proposta Curricular do Magistério e regulamentação da vida escolar dos alunos matriculados na Habilitação Magistério da Rede Estadual de Ensino, no ano de 1986.** Esta Instrução teve por objetivo não só dar conta

das questões administrativas, mas sobretudo ser um dos mecanismos para garantir, na prática dos professores, os avanços pedagógicos da proposta curricular base.

2.3 PROJETO DE AVALIAÇÃO CURRICULAR DA HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO: A OPÇÃO POR UMA NOVA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

A mudança de governo ocorrida em março de 1987 deu início a uma nova gestão (87/90), que não veio acarretar a quebra quase sempre evidenciada em situações semelhantes.

Na verdade esta preocupação em relação à descontinuidade que processos como o que estamos enfocando possa sofrer, estão por demais presentes em todos os que se acham neles envolvidos, principalmente nos que têm as condições necessárias para proceder uma avaliação crítica dos prejuízos ou das vantagens que deles possam resultar.

Significa dizer, usando as palavras de Saviani, "... clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir a questão educacional." (SAVIANI - 1989, p.31). Este seria o horizonte a ser vislumbrado pelos educadores, pois reside aí o sentido crítico da Pedagogia que estamos buscando.

Resgatando que as considerações feitas no início deste trabalho sobre as políticas educacionais encapadas pelas diferentes gestões, vemos que, pela característica de continuidade que veio a marcar as políticas da gestão 87/90, o Curso de Magistério permaneceu como prioridade, isto veio assegurar a tranquilidade necessária para que se pudesse prosseguir na implantação da proposta curricular, com os Pólos de Magistério garantindo o acompanhamento dessa implantação nas 22 (vinte e duas) regiões educacionais do Estado.

Com este acompanhamento da implantação da proposta, agora aprovada oficialmente (Deliberação 21/86-CEE), verificou-se o levantamento de inúmeras questões de ordem curricular, de recursos humanos, de transferência de alunos, de registro escolar, e mesmo administrativas, que gradativamente iam sendo estudadas e resolvidas em orientação do Departamento de 2º Grau. Mesmo porque a situação era nova e a cada momento renovada, exigindo portanto segurança e rapidez na tomada de decisões, de modo que as respostas com as orientações pudessem chegar o mais rápido possível aos Estabelecimentos de Ensino, o que fazia pela ação das Coordenações dos Pólos.

A nova gestão, em se tratando especificamente do ensino de 2º Grau, não se caracterizou por mudanças profundas em termos das suas prioridades de ação. Como já foi apontado anteriormente a chefia do Departamento foi ocupada por educador que, por ter participado do processo anterior com o Curso de Magistério, pode garantir a permanência dessa prioridade e assim, como veremos na sequência, possibilitar os avanços deste Curso na busca de uma melhor qualidade de ensino para os que nele são formados.

A capacitação docente era sem dúvida uma das maiores, senão a maior preocupação, dos envolvidos na implantação do novo currículo, reivindicação atendida parcialmente no ano de 1987 em razão as limitações que se verificam ao início de uma nova administração. Apesar desses limites prosseguiu-se na realização de cursos a nível central e também regionalizados, atendendo inicialmente a preocupação dos professores da área de Alfabetização - nova disciplina constante do currículo - e necessitando, portanto, de maior atendimento.

Além disso realizaram-se os Encontros de Pólos onde todas as dificuldades eram discutidas e aprofundadas no coletivo, sendo que as alternativas e o crescimento dos participantes podiam ser destacados - era o momento de troca, da realimentação - entre os que coordenavam e os verdadeiros agentes da mudança - os professores.

Neste mesmo ano (1987) foi realizado Concurso Público para docentes de 1º e 2º Graus, oportunidade que foi aproveitada como mais um momento não só de divulgação, mas também de estratégia de consolidação da proposta implantada. Pelo fato do programa do concurso estar embasado no ementário estabelecido para o novo currículo, esta exigência evidentemente contribuiu para que os professores viessem a conhecer os conteúdos a serem trabalhados no Curso de Magistério, e também para que houvesse um maior aprofundamento dos mesmos, o que com certeza os auxiliou em sua atuação futura junto aos alunos.

Como pode ser constatado, neste ano as ações foram tímidas se comparadas ao ritmo dos anos anteriores em razão da própria mudança de gestão que, entre outras coisas, implica na reprogramação de recursos financeiros face aos novos direcionamentos que lhe são imprimidos.

Mesmo assim foram realizadas reuniões em todos os Núcleos Regionais de Educação, com objetivo de discutir e orientar sobre as diretrizes de ação a serem executadas pelo Departamento, a partir de 1988.

Estas reuniões foram coordenadas pela Chefia do Departamento e Assessoria Técnica dos setores de Ensino e Estrutura e Funcionamento.

No primeiro semestre também foi promovido o Seminário: **Institutos de Educação: Contribuições e Desafios**, que teve como objetivo analisar e discutir a ação dos Institutos de Educação na formação do professor na Escola Básica, no quadro dos Pólos de Magistério do Estado do Paraná, tendo como palestrantes especiais professoras da Universidade Federal do Rio Grando do Sul, da PUC de São Paulo e do Conselho Estadual de Educação.

Pode-se citar também a ocorrência de Encontros e Cursos a nível regional levados a efeito por solicitação dos Núcleos atendendo as necessidades de capacitação docente das regiões, embora a liberação dos recursos para a sua realização fosse li-

mitada por análises que considerava também como critério a existência dos recursos solicitados.

Deste modo a programação do Departamento propriamente dita, definida a partir das políticas da Secretaria, só veio a ser executada a partir de 1988. Esta pretendia dar atendimento a três metas básicas: a Avaliação da Proposta Curricular dos Cursos de Magistério, a Elaboração de Proposta Administrativo-Pedagógica para o Ensino de 2º Grau Noturno e a Elaboração de Conteúdos Essenciais para o Currículo de 2º Grau.

(Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau - DESG/SEED - 1988)

Estas metas estavam enquadradas dentro do **Programa de Reestruturação do Ensino de 2º Grau** que, a exemplo do Programa de Reorganização do Ensino de 2º Grau, desenvolvido anteriormente, subdividia-se nos Projetos que contemplavam as habilitações de maior oferta no Estado: Magistério, Contabilidade e ainda o Curso de Educação Geral (antigo Propedêutico), além das disciplinas integrantes do Núcleo Comum.

O detalhamento das metas foram explicitadas (anexo IV) no documento **Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau** e na sua apresentação enfatizava:

As ações estão definidas na concepção de uma educação voltada para a formação de cidadãos críticos e participantes do processo de transformação social.

Esta proposta é um desafio para os educadores paranaenses que têm consciência da necessidade de se dar conta da questão do ensino público.

(Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau - DESG/SEED - 1988)

A forma didática do documento possibilitou que a socialização da programação do Departamento à comunidade educacional paranaense se fizesse com maior clareza e abangência, enquanto consideradas como suas diretrizes de ação, o que sem dúvida hoje, depois de lançadas à prática, pode ser comprovado.

A meta de Avaliação da Proposta Curricular dos Cursos de Magistério, depois denominada Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação Magistério, foi estabelecida tendo em vista que o currículo vigente (Projeto Magistério em Nova Dimensão) estava

no seu terceiro ano de implantação já apontado, por depoimento de professores ratificados nos Encontros dos Pólos de Magistério, falhas que estavam a merecer uma retomada, mesmo porque o currículo em execução não correspondia ao da sua proposta original.

Porém, o diagnóstico que mais pesou foi o de que o momento histórico da educação brasileira estava a apontar para as concepções pedagógicas progressistas, exigindo propostas curriculares que acompanhassem as suas teses e princípios básicos - teses e princípios incorporados pelo Departamento - e que passaram a se constituir nas diretrizes que fundamentavam as suas ações.

Desde o início da nova gestão (1987) portanto, já havia opção por uma linha que privilegiava a concepção pedagógica histórico-crítica, concepção adotada também pelo Departamento de Ensino de 1º Grau, que também dava início ao seu **Projeto de Reorganização da Escola Pública com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização**.

Neste sentido, constata-se que houve na ocasião um intenso intercâmbio com a Secretaria de Educação de São Paulo, que vinha executando trabalho semelhante e já se encontrava em fase mais adiantada, sendo que a produção teórica (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) em muito veio subsidiar os trabalhos que aqui se iniciavam. Houve inclusive participação direta de seus profissionais que atuaram em muitas ocasiões também como docentes em encontros e cursos promovidos pelos Departamentos de Ensino de 1º e 2º Graus, respectivamente.

Foi nesse contexto entusiasta, de busca por estudos sobre a fundamentação teórica que embasava a concepção adotada, que o Departamento, através de seu Setor de Ensino, elaborou a sua proposta de trabalho, neste momento já com uma precisa definição sobre a metodologia que iria nortear a operacionalização de suas metas básicas.

Voltando especificamente ao Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação Magistério, pode-se destacar os seus objetivos:

- avaliar a atual proposta curricular da Habilitação Magistério, a nível de 2º Grau, implantada em 1986 nas escolas da rede estadual, abrangendo os aspectos pedagógicos e administrativos;
- reestruturar o currículo da Habilitação Magistério, com base nos dados da avaliação proposta, objetivando a melhoria da competência do futuro professor da escola básica.

(Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau - DESG/SEED - 1988)

Estes objetivos, constantes do Projeto de Avaliação, foram divulgados a partir de maio de 1988 com a realização do Encontro dos Pólos de Magistério, em Curitiba (Hotel Eduardo VII), em que pela primeira vez foi apresentada a proposta do Departamento como um todo e do Magistério de forma detalhada.

O Encontro contou com a participação da professora Miriam Jorge Warde (PUC-São Paulo), convidada como palestrante pelo seu profundo conhecimento das questões do Ensino de 2º Grau e também por na ocasião estar à frente de estudos referentes ao currículo de Magistério. Estes estudos foram de âmbito nacional e coordenados pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) e pelo CENAFOR (Centro Nacional de Formação Profissional) depois extinto, sendo que o Departamento vinha acompanhando de perto o seu desenvolvimento.

Na oportunidade, a Professora Miriam abordou os principais pontos ligados a uma nova concepção da formação do educador, constituindo-se o evento em marco inicial do trabalho, já apontando as linhas embasadoras sob as quais estariam assentadas as discussões a serem estabelecidas por todos os envolvidos no Projeto.

Nas suas palestras a Professora Miriam discorreu de forma minuciosa e abrangente sobre as questões do Ensino de 2º Grau em geral, situando este ensino na história da educação brasileira, destacando a clássica dicotomia entre a profissionalização e a educação geral, contextualizando neste quadro o Curso de Magis-

tério.

Pela sua vivência profissional fez referência a sua passagem pela administração da educação, estabelecendo vinculação entre as realidades dos três graus de ensino, através de citações que trouxeram muita clareza à exposição, além de pontuar com os aspectos curriculares específicos do Curso de Magistério.

Neste sentido, suas colocações se constituíram nas primeiras demarcações sobre os pontos que mais tarde viriam a se constituir nos eixos curriculares do Curso de Magistério, mesmo porque os consultores de Projeto estavam presentes, podendo participar das discussões, principalmente no referente ao novo enfoque da Psicologia, da Didática e das Metodologias de Ensino.

Podendo-se destacar a título de elucidação: as seguintes colocações:

... como a educação se apropriando de conclusões da Psicologia vem sendo amoldada pela mesma, resultando historicamente numa deformação das questões educacionais fundamentais.

Desta maneira, quem acaba ditando as regras do "bem pensar" educacional não é a educação, mas a Psicologia.

... a Psicologia é a pior influência na área da educação!

(A Formação do Magistério a Nível de 2º Grau - DESG/SEED - 1988)

Quanto à Didática:

... A Didática, enquanto área da educação e como disciplina tem que ser depositária dos conhecimentos lógicos e epistemológicos sobre a aquisição e transmissão de conhecimento. Então a Didática não é geral, nem especial. A Didática é, enquanto área e enquanto disciplina o momento onde se sintetiza para a educação como os homens adquirem conhecimentos e como é que os homens transmitem conhecimento.

... Nós não teríamos "Didáticas" mas a Didática, exercendo essa função matricial. Então não há que adjetivar a Didática, porque ela não é geral, nem particular: ela é a Didática. E a função do trato dessas metodologias (da História, etc.) se fariam nas "Metodologias".

(A Formação do Magistério a Nível de 2º Grau - DESG/SEED - 1988)

Após este encontro em que as ações a serem desenvolvidas foram discutidas com todos os Pólos de Magistério, começou uma nova fase e talvez uma das mais importantes, pelas implicações dela decorrentes.

Foi a de organizar uma equipe de trabalho em que teria

que ser garantida uma unidade de linha político-filosófica, embora na diversidade das áreas de conhecimento a serem trabalhadas. Esta foi a fase de compor uma equipe de consultores por áreas de conhecimento específico - portanto decisiva - pois dela dependeria todo o futuro do Projeto.

Procurou-se assim, em cada uma das disciplinas, professores adeptos da concepção crítica de educação, com produção teórica na área, para que com sua prática profissional competente pudessem contribuir para o avanço de uma proposta de melhoria do ensino oferecido nas Escolas Públicas do Paraná.

Isto significa dizer educadores que, pela percepção das complexas relações entre educação e sociedade e do papel da escola na sociedade capitalista, compreendessem com profundidade a problemática do Ensino de 2º Grau. Educadores que defendessem o espaço escolar como ímpar, entendendo que:

... a escola tem sua função específica, educativa, propriamente pedagógica ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especialidade da educação escolar.

(SAVIANI - 1989, p.20)

E mais ainda, com a necessária compreensão de que esta questão vem diretamente imbricada à da formação do educador pois:

Diante de uma escola agigantada quantitativamente e, por causa disso, burocratizada por instâncias que lhe são administrativamente superiores, mais do que nunca o preparo profissional e político do professor se torna importante. Pode-se então supor que a ocupação de um espaço e a manutenção de certo grau de autonomia do professor dependem de uma competência profissional para incorporar e selecionar criticamente as orientações que procuram ordenar sua prática pedagógica.

(MELLO- 1978, p.44)

As dificuldades desse encaminhamento logo se fizeram presentes. Além de não serem muitos os profissionais de educação com sua prática centralizada a partir dos princípios de uma concepção congressista houva dificuldade em conciliar o tempo dis-

ponível destes profissionais nas várias instituições em que atuavam, com mais este trabalho. Esta dificuldade no entanto não é nova dentro do quadro histórico das condições de trabalho do professor e os que assumiram os encargos ou fizeram o mesmo com essa limitação.

Mesmo assim, conseguiu se agrupar um número de profissionais da educação competentes e comprometidos com os objetivos sob os quais o Departamento pretendia encaminhar suas ações, se não vejamos: considerando também as disciplinas do Núcleo Comum, o grupo de consultores era constituído de profissionais da própria Secretaria de Estado da Educação, das várias Instituições de Ensino Superior do Estado, dos Núcleos Regionais de Educação, da Secretaria Municipal de Curitiba, além de contar com profissionais da Pontifícia Universidade Católica, Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Terminada esta fase, que demandou algum tempo, pois não seria aconselhável prosseguir sem que a equipe de consultores estivessem completas, considerando que somente através do consenso da mesma poderia ser constituídas as bases de uma ação pedagógica séria, outro entrave surgiu: o de conciliar o tempo desses profissionais com o tempo da Coordenação do Projeto, para que o mesmo pudesse ter prosseguimento dentro do prazo previsto.

Dentro desses limites, que não deixam de ser contraditórios pelo próprio contexto em que está situado a educação foi preciso criar uma metodologia de trabalho que pudesse dar conta de :

avaliar o currículo ora implantado não de forma isolada e estanque, mas num contexto mais abrangente, que passa pelas variáveis de ordem estrutural e de recursos humanos. É nesse processo de avaliação construtiva e integrada, em que o aspecto qualitativo será privilegiado, que se delineará um novo encaminhamento para Habilitação do Magistério no Estado do Paraná.

(Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau - DESG/SEED - 1988).

Outra variável importante e considerada na Metodologia

foi a da participação dos professores, atuantes no Curso de Magistério, considerados como elementos fundamentais numa ação transformadora de educação escolar, cujo compromisso político esteja vinculado à clientela da escola pública.

No bojo destas preocupações, não se poderia deixar de discutir as questões fundamentais e que de certa forma sintetizavam o quadro de realidade apresentado pelo curso e que assim se apresentavam:

- como trabalhar a questão Educação e Trabalho no Ensino de 2º Grau especialmente no Magistério?
- como dimensionar o Curso de Magistério para a formação do futuro professor, das séries do 1º Grau, de forma mais competente e crítica?
- como resgatar a competência profissional dos educadores que atuam no Magistério?
- como se efetiva a prática pedagógica desses educadores?
- qual o conteúdo que deverá compor a currículo de uma escola de 2º Grau, comprometida com a formação do aluno trabalhador?
- qual o posicionamento frente à questão Magistério-Nocturno?

Estas questões, levantadas no documento inicial do Projeto de Avaliação, ajudaram a compor o quadro referencial sobre o qual teria de ser desenvolvido o trabalho. Portanto deveriam ser discutidas e aprofundadas por todos os professores envolvidos no processo.

A metodologia adotada para a operacionalização do Projeto contava com a Instituição de uma Comissão de Avaliação, que teria como tarefa particular, sistematizar as várias etapas do processo junto aos Grupos de Trabalho, sobretudo, garantir o fluxo de informações entre participantes nos diversos níveis de atuação.

Da Comissão de Avaliação, participavam:

- Departamento de Ensino de 2º Grau (Coordenação);
- Pólo de Magistério (Escola-Pólo), Núcleo Regional e Instituição de Ensino Superior;
- Consultores das Instituições de Ensino Superior e/ou outras Instituições Educacionais;
- professores docentes dos cursos de Magistério da Rede Estadual de Ensino;

Para fazer parte da Comissão de Educação, foram estabelecidos os critérios:

- possuir formação específica da área;
- atuar como docente nos Cursos de Magistério, desde a implantação da Proposta Curricular, em 1986;
- possuir disponibilidade para o acompanhamento de todo o processo de Avaliação (maio a setembro de 1988).

Sendo assim, cada Núcleo Regional de Educação indicaria professores para integrar a Comissão de Avaliação, com a área de disciplina sendo posteriormente, distribuídas as representações por área e disciplina de forma equitativa entre os Núcleos.

Ao mesmo tempo seriam formados Grupos de Trabalho também por áreas e disciplinas, tendo à frente de cada um dos grupos um professor, cuja função seria a de organizar as ações referentes à disciplina de sua responsabilidade, articulando com a Comissão de Avaliação, de forma a garantir que as informações transitassem entre o nível regional e central, de modo sistemático e contínuo. (Anexo IV). (Proposta de Reestruturação do Ensino de 2º Grau - DESG/SEED - 1988).

Esta era a metodologia planejada e, posteriormente foi modificada, não na sua essência, e sim pela eliminação de alguns elementos, o que concorreu para simplificá-la, ao mesmo tempo que possibilitou a sua adequação às condições de realidade da prática dos educadores participantes, de todos os níveis do Sistema Educacional envolvidos no Projeto.

Ao se falar nas condições de realidade, não se pode deixar também na limitação de recursos financeiros para a educação ainda mais se o tema é referente ao ensino de 2º Grau, que se configura como o grau mais carente desses recursos. Por esta razão, sempre se apresenta um desafio a execução de seus projetos, pelo fato de se estar como sempre sob ameaça de interrompê-los ou senão de comprometê-los a qualquer momento pela limitação das verbas existentes e também pela defasagem face a conjuntura econômica vigente.

Na afirmativa de Mello:

Quando examinamos o modo como os recursos têm sido locados aos vários setores da sociedade no decurso de nossa história nada nos indica que a educação tenha sempre recebido prioridade. Ao contrário, ela tem sido muitas vezes relegada a inércia administrativa, há professores mal pagos e mal preparados, há verbas escassas e aplicadas com tal falta de racionalidade que nem mesmo a "Lógica" do sistema poderia explicar.

(MELLO - 1979)

No presente caso, a questão financeira não se apresentou diferente e os consultores, justamente por serem profissionais, comprometidos com a educação pública, aceitaram um trabalho em que a compensação financeira, na verdade, não vinha na mesma relação do esforço que exigiria e das dificuldades a superar.

Com a equipe de professores-consultores formada, deu-se prosseguimento ao trabalho, sistematizando de acordo com a disponibilidade dos consultores responsáveis pelas diversas áreas e disciplinas.

Tinha-se agora bem claras as limitações com as quais se estaria convivendo durante todo o processo. E de posse deste conhecimento adquirido na prática, foi revista a metodologia inicialmente programada, estabelecendo-se uma metodologia básica, ou seja - os grandes momentos do projeto - deixando para que as demais ações fluíssem a partir dos encontros com o grupo de consultores.

A partir daí realizou-se num primeiro momento reunião com

todos os consultores, o que significa dizer, os responsáveis pelas disciplinas da área de Didática e pelas disciplinas da área de Fundamentos da Educação, divisão adotada pelo grupo e que permaneceu até o final do processo.

Nesta primeira reunião foi explicitado pelo Departamento o Programa de Reestruturação do Ensino de 2º Grau com seus princípios norteadores, os objetivos do Projeto de Avaliação do Magistério, as ações programadas, bem como as limitações existentes a serem enfrentadas.

Acertados os aspectos de ordem conceitual e organizacional, o grupo pode avançar nas discussões de pontos fundamentais a serem considerados no Curso de Magistério dentro de cada uma das áreas e disciplinas, considerando a sua avaliação e na perspectiva de construção de um novo currículo.

Vale dizer, um currículo tendo como pressuposto de sua estruturação:

... voltar-se primordialmente para o modo de produção do saber. Assim o currículo deixa de ser um rol de disciplinas, para se transformar num processo de busca de produção do conhecimento a partir do trabalho, da prática social. Delineiam-se, assim, os princípios de uma teoria pedagógica com outros pressupostos epistemológicos que tem, como precedência lógica, a prática social.

(ODER JOSÉ DOS SANTOS - Educ.Rev.Belo Horizonte (1):19-23, julho/85)

Nestas reuniões gerais precedidas de estudos particularizados por disciplinas, foi que o grupo pode aprofundar discussões sobre a concepção de educação adotada e sobre os pressupostos teóricos que fundamentariam a nova proposta curricular para o Curso de Magistério.

Após esta avaliação - dos princípios maiores - o grupo iniciou os estudos de cada uma das disciplinas do currículo, a partir da análise dos resultados de instrumento próprio para o Diagnóstico Curricular. Esta diagnóstico, composto por questões básicas sobre o currículo do Curso, serviu de ponto de partida para a elaboração das propostas específicas, para cada discipli-

na, foi encaminhado aos 22 (vinte e dois) Pólos de Magistério e respondido pelos professores que atuarem nos Cursos de Magistério na ocasião.

O instrumento a ser respondido pelos professores, foi agrupado em duas áreas, ou seja: Fundamentos da Educação, incorporando a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, e Didática, abrangendo as então chamadas "Didáticas Especiais".

O diagnóstico curricular compunha-se de questões abertas iniciando pelos dados de identificação do Estabelecimento, da disciplina e do professor, estendendo-se após as questões sobre a fundamentação teórica, os conteúdos, a metodologia utilizada, o material de apoio, a bibliografia utilizada, a situação da disciplina no currículo do Curso, e terminando com questão sobre a participação dos professores em atividades de atualização na sua disciplina de atuação.

Na medida em que os formulários retornavam, eram por sua vez enviados aos professores-consultores de cada disciplina, sendo realizada análise dos resultados levantados que, posteriormente, foram trazidos para as reuniões do grupo.

Dos dados analisados, foram constatados a nível geral:

- a falta de embasamento teórico dos professores quanto a sua disciplina e mesmo sobre as questões mais amplas da educação;
- a falta de compreensão da diferença entre método e metodologia;
- o conhecimento restrito quanto a bibliografia atualizada existente na sua área de atuação;
- a defasagem dos conteúdos, demonstrando que mesmo o ementário proposto pelo Projeto Magistério em Nova Dimensão não foi, em sua maioria, aplicado pelos professores em sua prática pedagógica.

(Proposta Curricular do Curso de Magistério - DESG/SEED - 1990)

Dado relevante e muito discutido na ocasião foi o fato de a maioria dos professores na questão referente a bibliografia adotada, terem ficado restritos a um mesmo autor - Claudino Pilleti - utilizando sua obra na abordagem das disciplinas tanto da área de Fundamentos da Educação como Didática, realidade preo-

cupante e que apontou para as condições de fragilidade da prática desses profissionais a partir da falta de condições tanto de conhecimento teórico aprofundado como de acesso a uma bibliografia básica para uma atuação desejável. As causas desta situação, por sua vez, remete-nos a outros tantos questionamentos que podem ter sua matriz geradora na própria formação destes profissionais, chegando às condições de desvalorização da profissão do Magistério, que vem se refletindo de forma enfática nos últimos anos pelos baixos salários pagos à categoria.

Na abordagem de Warde:

... é preciso considerar que as condições de trabalho do professor, historicamente precárias sob o ponto de vista salarial, foram profundamente agravadas nesses últimos anos a contar do golpe de 1964. Diminuindo o seu poder de negociação, desestruturado como categoria profissional, alvo especial da sanha policial que se abateu sobre a sociedade civil dentre os setores assalariados médios, perda do seu poder aquisitivo que inclui, necessariamente, os meios de aperfeiçoamento e atualização.

(WARDE - 1985, p.79)

De posse dos dados de realidade que incidiram inicialmente, no enfoque pedagógico, portanto no curricular, nos conteúdos e metodologias de ensino utilizadas pelos professores do Curso em sua relação diária com o ensino das Escolas Públicas, puderam os consultores avançar na elaboração das propostas preliminares das disciplinas sob sua responsabilidade.

Na seqüência, com a feitura dos primeiros delineamentos das propostas por disciplina estas foram apresentadas primeiro no pequeno grupo por área e depois no grupo maior, reunindo os consultores das duas áreas a saber: Fundamentos da Educação e Didática. Nesta dinâmica foi se firmando as posições de cada uma das disciplinas dentro da área de Fundamentos da Educação, estabelecendo articulação desta com as disciplinas da área de Didática, chegando-se a definição do currículo do curso em sua totalidade. Pelas relações estabelecidas entre as disciplinas das áreas e de seus conteúdos, também puderam ser definidas as dis-

ciplinas que poderiam ser oferecidas na parte do professor, uma vez que seriam disciplinas de opção dos Estabelecimentos.

Resultante desta Metodologia é que puderam ser estabelecidos os eixos do Currículo do Curso de Magistério, que passaria assim a ter a duração de 04 (quatro) anos, tendência que vinha se firmando na concepção das disciplinas e dos conteúdos a serem por elas enfocados. Bases, que os educadores do Estado vinham acompanhando com interesse, e que no caso, vieram reforçar as conclusões de estudo sobre o currículo do Curso, feito pelos consultores.

Prontas estas propostas preliminares de cada uma das disciplinas que iriam compor o novo currículo, foram apresentadas para os professores componentes dos Pólos de Magistério e para os professores representantes das disciplinas específicas, para que fossem discutidas e analisadas em conjunto. Esta apresentação aconteceu no Encontro Central realizado no CETEPAR.

Em continuidade, não se prescindiu de levar as propostas para a maioria dos professores, estendendo a discussão para o nível regional com a realização de Encontros Regionais nos 22 (vinte e dois) Pólos de Magistério. As sugestões levantadas nas regiões deveriam ser trazidas para estudo e discussão em outro Encontro Central.

Embora com data previamente estabelecida, este Encontro não pode ser realizado conforme o cronograma, porque eclodiu o movimento de paralização dos professores da rede estadual, movimento este de luta reivindicatória por melhores condições salariais, haja visto que a classe vinha num processo de perdas salariais gradativo em razão da não reposição dos percentuais devidos de acordo com os índices da inflação.

No entanto, considere-se que:

... a conquista da melhoria salarial e condições mais condignas de trabalho não garantem a priori a melhoria da qualidade do ensino. Concomitantemente a essas conquistas, o professor deve lutar pela revisão dos conteúdos e procedimentos do ensino, tendo em vista as

necessidades e características da maioria da clientela escolar.

(CENAFOR - 1986, p.25-26)

O desgaste de um processo como este, não resta dúvida, acarreta conseqüências de todas as ordens, sendo necessário esperar que o movimento terminasse para que se pudesse retomar o trabalho. Mesmo assim considerando principalmente o espaço de tempo para a sua retomada, levando em conta a fase final em que o mesmo encontrava-se e que, precisava ser concluído por força do compromisso assumido pelo Departamento de 2º Grau junto aos professores envolvidos.

Dando prosseguimento à elaboração das Propostas, agora das disciplinas que comporiam, enquanto sugestão, a parte dos Estudos Complementares do Currículo do Curso, realizaram-se Seminários em que foram analisadas as propostas de conteúdos para as disciplinas Educação Pré-Escolar, Educação de Adultos e Educação de Meio Rural. Estes Seminários contaram com a participação de consultoras da CENP/SP, além da Faculdade de Santa Maria, do Rio Grande do Sul.

O Encontro Central somente pode ser realizado em dezembro de 1988, momento em que as contribuições regionais puderam ser discutidas pelo grupo de professores e consultores de cada disciplina e, na medida de sua comprovada validade, incorporadas às propostas das disciplinas.

Após este Encontro os documentos-propostas foram concluídos, cabendo ao Setor de Ensino de Departamento agilizar providências no sentido de que fossem reproduzidos em sua forma final para que chegassem a todos os professores no início do ano letivo de 1989.

Cabe aqui uma ressalva, pois as dificuldades de ordem administrativo-estrutural existentes a nível de Estabelecimentos de Ensino repetem-se em outras instâncias do Sistema Educacional o que dificulta o retorno imediato do material do professor, que tanto necessita de assessoramento e subsídios na sua prática

diária. Portanto, a luta dos profissionais da educação e, neste caso os que atendem especificamente a questão pedagógica em todos os níveis, faz-se redobrada, pois para que o avanço desejado aconteça a nível de sala de aula, faz-se necessário vencer o que não é novidade em nossa realidade as amarras do burocrático e da falta de estrutura de apoio adequada, quer seja de material quer seja de recursos humanos.

Esta contradição se fez presente durante todo o processo e mais ainda ao seu final, pois o número de documentos com a produção teórica resultante era maior, já que abrangia todas as disciplinas do Curso, aliado ao fato de que se fazia urgente a sua socialização pelo próprio sentido do trabalho desenvolvido.

Terminada a elaboração das propostas de conteúdos, iniciaram-se os estudos sobre a composição do novo currículo, que já fora esboçado no decorrer do processo e cuja estrutura precisava ser materializada, agora na forma da grade curricular para o Curso.

Deve-se destacar neste momento o fato do Projeto ter como marco inicial a elaboração dos conteúdos curriculares, que foram determinados a partir da concepção de educação e de curso de formação de professores, o que fez com que a questão estrutural propriamente dita, fluísse enquanto decorrência de objetivos maiores, invertendo desta maneira o processo normalmente seguido para a elaboração de propostas curriculares.

Considere-se que:

... o maior empenho na formação teórica e técnica deve estar traduzido na grade curricular da habilitação, concepção da qual devem sair formados professores capazes de alfabetizar, de ensinar a ler, escrever e contar pelo menos e, ainda, com o domínio de elementos teóricos que os façam na prática, compreender a escola.

(WARDE - 1985, p.73-91)

Deste modo, os estudos internos sobre a composição da grade curricular teriam que retratar o que os eixos curriculares representavam na sua relação com as propostas de conteúdos. É

justamente este procedimento que coloca esta estrutura curricular para além de uma simples combinação de carga horária nas séries, com objetivo de fechar um jugo cujas regras estavam centradas principalmente no atendimento dos critérios de base legal.

Neste enfoque em que a questão curricular foi priorizada, cabe também destacar a decisão do Departamento em não atropelar o processo, em virtude do atraso ocorrido com o movimento de paralisação dos professores. Significa dizer que, mesmo as propostas de conteúdos trabalhados no Projeto de Conteúdos Essenciais - disciplinas do Núcleo Comum - estando prontas ao final do ano letivo de 1988, a decisão foi deixar a conclusão do Projeto de Avaliação para o ano de 1989, a fim de que os demais pontos constantes da proposição de trabalho inicial pudesse ser discutidas e elaboradas em continuidade à metodologia de participação com os Pólos, portanto com os professores da rede.

É bem verdade que o processo poderia ter sido diferente, já que os parâmetros fundamentais da proposta estavam postos, bastando concluí-la a nível interno para que pudessem se implantados ainda em 1989, evitando desta maneira que a tomada de decisão sobre a sua implantação viesse a ocorrer sobre a égide de outra equipe dirigente, tendo em vista que, no início de 1989, houve mudança na Secretaria de Estado da Educação.

Embora com a mudança de Secretário, as diretrizes do Departamento do Ensino de 2º Grau continuaram sem alterações substanciais, uma vez que não ocorreu mudança de chefia, o que possibilitou o prosseguimento das ações previstas para o Curso de Magistério.

A retomada sistemática da programação deu-se em abril de 1989, com Encontro dos Pólos de Magistério no CETEPAR. Neste Encontro foi discutido o Plano de Ação Anual dos Pólos, do qual constavam as atividades decorrentes do Projeto, a designação das

Coordenações do Pólo, o repasse de recursos entre outras.

Entre as tarefas a serem desenvolvidas nesta fase do Projeto, situava-se também a de Avaliação da situação dos recursos humanos, físicos e materiais dos Estabelecimentos que, a exemplo do processo adotado no diagnóstico curricular, tiveram seus dados levantados através da aplicação de instrumentos específicos, extensivo aos Estabelecimentos da rede particular.

Os resultados da avaliação destes aspectos estruturais nos reportaram ao seguinte quadro de realidade:

- professores ministrando grande número de disciplinas;
- mobilidade excessiva dos professores;
- falta de ambientes específicos para o desenvolvimento das atividades pertinentes ao Curso;
- material bibliográfico insuficiente e desatualizado;
- carência de material didático e recursos audio-visuais;
- falta de espaço físico próprio.

(Proposta Curricular do Curso de Magistério - DESG/SEED - 1990)

Concomitantemente os estudos sobre a composição da grade curricular para o turno diurno e noturno avançaram, sendo colocados para discussão com os Pólos em 2 Encontros Centrais acontecidos durante o primeiro semestre de 1989 (abril e junho), sendo que no de junho foi também apresentado o documento preliminar da proposta para o Estágio Supervisionado com a denominação de: Estágio Supervisionado. Um novo enfoque nestes Encontros foram discutidos e incorporadas as sugestões do grupo quanto a inclusão no currículo da disciplina Metodologia Científica, em razão de que seus conteúdos viriam subsidiar a nova proposta para o Estágio. Também foram sugeridas alterações na seriação das disciplinas Educação Artística e Metodologia do Ensino da Arte.

Completava-se desta forma o referencial básico sobre o qual o Departamento iria elaborar o Documento-Proposta para o Curso de Magistério, a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para apreciação a fim de que o novo currículo pudesse ser implantado a partir do ano letivo de 1989.

Neste momento a responsabilidade pela elaboração deste documento tomava significado especial já que, pela vivência do processo anterior, tinha-se clareza da importância de procurar registrar toda a profundidade e seriedade da proposta construída não colocando em risco, pela fragilidade da apresentação, todo um processo de mobilização e estudo empreendido em prol da melhoria da formação de professores das séries iniciais pelos Educadores do Estado.

Neste suposto e para bem explicitar os nexos decorrentes dos processos, objeto deste estudo, é preciso enfatizar que a participação do Conselho Estadual de Educação nesta fase, faz parte de um outro momento histórico - no quadro de seu relacionamento com a Secretaria de Educação - fazendo-se presente e contribuindo pela participação de seus membros em todos os eventos promovidos pelo Departamento.

Neste contexto evidencia-se a participação da Conselheira Professora Lilian Anna Wachowicz, como consultora para a área da Didática e da Professora Maria Dativa de Salles Gonçalves, na ocasião ocupando a Presidência do Conselho.

A par da tarefa de elaboração do documento outra questão relevante tomava vulto, isto é, a fase de negociações internas com as instâncias superiores para tomada de decisão e decidir assim sobre as medidas a serem adotadas para a implantação da proposta, após a sua aprovação pelo Conselho.

Para subsidiar esta tomada de decisão foram elaborados 2 documentos: **Curso Magistério - Estudo da Viabilidade de Implantação da Proposta Curricular** (julho/1989) e **Implantação da Proposta Curricular do Curso de Magistério** (setembro/1989).

O primeiro continha dados sobre o Curso de Magistério no Estado, os currículos para o Curso nos períodos diurno e noturno além de um estudo comparativo entre a carga horária proposta e

atual, dados sobre os Colégios Sedes dos Pólos, finalizando com uma análise da implantação da proposta curricular. Este estudo objetivava demonstrar a viabilidade financeira da implantação, considerando a preocupação já demonstrada com os custos da implantação. (Anexo V).

Este primeiro documento conclui afirmando:

... e também inquestionavam a necessidade dos recursos materiais como material bibliográfico e Didático a par de uma política consistente de capacitação de recursos humanos, sem os quais qualquer proposta pedagógica torna-se esvaziada.

(Curso Magistério - Estudo da Viabilidade de Implantação da Proposta Curricular - DESG/SEED - 1989)

O segundo, elaborado em razão do avanço das negociações internas, continha além dos dados do Curso do Magistério no Estado em funcionamento nos períodos diurno e noturno, dados sobre os Estudos Adicionais, sobre a oferta da 1ª à 4ª séries nos estabelecimentos que ofertavam Curso de Magistério, sobre as classes e matrículas do Ciclo Básico, concluindo com uma proposta de implantação, contendo alternativas e devidamente mapeadas no anexo do documento. (Anexo V).

Esta proposta defendia como primeira opção a implantação nos 254 (duzentos e cinquenta e quatro) estabelecimentos, acrescentando:

Cabe ressaltar ainda que, o novo currículo sendo implantado nas 254 Escolas de Magistério, as propostas elaboradas para cada uma das áreas do conhecimento seriam socializadas a todos os professores que atuam no Curso. Portanto o saber elaborado seria de posse da maioria e não somente de uma minoria privilegiada, já que foi efetivamente fruto de um trabalho coletivo de educadores paranaenses.

(Implantação da Proposta Curricular do Curso Magistério - DESG/SEED - 1989)

Como segunda opção colocava-se:

... implantação da nova proposta curricular nos 22 (vinte e dois) Colégios Sede dos Pólos e nos Colégios que, além do Curso do Magistério, também implantaram o Ciclo Básico. Esta implantação abrangeria 120 Colégios distribuídos em 21 Núcleos Regionais, pelo fato de, no Núcleo de Curitiba, não ter classes de ciclo básico nos 10 Colégios que ofertam o Magistério.

(Implantação da Proposta Curricular do Curso Magistério - DESG/SEED - 1989)

Para o período noturno a implantação iniciaria em 1990, pela abertura de no máximo 02 (duas) turmas de 1ª série nos Institutos de Educação, sendo que nos demais Colégios Sede dos Pólos de Magistério com a abertura de 01 (uma) turma de 1ª série a partir de 1991, além de manter os 26 (vinte e seis) já que ofertavam o Magistério neste turno.

Pelos estudos exigidos pode-se constatar que as negociações a nível central, por mais incoerentes e contraditórias que possam parecer, apresentavam-se como difíceis, precisando, como tentamos demonstrar, de defesa e de um posicionamento por parte do Departamento de 2º Grau a cada momento, o que a bem da verdade causava estranheza e ao mesmo tempo constrangimento.

Mesmo assim foi-se avançando nas discussões evoluindo para a necessidade da realização de mais uma Reunião com os Pólos com a presença da Senhora Secretária da Educação, para decidir sobre a implantação da proposta. Esta reunião foi realizada no dia 17/10/89 na sala de reuniões da Superintendência de Educação da Secretaria.

Os Pólos foram convocados para a reunião que estava agendada para o período da manhã, pois neste mesmo dia as chefias de Núcleo também teriam outro compromisso na própria Secretaria.

Embora com a pauta organizada para o assunto a ser discutido com as representações dos Pólos, houve repentina mudança no seu temperamento, pois foi resolvido que da mesma também iriam participar as chefias dos Núcleos Regionais de Educação.

Na abertura da Reunião houve o pronunciamento do Chefe do Departamento e da Senhora Secretária que colocou as últimas informações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujos projetos já vinham sendo discutidos no bojo dos estudos da nova proposta do Magistério. Manifestou sua preocupação no sentido de que seria esta a hora de iniciar mais uma mudança, posicionando-se no entanto, sob a possibilidade de adiá-la, decidindo então no final de 1990 quanto a sua implantação.

Esta situação pegou de surpresa a maioria dos presentes, principalmente os Pólos de Magistério pois que foram convocados para discutir os encaminhamentos a serem feitos em razão da implantação da nova proposta. Por sua vez o Departamento - pelo menos a Coordenação do Projeto - convocou-os com esse objetivo, pois se assim não fosse, não haveria necessidade de reuni-los.

Prosseguindo, foi solicitado o pronunciamento de cada uma das Chefias de Núcleo e não dos Pólos de Magistério - que estavam ali para isso - mais uma vez houve estranheza - pois quem participou diretamente de todo o processo foram os representantes dos Pólos que estiveram à frente contatando com os professores e coordenando as ações da região.

As chefias foram posicionando-se, considerando as interligações existentes a nível das relações institucionais, de acordo com a posição claramente colocada ao início da reunião pela Senhora Secretária.

Manifestaram-se a seguir as Coordenadoras dos Pólos de Curitiba, Maringá e Londrina, defendendo veemente a proposta, enfatizando a necessidade de sua implantação ocorrer já em 1990, sob o risco de, na indecisão, perder-se o bonde da história, jogando fora até os esforços dos professores, mas também todos os recursos que foram investidos. As demais Coordenadoras ratificaram as posições de suas chefias ou simplesmente se omitiram.

Analisando-se esse difícil momento a nível institucional decide-se o encaminhamento a ser dado ao produto de uma política educacional, executada a partir de um processo coletivo de construção, chega-se à conclusão de que realmente a formulação de novas propostas curriculares são encaminhadas em problemas da fase de diagnóstico até a da sua elaboração normal; a partir daí a sua concretização nas escolas só acontece - por mais e melhores avanços que contenham - pelo aval do institucional e do legal, que infelizmente passam pelas relações de poder hierárquico

das instituições materializado por seres humanos nem sempre dispostos a assumir o ônus da prática de um discurso democrático.

Três pontos apareceram nas colocações de chefias de Núcleo na ocasião: a Lei de Diretrizes e Bases que estava para ser aprovada, a capacitação dos professores e a exigência de articulação do Ciclo Básico (Política do Ensino de 1º Grau) com um Magistério, que estava (e está) a exigir professores com a devida fundamentação teórica.

Realmente os argumentos explicavam mas não justificavam o adiamento da implantação, primeiro, se não era para implantar de há muito teria de estar clara da oposição e não depois da proposta pronta, segundo, é indiscutível que a capacitação de professores precisa acontecer nos dois graus de ensino pois desde a proposta anterior já se vinha propondo tal integração; terceiro, esperar que as condições ideais estejam postas para depois ir à prática é utópico, e no mínimo ingênuo demais neste país e na sociedade em que vivemos.

Parafraseando a música: ... **quem sabe faz a hora não espera acontecer.**

Segundo Saviani:

Nós temos que atuar nas condições existentes, impulsionando-as dialeticamente na direção dos novos objetivos. Do contrário, ficaremos inutilmente sonhando com instruções ideais. Problemas deste tipo fazem com que, a par de uma sólida fundamentação científica, o educador necessita também aprofundar-se na linha da reflexão filosófica.

(SAVIANI - 1989, p.54)

A reunião prosseguiu à tarde, agora somente com os representantes dos Pólos, tendo o Departamento apresentado Documento-Proposta, que estava em sua composição gráfica final, sendo então manifestada a frustração em que se encontravam, principalmente os que se posicionaram pela implantação da Proposta ainda em 1990.

Ao virem o risco de perder todo o trabalho realizado, além do fato de retornarem às suas regiões com uma resposta negativa

e serem dados aos professores, depois de ter como certa a implantação, os povos interessados ainda tentaram mais uma alternativa a de recorrer à Secretária, solicitando a sua presença agora, depois da análise da situação, pudessem defender a implantação. Como estava ausente, foi elaborado um documento solicitando a implantação, o qual foi assinado pelos presentes, que retornaram às suas regiões, aguardando um último pronunciamento da Secretária.

Após este episódio, mesmo decepcionados com os rumos dos acontecimentos, foi dada continuidade à finalização do Documento-Proposta pois, afinal, era a produção de uma gestão no campo específico do Magistério e que teria que ser, no mínimo socializada, como resultado dos recursos investidos - embora este seja um ponto de vista imediatista e simplista.

Realmente a repercussão desta decisão de modo nenhum favorecia a Secretaria e, particularmente o Departamento de 2º Grau, pelo desgaste de ter uma de suas políticas sob a forma de ação priorizada, ameaçada de não vir a ser concretizada. Não resta dúvida, poucos são os que não são optados pelo poder e assumem a defesa de seus posicionamentos até as últimas consequências. Defesa que precisaria assumida pelos dirigentes educacionais, embora possamos reconhecer que ela como é própria dos dirigentes que já saíram do senso comum e têm na consciência crítica a sua segunda natureza - o que pelas implicações das relações de poderes existentes não faz jus a nossa realidade.

Exatamente neste particular pode se afirmar que a luta diária pela concretização de propostas pedagógicas, como já foi afirmado, é difícil em qualquer das instâncias. Nela engajam-se somente os comprometidos com os ideais da melhoria da educação pública, isto significa que a militância para que o pedagógico aconteça e como consequência os avanços educacionais sejam incorporados, pelos professores em sua prática na sala de aula,

implica em saber superar os entraves criando mecanismos para mesmo na contradição existente os espaços sejam ocupados e não possa haver retrocesso, no processo de melhoria da qualidade de ensino que se busca.

Merece especial destaque a intervenção - resultado da consciência crítica de educadores compromissados com a luta em favor da escola pública que se traduzem na forma - de mediação política e que culminou com a retomada da questão da implantação em reunião das chefias de Núcleo, realizada em janeiro de 1990, na qual ficou decidido que a proposta seria implantada ainda em 1990 nos Núcleos que optassem pela mesma.

Os Chefes dos Núcleos de Curitiba, Ivaiporã e da Área Metropolitana colocaram-se então como os Núcleos pioneiros para esta implantação, sendo que em Curitiba seria implantado nos 10 (dez) Estabelecimentos que ofertavam o Curso de Magistério.

Esta decisão foi recebida com entusiasmo, principalmente pelos educadores que participaram e estavam efetivamente compromissados com os processos, assumindo os pressupostos teóricos que embasava a proposta, e que por isso mesmo tinham consciência do retrocesso que representaria a sua não implantação, no momento em que o Ciclo Básico estava sendo universalizado, requerendo também que os professores das séries iniciais fossem preparados, já alinhados na mesma concepção de educação.

O Departamento logo a seguir encaminhou o Documento-Proposta Curricular para o Curso de Magistério ao Conselho Estadual de Educação, que agendou reunião extraordinária nos dias 21 e 22 de fevereiro de 1990. A reunião da Câmara do Ensino de 2º Grau, foi no dia 20 e a reunião plenária realizada no dia 21, onde a proposta foi aprovada pela Deliberação nº 002/90 e Parecer nº 001/90, respectivamente, constituindo-se desta forma nas novas diretrizes curriculares da habilitação Magistério para o Estado do Paraná.

Por estas diretrizes o Curso passava a ter a duração de 4

(quatro) anos, nos turnos diurno e noturno e a implantação seria facultada para o ano letivo de 1990, mas obrigatória em 1991 para todos os Estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino.

Com esta aprovação, o Departamento de Ensino de 2º Grau deu início às orientações para os Pólos de Magistério, para que fossem agilizados os procedimentos com vistas à implantação do novo currículo, depois consubstanciadas através da expedição de Instrução nº 002/90-DESG, com data de 04 de maio de 1990.

Estava deste modo legalizada a implantação, embora viesse inaugurar outra fase do trabalho, qual seja: a da legitimação do novo currículo em cada um dos estabelecimentos de ensino, o que significa ser incorporada à prática de cada um dos professores do Curso.

Esta, sem dúvida, é uma luta maior, sem tréguas, um permanente desafio a ser enfrentado pelos educadores, na perspectiva da retomada da verdadeira função da Escola Pública.

Ao finalizar esta parte do Estudo e considerando elementos já colocados, pode-se estabelecer o confronto entre os dois processos de concretização da política para o Curso de Magistério, destacando fundamentalmente que as dificuldades na fase de elaboração das propostas pedagógicas são bem menores do que na fase de tomada de decisão para a sua implantação na rede.

O que se verifica pela experiência vivenciada é que, a decisão de implantação da proposta resultante no projeto Magistério em Nova Dimensão (gestão 83/86) foi difícil em razão do relacionamento da Secretaria com o Conselho Estadual. Portanto, a nível de política externa.

Porém, na tomada de decisão quanto a implantação da proposta elaborada no desenvolvimento do Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação do Magistério (gestão 87/90) as posições se inverteram sendo que as dificuldades maiores foram encontradas a nível de política interna, não havendo problemas a nível

de encaminhamento com o Conselho Estadual que sempre esteve receptivo e sensível quanto às produções elaboradas pela Secretaria.

É justamente ao levantarmos as questões presentes num e noutro processo, ou seja, no movimento da história, que podemos avaliar a importância que os momentos de reflexão sobre a prática vivenciada nos propicia, possibilitando-nos a necessária clareza sobre pontos que antes nos pareciam totalmente obscuros, o que nos leva a estabelecer as necessárias sínteses sobre a questão estudada. Isto é sempre valioso.

3 AS PROPOSTAS CURRICULARES: SÍNTESES REPRESENTATIVAS DE UM MOMENTO HISTÓRICO

3.1 CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO CURRICULAR

No pressuposto de que: a análise histórica de um fenômeno só tem sentido se é capaz de levar a uma visão clara dos elementos envolvidos no presente, de forma a permitir decisões e ações em função da realidade concreta (SALGADO - 1982, p.15), quer nos parecer que este estudo não estaria completo se dele não fizesse parte as propostas curriculares elaboradas enquanto resulta das análises anteriores que privilegiavam enfoque das políticas educacionais em relação ao Curso de Magistério e processo em que as mesmas foram executadas.

Estas propostas revestem-se de importância enquanto produção, síntese representativa dos diferentes momentos históricos cuja análise vem demonstrar a evolução por que passou o currículo do Curso de Magistério no Estado do Paraná.

Ao serem objeto de uma primeira reflexão - embora caracterizada como síntese precária leva ao conhecimento os seus vários determinantes, situando-os historicamente para, após, num terceiro momento, possibilitar uma maior compreensão da totalidade do seu significado educacional e social.

Na perspectiva desta compreensão, e no entendimento de que não se pode analisar as questões da escola - as questões curriculares desvinculadas do contexto sócio-político da sociedade em que a mesma está inserida, o enfoque desta parte pretende explicitar a evolução do currículo do Curso de Magistério. Ao mesmo tempo procura identificar as principais concepções de edu-

cação que vem se fazendo representar nos mesmos pela análise das propostas curriculares elaboradas no âmbito deste estudo.

Neste sentido, e considerando que o tema nuclear adentra na questão curricular - toma-se como referência básica o entendimento de currículo segundo Cury, que assim o considera:

O currículo em um meio relevante para a consolidação da função política da educação manifesta ou não. É um instrumento que responde ao que fazer para se atingir um determinado objetivo. Nesse sentido, o currículo se associa ao conteúdo da educação no seu sentido mais amplo, e sua definição não pode se restringir apenas à relação de disciplina e matérias componentes de um curso. ... Presente em todas as atividades de planejamento e execução, ele é um instrumento que reflete o sentido mantenedor - transformador da ação pedagógica cooperando ativamente para o tipo de conformismo subjacente à instituição pedagógica em que se insere.

(CURY - 1985, p.111)

O currículo assim pensado adquire um sentido mais abrangente, que se relaciona diretamente à questão da qualidade do ensino articulada à da formação dos professores. Assim, parte da premissa que o currículo expressa sempre uma concepção de educação - explícita ou não - daí a sua importante função de contribuir para a melhor formação dos professores da educação básica, o que certamente irá assegurar também que o saber escolar venha a ser de posse da maioria da população que frequenta a escola pública.

Esta melhor formação compreende por sua vez uma concepção de escola cuja função precípua é a de transmitir o saber elaborado. Deste modo, o currículo assume vital importância e precisa ser entendido como: ... organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Um currículo é pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria. (SAVIANI - 1991, p.26)

Para que o saber sistematizado possa ser trabalhado a nível de saber escolar, é preciso que sejam garantidas as formas que assegurem o seu domínio pelos alunos, através da atuação competente dos professores que pelo domínio dos conteúdos e da

metodologia de ensino apropriada, irão construir a nova qualidade do ensino da escola pública.

Com base nesta fundamentação as propostas curriculares elaboradas adquirem um novo sentido, pois representam a forma como o saber vem sendo organizado e distribuído ao longo da formação do professor paranaense e como a composição desses currículos tem manifestado as concepções educacionais presentes na prática pedagógica dos professores. É a partir desta compreensão que a análise curricular a ser desenvolvida, a partir deste momento, estará norteada.

No enfoque da legislação, vemos que a organização curricular da Habilitação Magistério foi estruturada com base nos Pareceres nº 45/72 e nº 349/72, do Conselho Federal de Educação. Este último normatiza a **habilitação específica de 2º Grau, para o exercício de Magistério, em 1º Grau** (Parecer nº 349/72).

No entanto, o que melhor explicita a doutrina curricular da Lei nº 5.692/71, ao contrário do que se podia supor:

... é o Parecer nº 853/71, que dá o "espírito", os pressupostos, o âmbito da formação do Magistério a nível de 2º Grau, mais do que os próprios Pareceres nº 45/72 e 349/72. Por isso, ele deve ser examinado a partir dos seus pressupostos teóricos e metodológicos.

(CENAFOR - 1986)

A estrutura curricular do Parecer nº 853/71, está referenciada a duas questões básicas:

- a concepção de currículo pleno, que se desdobra em Núcleo Comum, Parte Diversificada e em Educação Geral e Formação Especial;
- e nos conceitos de matéria, atividades, áreas de estudo e disciplinas, assegurando as condições de relacionamento, ordenação e seqüência, e de continuidade e terminalidade.

... Todos esses conceitos constituem, por assim dizer, o amálgama que cimenta e dinamiza a estrutura curricular, configurando-a como um "todo orgânico".

(CENAFOR - 1986)

Pode-se ainda acrescentar que a doutrina da Lei nº 5.692/71 e do Parecer nº 853/71 assim como a Resolução nº 08/71, estão fundamentadas nas concepções básicas de Piaget, expressa entre

outras coisas pela disposição dos conteúdos em camadas sucessivas, que objetivam atender o preceito de que o conhecimento humano é desenvolvido **a partir do mais para o menos geral, do menos para o mais específico.** (Parecer nº 853/71).

Ressaltam daí a importância dos aspectos psicológicos na operacionalização do currículo, estabelecendo relação entre a concepção curricular pretendida e a teoria piagetina do desenvolvimento psicológico.

Resta-nos porém considerar nesta seqüência do enfoque legal o Parecer nº 349/72, enquanto legislação específica para o exercício do Magistério de 1º Grau e que define o currículo mínimo para a Habilitação Magistério a nível de 2º Grau.

Assim, este Parecer traz sérias implicações na estrutura curricular proposta para habilitação, uma vez que explicita uma contradição interna na sua organização, ao pretender dar conta da clássica dicotomia pendular entre Educação Geral e a Formação Especial, na sua relação direta entre a continuidade de estudos e a preparação do professor. Isto significa dizer que o currículo dele decorrente não conseguiu propiciar a melhor formação objetivada.

3.2 AS PRIMEIRAS DIRETRIZES CURRICULARES

Para que se possa melhor contextualizar a evolução das propostas curriculares a serem enfocadas, nesta parte do estudo toma-se como ponto de partida o currículo previsto pela deliberação nº 22/79, do Conselho Estadual da Educação. Isto porque esta legislação veio estabelecer as primeiras Diretrizes Curriculares Gerais e Específicas para a Habilitação Magistério, em atendimento ao disposto pelas Deliberações nº 085/74 e nº 42/77, respectivamente, as quais fixavam o mínimo de 2.550 horas de duração para os cursos técnicos e as normas para elaboração do Currículo do Ensino de 2º Grau, no Estado do Paraná.

Estas diretrizes constantes ao documento denominado **Diretrizes Curriculares para Habilitação Magistério**, impresso pela Secretaria através do Departamento do Ensino de 2º Grau no ano de 1979 e encaminhados a todos os Estabelecimentos de Ensino, apresentam-se dispostas em três fundamentais: Fundamentação Legal, Diretrizes Curriculares Gerais e Diretrizes Curriculares Específicas.

Nas Diretrizes Curriculares Gerais, situam-se o Currículo da Habilitação (matérias) e as correspondentes listagens de conteúdos, que se repetem nas Diretrizes Curriculares Específicas juntamente com o Currículo Pleno da Habilitação (disciplinas).

Observando a própria estrutura do documento tem-se claro a sua característica de expressão do legal, que fazia parte naquele momento histórico, da realidade educacional do país, quando ao início em sua apresentação diz:

O presente trabalho, é o resultado de estudos e observações feitos

no decorrer dos anos da implantação da Lei 5.692/71. Ele não pretende limitar a liberdade da escola na seleção de atividades e aprofundamento programático, pois a própria Lei lhe garante tal autonomia. Cada Escola terá oportunidade de enriquecimento de seus programas a fim de que a comunidade possa imprimir suas potencialidades na formação do professor.

(Diretrizes Curriculares para Habilitação Plena Magistério-SEED/DESG-1979)

Verificando a nível estadual o currículo do Curso de Magistério deste período, pode-se constatar que ocorreu apenas a ratificação do Parecer nº 349/72, cabendo aqui citar por sua propriedade e pertinência a afirmação seguinte:

Ao refletirmos sobre a legislação do Magistério, ao longo da implantação da Lei nº 5.692/71, constatamos que os Pareceres que a explicitam (45/72 e 349/72) propuseram avanços que nem sempre foram utilizados, tendo recebido, na esfera estadual, um tratamento normativo, que, por vezes mostra-se inibidor. É o caso das Deliberações 42/77 e 22/79 que, embora tenham procurado valorizar a Formação Especial com a criação da figura das disciplinas instrumentais, contraditoriamente, provocaram o descompromisso da Educação Geral, enquanto Núcleo Comum e Artigo 7º, de se voltar para a habilitação profissionalizante, contribuindo sobremaneira para a dicotomia entre Educação Geral - Formação Especial, Teórica - Prática, esvaziando, conseqüentemente, a proposta da profissionalização, contida na Lei nº 5.692/71. Situação esta que acabou sendo reforçada pelo comportamento da acomodação das próprias escolas.

(Melhoria da Qualidade dos Cursos de Magistério:
Compromisso de Todos - SEED/DESG - 1986)

Pode-se constatar desta forma que o currículo decorrente da Deliberação 22/79 para a Habilitação Magistério no Estado do Paraná, expressa a concepção de educação daquele dado momento histórico - concepção tecnicista - embora com resquícios da concepção escola novista e, que portanto não levam a consideração os determinantes sociais presentes em nossa realidade.

Na verdade os currículos até então elaborados no Brasil, não consideravam a questão sócio-estrutural, servindo-se no mais das vezes, de modelos de currículos e programas importados de países mais avançados, que em nada correspondiam as nossas verdadeiras necessidades educacionais.

A análise do quadro curricular proposto apresenta-nos então um curso com duração de 03 anos, tendo o currículo da Habi-

litação organizado por matérias, e o chamado Currículo Pleno organizado pelas disciplinas a serem ministradas ao longo das 03 séries, havendo predominância da carga horária da Formação Especial sobre a destinada à Educação Geral, totalizando uma carga horária de 2.890 horas para ambos os turnos.

A Prática de Ensino aparece relacionada abaixo do quadro curricular do Currículo Pleno, não sendo computada a sua carga horária total a ela atribuída, nem a carga correspondente a cada uma das séries do curso (300 horas). No entanto, a justificativa, o objetivo geral e as atividades a serem desenvolvidas na Prática de Ensino, estão contidas no corpo das Diretrizes, em parte assim expressos:

... dotá-los de consciência profissional, através da utilização de métodos e técnicas da direção da aprendizagem, tornando-os capazes de alcançar os objetivos a que se propõe e atingir a sua meta que é de preparar e educando para a vida.

(Diretrizes Curriculares para Habilitação Plena - Magistério - SEED/DESG - 1979 - p.121)

Na tentativa de aprofundar um pouco mais a análise do currículo à luz das concepções de educação, observa-se claramente a manifestação do psicologismo - característico na concepção da Escola Nova - e que continuou presente de forma expressiva nos currículos propostos pela concepção tecnicista, para a formação dos professores das séries iniciais. Prova disso é a predominância da Psicologia, manifesta pelas disciplinas Psicologia Geral da Aprendizagem, respectivamente, da primeira a terceira série do currículo, o que vem ratificar a alternativa acima.

A carga horária da Psicologia (306 horas/aula) ultrapassa a carga horária das outras 04 disciplinas que fazem parte dos Fundamentos da Educação: Biologia Educacional, História da Educação, Sociologia Educacional e Filosofia da Educação (272 horas/aula). Esta primazia, por sua vez, ocasiona um descompasso nesta área, e por conseguinte no currículo como um todo, uma vez que centra-se o enfoque dos conteúdos no aluno, em seus interes-

ses, necessidades e no seu desenvolvimento mental, restringindo estes mesmos conteúdos a uma visão individualista de educação.

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Estatística Aplicada passaram a constituir uma única disciplina, reforçando até pela nomenclatura da disciplina o disposto no Parecer nº 349/72.

... Indispensável, por exemplo, é desenvolver a habilidade no manuseio de dados gráficos e medidas estatísticas utilizadas em educação proporcionando condições favoráveis à formação de uma atitude crítica e objetiva em face de fatos, problemas, soluções e decisões.

(Parecer nº 349/72 - C.F.E.)

Ao lado da Psicologia também está situada na 1ª série a disciplina Didática Geral, apresentando-se como elemento instrumental na formação e preparo do aluno-mestre visando a transmissão de normas e técnicas gerais de educação procurando atender as exigências do processo educacional. (Deliberação nº 22/79 - C.E.E.)

Pelo exposto tem-se claramente a concepção da disciplina enquanto instrumental e repassadora de técnicas gerais sobre o bem ensinar. Na seqüência pode-se correlacionar o enfoque da mesma com as chamadas **Didáticas Especiais**, assim manifesta:

A Didática apresenta-se como ciência e arte. É ciência, quando experimenta e pesquisa novas técnicas de ensino. A arte quando sugere do professor normas de ação e lhe proporciona condições técnicas para o desempenho eficiente da sua profissão e servirá de apoio às Didáticas Especiais como também será elemento de união entre estas e a Prática de Ensino.

(Deliberação nº 22/79 - C.E.E.)

Neste sentido a Didática Geral constituía-se no suporte sobre o qual as outras **Didáticas** desenvolveriam os seus conteúdos específicos - Didática Especial da Comunicação e Expressão, da Matemática, de Ciências Naturais e da Integração Social.

Cabe aqui outra citação que só vem comprovar o sentido psicologizante que perpassava o currículo, inclusive na Didática:

Considerando a dimensão individual, o tratamento a que tem direito o professorando e a necessidade permanente de comunicação com o seme-

lhante, quer oral ou por escrito, exige que se dê atenção ao emprego de uma linguagem correta, clara e consisa através da Didática Especial da Comunicação e Expressão. Ainda há a considerar que os conhecimentos recebidos, buscados na pesquisa científica, sejam transmitidos de maneira também científica, segura e através de técnicas adequadas às várias faixas etárias.

(Deliberação nº 22/79 - C.E.E.)

Ao colocar a questão no plano individual - do aluno - na transmissão dos conhecimentos, vê-se também ainda a visão da escola tradicional que, hoje se faz presente na prática pedagógica não pode nos causar espécie ao se fazer explicitar naquele momento.

Os Estudos Complementares - parte do currículo de livre escolha do Estabelecimento compunha-se de 04 disciplinas, sendo que 03 delas vinham reforçar as disciplinas da Educação Geral: Literatura Infantil, Geografia do Paraná e História do Paraná, além de recursos Audio-Visuais e Educação Artística - esta, deslocada então do Artigo 7º.

O fato da disciplina Recursos Audio-Visuais estar elencada expressa por sua vez o enfoque tecnicista que predominava naquele período na educação brasileira, sendo necessário que o professor em sua formação tivesse domínio dos recursos a serem utilizados em sala de aula - audio-visuais e multimeios que entre outros objetivos, tinha o de aproximar o educando da realidade, concretizar e ilustrar o que está sendo exposto verbalmente e prender a atenção...

(Diretrizes Curriculares para Habilitação Plena Magistério-SEED/DESG-1979)

Finalizando, vemos que a Prática de Ensino está colocada fora do quadro curricular, aparecendo somente a sua carga horária total (300 horas) sem, no entanto, estar explicitada a carga horária a ser cumprida em cada uma das 03 séries do curso.

A Didática de Ensino no currículo proposto pela Deliberação nº 22/79 seria desenvolvida de forma paralela do curso com 50 horas na 1ª série, 100 horas na 2ª série e 150 horas na 3ª série, mas caracterizando-se pelas 03 etapas tradicionais, ou se-

ja: observação, participação e regência em classe de 1ª à 4ª séries. A regência ou direção de atividades última etapa, sendo a culminância da Prática de Ensino.

Decorrente desta divisão em etapas graduais, o que ocorreu na prática foi um desvirtuamento cada vez maior da relação teórico-prática, sendo a Prática de Ensino vista como pólo prático do curso e a regência pouco a pouco assumida como a famosa **semana de regência**, onde o **faz de conta** predominava, e o artificialismo representado pelo exagero dos recursos didáticos utilizados pelas alunas, dava-nos conta do predomínio da forma sobre o conteúdo - do superficial sobre o essencial - em total desacordo com as reais exigências dos alunos da escola pública, mas que incorporava sem dúvida os preceitos das concepções escolanivista e tecnicista de educação, e tão presentes na prática dos professores dos cursos de formação para o Magistério.

3.3 O CURRÍCULO DA TRANSIÇÃO

Contextualizada a proposta curricular da Deliberação nº 22/79, que vem a ser a primeira diretriz curricular para a Habilitação Magistério a nível estadual, pode-se iniciar a análise da proposta curricular formulada no processo de desenvolvimento do **Projeto Magistério em Nova Dimensão**, amplamente abordado em análise anterior.

Esta proposta originou-se a partir da avaliação da diretriz curricular em vigor (Deliberação nº 22/79), contando com a participação dos profissionais do magistério atuantes em todos os níveis com a mediação dos Pólos de Magistério.

Foi elaborada no ano de 1985, portanto, no bojo do processo de redemocratização e do estabelecimento de políticas educacionais que privilegiavam a participação na formulação de suas diretrizes de ação, a exemplo do **Programa de Reorganização do Ensino de 2º Grau** já descrito.

Antes de proceder a análise do currículo, faz-se necessário inferir sobre o documento - **Proposta Curricular do Curso de Magistério** - pela importância do seu conteúdo para a compreensão das colocações futuras.

Constavam no documento o delineamento da proposta, a sua abordagem curricular e metodológica, o plano de estudos (grade curricular) com a sua análise, as ementas das disciplinas e a proposta de prática de ensino.

Ele situava historicamente a proposta na perspectiva de sua elaboração participativa via **Projeto Magistério em Nova Dimensão**, dizendo:

Este Projeto nasce comprometido com um processo participativo e coerente com as políticas de integração dos diferentes graus e modalidades de ensino, integração entre os níveis administrativo e pedagógico.

E mais adiante afirmava:

Reflete, também, um processo participativo, cujo propósito é a manutenção dos debates em torno da própria proposta, não se esgotando na definição tão somente de um currículo enquanto proposta formal.

(Proposta Curricular Curso Magistério - SEED/DESG - 1985)

Na parte que poderia ser caracterizada como a de fundamentação da proposta, foram colocados de forma sintética alguns pressupostos tais como:

Assim, é importante que questão filosófica esteja claramente posta, isto é, a escola brasileira "hoje" sugere a reconstrução social, cujos participantes assumam um compromisso histórico na elaboração das respostas às exigências da comunidade.

O papel ativo da escola é o de análise e de crítica face aos fenômenos da realidade social, transformando-a, reconstruindo-a nesta tarefa, estão envolvidos em igual parcela de responsabilidade: escola - professor - comunidade.

(Proposta Curricular Curso Magistério - SEED/DESG - 1985)

Por esta colocação do documento a escola tem o papel de transformar a sociedade, encerra portanto uma visão otimista da educação, que é reafirmada quando o mesmo se refere ao professor:

Para que não permaneça a nível de discurso, os pressupostos de ordem social e filosófico que embasam esta proposta exigem uma resposta traduzida na formação de um novo profissional da educação - professor de 1ª à 4ª séries - atuando como:

- agente transformador, que pela sua ação propicia a formação de juventude apta a atuar no contexto histórico, valorizando o "ser", o "saber" e o "saber fazer";
- agente comprometido tecnicamente com o domínio teórico-conceitual e prático, capaz de trabalhar um currículo significativo, para a solução dos problemas emergentes da sociedade;
- agente crítico, operante, politicamente engajado no processo de mudança social, consciente de que a grande maioria da população tem na escola pública a única oportunidade de acesso ao saber.

(Proposta Curricular Curso Magistério-SEED/DESG-1985)

Pode-se verificar deste modo os princípios sobre os quais estavam postos a formação do novo profissional requerido pela

proposta, que enfatizava a questão da educação como fator de transformação social, não a situando em relação a outros determinantes presentes na sociedade.

A abordagem curricular e metodológica privilegia a **Interdisciplinariedade**, a busca da **recriação** da prática docente, a metodologia **instrumental**. Remete os componentes curriculares para serem repensados em cada realidade escolar, enfatizando que os professores devem assegurar às suas programações um caráter de prática instrumental.

Justifica a apresentação de conteúdos sugeridos em forma de ementas, pois que: o **que fazer** e o **como fazer** o detalhamento dos conteúdos são decisões da escola, sendo que o caráter **experimental**, o **refazer** deve ser assegurado pelo seu acompanhamento e avaliação.

O conteúdo e o método são considerados elementos indissociáveis - o método entendido no sentido do respeito à maneira própria de organizar-se e progredir em cada campo do conhecimento, podendo ser estabelecidas grandes linhas metodológicas, que implicam em diferenciação na maneira de ensinar.

Coloca ainda o professor como dinamizador do processo de relacionamento teoria-prática no momento em que diz:

Cabe a ele uma competência caracterizada de "dentro" e "para" o contexto escolar, implicando em:

- domínio do "saber-fazer didático";
- compromisso de um trabalho "recriador", questionando o próprio sentido da proposta educacional da escola;
- instrumentalização do "saber-fazer didático", pelo profissional da educação, cuja ênfase está na coerência interna de todo o processo: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação;
- compreensão e domínio por esse professor de que a teoria é renovada constantemente pela prática e é esta que sugere possíveis inovações e novas posturas;
- atitudes de crítica face às problemáticas da realidade na qual está inserido, pois entre teoria e prática está o professor, sabendo enfrentar necessidades sociais e profissionais, limitações tecnológicas e o conjunto dos problemas práticos existentes na sua realidade institucional e social.

(Proposta Curricular Curso Magistério - SEED/DESG - 1985)

O que sobressai das colocações aqui expostas, é a visão do professor como depositário de uma responsabilidade e competência acima de sua capacidade, como super-professor que irá na escola e pela escola tudo resolver, inclusive os problemas postos pela sociedade. É a visão da escola, da educação como capaz de transformação social, não considerando os determinantes político-econômicos e sociais.

Ao mesmo tempo, coloca na dimensão metodológica da proposta **a escola como parcela transformadora da sociedade** - o que é contraditório se analisarmos que o enfoque centrado no professor, faz parte da concepção tradicional, enquanto a escola vista como um dos espaços de contribuição para a transformação da sociedade está na base dos princípios das concepções progressistas.

Este ponto nos encaminha para retratar a proposta como depositária de um currículo de transição, deixando de apresentar enquanto documento, uma concepção única e claramente explicitada de educação e que esvazia a abordagem metodológica ao dizer:

Daí, que a hipótese de existir ou prescrever uma abordagem metodológica qualificada como "mais adequada" ou "pronta", se esvazia, quando não considera como responsável por aquela, toda a comunidade escolar. É esta quem vai definir as dimensões técnicas no trato com os conteúdos, adotando procedimentos e novas proposições em um contexto de crítica e discussões sobre o fato educacional, com vistas à modificação da própria realidade da escola.

(Proposta Curricular Curso Magistério - SEED/DESC - 1985)

Portanto a citação acima ao transferir para a comunidade escolar a forma de trabalho com os conteúdos, deixa de utilizar os elementos curriculares fundamentais e que não podem ser deslocados das áreas de conhecimentos específicos, próprias e de responsabilidade de cada professor e por consequência inerentes à função da escola pública.

Pode-se observar com clareza como ênfase na participação se fazia representativa, refletindo na proposta curricular, uma vez que a participação se apresentava como próprio conteúdo, demonstrando já uma aproximação com uma concepção progressista na sua expressão libertadora, que tem na participação uma das suas

estratégias básicas, na garantia de dimensão política da educação.

Passando para a análise do currículo constante na proposta é importante evidenciar o fato da existência de 02 proposições curriculares, conforme referência anterior, em razão da não aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do currículo originalmente proposto.

O plano de estudos não considerava a disposição adotada até então para as grades curriculares das habilitações, que eram normatizadas por diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação, apresentando num único quadro com a denominação de matérias e disciplinas. Ao mesmo tempo não considerava a divisão das camadas curriculares: Núcleo Comum, Art. 7º, Formação Especial e Parte Diversificada, relacionando todas as disciplinas em geral, seguidas da Prática de Ensino e da Parte Diversificada.

A duração do curso foi mantida em 03 anos, com uma carga horária semanal de 28 horas/aula nas 1ª e 2ª séries e 25 horas/aula na 3ª série; acrescida da carga horária da Prática de Ensino, 02 horas/aula, 04 horas/aula e 06 horas/aula, respectivamente na 1ª, 2ª e 3ª séries. A carga horária total do curso perfazia então 2.754 horas e com a Prática de Ensino totalizava 3.162 horas a serem desenvolvidas num calendário de 34 semanas anuais.

Sendo esta a estrutura do curso, pode-se passar a considerar as principais características do currículo, tomando de análise o currículo da Deliberação nº 22/79-CEE. Estas características podem ser apontadas principalmente forte tendência da junção de disciplinas, significando a inclusão de conteúdos de uma disciplina em outra, conservando ou não a mesma denominação e carga horária. Assim, os conteúdos da disciplina Literatura Infantil foram incluídos na disciplina Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; os de Organização Social e Política Brasileira e História do Paraná, em História; Geografia do Paraná, em

Geografia; os de Estatística Educacional, em Matemática; os de Programas de Saúde e Biologia Educacional, na disciplina Biologia; os de Introdução à Psicologia, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem, em Psicologia.

Com estas incorporações tentava-se agrupar conteúdos de modo a garantir a unidade das áreas de conhecimento, cujos conteúdos estavam dispostos no currículo, mas representados por diversas disciplinas e, portanto, organizados de modo fragmentado.

Decorrente destas junções as disciplinas Filosofia e História da Educação passam a constituir uma única disciplina, com a denominação de Filosofia e História da Educação Brasileira, embora fosse mantida a mesma carga horária.

Também as Didáticas Especiais foram agrupadas como Metodologias das Séries Iniciais do Ensino de 1º Grau, visando assegurar a efetiva vinculação entre teoria e prática. No entanto, este agrupamento seria apenas uma questão de forma, haja visto que previa-se o tratamento específico em cada área do conhecimento articulado à Prática de Ensino. Esta forma no entanto, não seria possível de ser garantida nos Estabelecimentos com maior número de turmas, pois somente um professor não poderia dar atendimento a todas as metodologias. Isto quer nos parecer como preocupação mais com a forma do que propriamente com o conteúdo, o que não se alinha com a preocupação das concepções progressistas de educação, por configurar um artificialismo caracterizado, busca de integrações artificiais, porém vazias de significado educativo.

Como a proposta enfatizava a formação do educador de 1ª à 4ª séries, a disciplina Língua Estrangeira Moderna foi retirada do Núcleo Comum, mas o Estabelecimento poderia, a seu critério, incluí-la na Parte Diversificada.

O mesmo aconteceu com a disciplina Educação Moral e Cívica, que por ser entendida como prática educativa, vivência demo-

crática e postura diante do social, deverá ser assumida como compromisso de todas as disciplinas, deixando de ser tanto disciplina como conteúdo específico. Também o ensino Religioso deixou de ser listado como disciplina para ser preocupação das disciplinas História, Organização Social e Política Brasileira, Geografia e Metodologia das Séries Iniciais do Ensino de 1º Grau fato inédito na composição dos currículos de 2º Grau até então, embora a mesma não fosse considerada na distribuição de aulas, por ser facultativa pelo aluno.

A disciplina Alfabetização passava a fazer parte do currículo na 2ª série (68 horas/aula), enquanto preocupação que já vinha se fazendo prioritária dentre as Políticas da Secretaria neste período sendo executada pelo Departamento de Ensino de 1º Grau, portanto devendo também estar presente no currículo do Curso de Formação de Professores de 1ª à 4ª séries a nível de 2º Grau.

A separação de disciplinas também se fez presente uma vez que a disciplina Recursos Audio-Visuais e Educação Artística foram dissociadas, passando a disciplina Educação Artística constituir-se disciplina específica, recuperando sua identidade, enquanto área necessária na formação do educador e a disciplina Recursos Audio-Visuais tendo seus conteúdos trabalhados nas disciplinas Didática Geral e Metodologia das Séries Iniciais do Ensino de 1º Grau.

As disciplinas da Parte Diversificada do currículo deveriam ser de livre escolha do Estabelecimento, podendo inclusive serem operacionalizadas em regime de semestralidade, oferecendo possibilidade de maior enriquecimento curricular. Deste modo poderiam ser ofertadas de acordo com a opção feita às disciplinas: Educação no Meio Rural, Educação de Adultos, Educação Pré-Escolar, Educação Física Infantil, Educação Especial, Metodologia Científica, Língua Estrangeira Moderna.

A Prática de Ensino neste currículo, passava a fazer parte da grade curricular com uma carga horária expressiva (408 horas), sendo realizada na forma de Estágio Supervisionado nas 03 séries e no período diverso ao de funcionamento do curso.

Tentando entrar no mérito do currículo apresentado, podemos ainda tecer outras considerações que se fazem necessárias a fim de levar a uma maior compreensão do mesmo, em sua relação com o momento histórico em que foi construído.

Sem dúvida houve a tentativa de romper com o que estava posto, consubstanciado no desejo de mudar o que trazia a marca do legal, e que portanto era representativo de um autoritarismo que a maioria desejava ver expurgado de nossa sociedade, mormente do âmbito educacional.

Desta forma o currículo buscava, até na sua forma de apresentação, mudar a situação. Em síntese o que se conseguiu, considerado o currículo em sua estrutura de apresentação, foi a junção de conteúdos e/ou de disciplinas, a separação, retirada e inclusão de disciplinas, e também na prática de Ensino Curricular, além de maior flexibilidade na Parte Diversificada.

Estas características demonstram que houve um reordenamento interno de conteúdos e uma nova forma de distribuição das disciplinas componentes do currículo, o que sem dúvida tornou o currículo bem mais coerente e porque não dizer racional em relação a sua estrutura organizacional.

Do ponto de vista de uma melhoria da formação dos futuros professores de 1ª à 4ª séries, também pode-se dizer que alguns avanços foram alcançados, começando pela reordenação dos conteúdos já apontada.

A Psicologia embora tivesse a sua presença diminuída para uma única disciplina, ainda preponderou com carga horária considerável e nas 03 séries (272 horas/aula), o que ressalta ainda a

marcante dimensão escolanovista no currículo, num claro desequilíbrio existente entre as disciplinas da área de Fundamentos da Educação.

Na área de Didática a inclusão da disciplina Alfabetização pode ser considerada como um avanço mais significativo, que já começava a apontar para uma visão realista e preocupada com a verdadeira função da escola pública, em face dos dados educacionais do estado e do país.

A nova composição dada às Metodologias de Ensino, como já foi frisado pode ser considerada ainda uma questão mais de forma do que conteúdo, embora esta nova forma já tentasse buscar a integração teórico-prática, mas que tem que levar em conta as condições concretas tanto de formação como de trabalho do professor que atua nos Cursos de Magistério.

A Prática de Ensino, no entanto, pode ser destacada como a área de maior avanço deste novo currículo, no sentido de que não foi somente uma questão de forma, pois pelo fato de ser bastante trabalhada, já que se constituiu no ponto básico para elaboração do currículo conseguiu avançar para uma proposta metodológica diferenciada, apresentada pelos Pólos de Magistério naquela ocasião.

O novo enfoque rompia com a velha prática de observação, participação e regência, acenando com uma Prática de Ensino mobilizadora, para que os alunos tivessem uma visão abrangente das várias realidades de sua comunidade. Neste sentido abria a possibilidade de atuação em Projetos não formais, concebidos como projetos que viriam atender os alunos que não estavam matriculados em escolas regulares.

Este espaço foi bem ocupado na realização da Prática de Ensino das Escolas de Magistério, orientada pelos Pólos, em que se pode notar a mudança pretendida atingindo o cotidiano da escola, e o que é fundamental - a prática dos educadores e alunos.

Reconhece-se deste modo, nos Projetos Não-Formais também o enfoque de uma concepção progressista e neste particular, progressista, libertadora, que na ocasião muito influenciava a educação paranaense. Conforme Cunha:

As propostas de políticas educacionais para o Governo do Paraná elaboradas para a campanha eleitoral de 1982, ocupavam um alentado volume de 155 páginas (Richa, 1982). Ele continha uma mistura bastante heterogênea de formulações gerais e propostas específicas. Defendia uma especial "tarefa da escola numa educação libertária", para o que se previa a atribuição "aos grupos sociais organizados a responsabilidade de forjar seus próprios destinos" e a criação de mecanismos para que a comunidade escolar (pais, mestres, estudantes e servidores) passavam a ter participação decisiva na escolha da direção dos estabelecimento oficiais de ensino, mediante o sistema de eleições diretas, nas escolas de todos os níveis de ensino.

(CUNHA - 1991, p.233)

Feitas estas considerações, ainda resta dizer que o reordenamento dos conteúdos no documento-proposta, foi apresentado em forma de ementas e não como listagem de conteúdos, o que também inovou a sua apresentação. Das grandes linhas do conteúdo, caberia então aos professores a organização dos seus planejamentos específicos de acordo com a disciplina a ser ministrada.

Por todo o exposto, vemos que o currículo expressa o apontado no documento-proposta no sentido de representar uma proposta curricular de transição e por isso mesmo permeada tanto nos seus enfoques básicos, como na composição da grade curricular, por componentes representativos das concepções tradicional e escolanovista principalmente, embora já apontando em alguns aspectos para uma concepção progressista.

Isto nos leva a considerar que do currículo anterior ditado pela Deliberação nº 22/79, a Proposta Curricular para o Curso de Magistério mostrou uma evolução, na perspectiva da formação de um profissional competente para a atuação na escola pública paranaense, embora estejamos cientes de que a melhoria do currículo por si só, não constitui o determinante básico para a melhoria da qualidade de ensino.

Como o currículo constante da proposta original não foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, como já foi relatado em abordagem anterior deste estudo, passaremos a analisar a segunda proposição e que posteriormente foi aprovada pelo Conselho pela Deliberação nº 21/86, embora a proposta original tivesse sido implantada na 1ª série dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, no início do ano letivo de 1986, por autorização da Secretaria de Estado da Educação.

Este currículo foi resultado de negociações mantidas com o Conselho para que sofresse maiores aproximações com a legislação que estabelecia as Diretrizes Curriculares - Deliberação nº 22/79 - sendo que o assunto da Deliberação nº 21/86 constava como **Regularização de vida escolar dos alunos matriculados, no ano de 1986, na rede estadual, na Habilitação Magistério.**

Desta forma a análise será realizada no sentido de estabelecer as diferenças entre o currículo original e o aprovado pelo Conselho, ao mesmo tempo em que tenta ressaltar a sua maior ou menor aproximação de uma concepção progressista de educação, considerando que o original apresentava, de alguma forma, esta tendência.

Podemos constatar que houve acréscimo de aulas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Letatura Brasileira, Matemática, Física, Química, voltando a ser incluídas as disciplinas Língua Estrangeira Moderna e Ensino Religioso no Núcleo Comum, as restantes permanecendo sem alterações.

É de se destacar aqui, que inclusão da disciplina Língua Estrangeira Moderna no Núcleo Comum e a separação das disciplinas Filosofia da Educação e História da Educação, já faziam parte do currículo apresentado pelo Departamento e anexo ao documento **Melhoria da Qualidade dos Cursos de Magistério: compromisso de Todos**, como resultado da revisão da proposta original, e que também não tinha sido aprovada.

As disciplinas Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica continuaram com seus conteúdos englobados na disciplina História, embora aparecessem listados na grade curricular. A disciplina Biologia que antes incorporava as disciplinas Programas de Saúde e Biologia Educacional e, portanto, seria desenvolvida na 1ª e 2ª séries, passou a ser ofertada isoladamente na 1ª série.

Estas redistribuições do Núcleo Comum no entanto, não representaram aumento substancial da carga horária nas áreas que compõem esta parte do currículo, podendo-se observar na disciplina de Química uma diferença de carga horária, pois na 1ª série tinha 03 horas/aula, ao passo que na 2ª série somente 01 hora/aula, não garantindo a melhor operacionalização dos seus conteúdos em termos de seqüência e aprofundamento.

Na área de Fundamentos da Educação foram então separadas as disciplinas História da Educação e Filosofia da Educação, com aumento da carga horária da Filosofia.

A Psicologia no entanto foi ampliada, isto é, passou a contar com a disciplina Psicologia Educacional, caracterizando novamente a sua preponderância em relação a outras disciplinas, componentes do bloco da área de Fundamentos da Educação, embora sua carga horária fosse diminuída em 01 hora/aula.

Houve a reintrodução da disciplina Biologia Educacional, como disciplina específica, que antes iria ser trabalhada na disciplina Biologia.

Na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau foram acrescidas mais 02 horas/aula na 3ª série, demonstrando a volta à situação existente no currículo da Deliberação nº 22/79, o que pode ser caracterizado neste caso como um retrocesso, se considerada a superação da perspectiva legalista e tecnicista representada pela mesma.

As chamadas Didáticas Especiais voltaram a ser incluídas, inclusive com a mesma denominação e listadas individualmente,

também como o previsto na legislação anterior.

Na Parte Diversificada do currículo foi mantida a mesma carga horária com alteração de seriação, pois ao invés da 1ª e 3ª séries, as disciplinas que dela fariam parte seriam ofertadas na 1ª e 2ª séries.

Como sugestão listava-se as mesmas disciplinas da proposta original, mas incluindo as disciplinas Literatura Infantil e Recursos Audio-Visuais. Estas últimas também identificadas e presentes na Parte Diversificada do Currículo da Deliberação nº 22/79.

A Prática de Ensino foi conservada com a mesma carga horária (408 horas). O curso ficava então com uma carga horária total de 2.924 horas com o mesmo módulo anual (34 semanas).

Cabe ainda acrescentar que posteriormente teve de ser incluída 01 hora/aula na 3ª série para a disciplina Organização Social e Política Brasileira, em razão da obrigatoriedade legal da sua oferta, ficando o currículo do curso implantado nos Estabelecimentos da Rede Estadual com um total de 2.958 horas, incluindo a Prática de Ensino.

A aproximação deste currículo alternativo às Diretrizes Curriculares anteriores, possibilitou portanto a edição da Deliberação nº 21/86, o que se comprova quando a ela nos reportamos:

... Na realidade, a grade ora proposta pelo DESG/SEED ao contrário da anterior, atende, na íntegra, à Diretrizes Curriculares da Habilitação Plena Magistério, aprovadas pela Deliberação nº 22/79-CEE, divergindo apenas das Diretrizes Curriculares Específicas daquela habilitação, apresentadas como sugestões. Mais precisamente, a diferença entre as duas grades reside na substituição de disciplinas e variação da carga horária de outras. Tudo isso, entretanto, sem prejuízo da ordenação e da seqüência dos estudos, como também da carga horária prevista tanto por matéria como para o total do curso.

Assim sendo, nada obsta seja ela aprovada para a rede estadual.

(Deliberação nº 21/86-CEE)

Deste modo este currículo resulta de uma adequação ao currículo da Deliberação nº 22/79 e, neste processo, não se pode deixar de considerar que houve retrocesso, no sentido de terem

sido feitas concessões, que incidiram justamente nos pontos básicos e que se constituíam em aspectos que representavam os possíveis avanços no alcance de um currículo que incorporava uma tendência.

Basicamente o currículo aprovado pela Deliberação nº 21/86, redistribuiu disciplinas, carga horária e seriação e este mais que o da proposta anterior, caracteriza-se como transição, uma vez que a ele foram reincorporadas disciplinas identificadas pela concepção tecnicista de educação, o que não poderia ser diferente, já que pautada na diretriz anterior, representativa desta fase da história da educação brasileira.

Outra questão a ser colocada é de que os conteúdos apresentados estavam em forma de ementas, isto é, listavam as grandes linhas de conteúdos de cada uma das disciplinas, inclusive as da Parte Diversificada do currículo, consoante com o fato de que caberia aos professores e à escola o seu detalhamento, o que posteriormente a prática demonstrou não ter alcançado os resultados satisfatórios esperados.

Esta situação caracterizou-se como uma das dificuldades da implantação, uma vez que apresentava-se o novo, mas os professores pelas condições de sua formação profissional, de domínio dos conteúdos da área, tinham dificuldades em incluí-lo na sua prática em razão da insegurança de romper com a velha prática em que os conteúdos já se encontravam previamente definidos e detalhados - para uma nova composição dos mesmos - na direção da proposta curricular implantada.

Concluindo a análise do currículo resultante do processo de desenvolvimento do **Projeto Magistério em Nova Dimensão** - Deliberação nº 21/86, pode-se então discorrer sobre a proposta curricular hoje (1991) em fase de implantação nas Escolas de Magistério do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

3.4 A PROPOSTA CURRICULAR CONSTRUÍDA NA PERSPECTIVA DA CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA

A atual proposta curricular, como já vimos, foi consequência de todo um processo de trabalho, sistematizado a partir das políticas educacionais e concretizado no bojo das ações realizadas pelo Departamento do Ensino de 2º Grau, através do então denominado **Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação Magistério**.

Vale lembrar que este Projeto iniciou a sua operacionalização oficialmente em maio de 1988, quando já se tinha definição quanto à concepção de educação sob a qual iria se alinhar os trabalhos com a habilitação, no objetivo de avaliar o currículo implantado e paralelamente elaborar uma proposição que avançasse no sentido de uma melhor formação do educador, condizente com esta concepção adotada.

Destaca-se aqui uma importante constatação. A análise dos currículos até então aqui registradas por este trabalho vem sendo encaminhada na perspectiva de sua aproximação às concepções pedagógicas. No entanto, o fato do encaminhamento do Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação Magistério ter uma concepção de educação claramente definida, leva-nos a proceder uma mudança deste enfoque conduzindo a análise de modo a destacar os elementos representativos desta nova concepção na proposta curricular elaborada.

Pode-se observar de imediato a partir desta constatação, um expressivo marco neste currículo enquanto caracterizador de uma tendência pedagógica, pois desde o processo de sua elabora-

ção, rompe com as posturas anteriores, considerando que, ao se optar por uma concepção determina-se também os parâmetros essenciais que deverão estar presentes no currículo a ser construído.

Posta esta questão, pode-se prosseguir esclarecendo primeiramente que do projeto desenvolvido resultou o documento **Proposta Curricular do Curso Magistério**, em alentado volume de 272 páginas e encaminhado ao Conselho Estadual de Educação em janeiro de 1990, por razões já enfocadas, sendo aprovada como diretriz curricular pela Deliberação nº 02/90 do Conselho Estadual de Educação, em 19 de fevereiro de 1990 e tendo sua implantação iniciada no mesmo ano letivo.

Neste documento que de forma detalhada registra a proposta curricular que se objetivava ver implantada no Estado, procurou-se corrigir também uma das críticas que se fazia à proposta anterior no referente à forma de apresentação do seu conteúdo de uma proposta curricular.

Desta maneira, a proposta foi apresentada num volume que compreendia além da apresentação, 06 grandes ítems e mais 02 anexos.

Seu conteúdo em linhas gerais abrangia: o histórico da formação dos professores, a política do DESG para o Curso de Magistério, a situação do Curso de Magistério no Paraná, a nova proposta curricular, o Estágio Supervisionado, assim como as considerações sobre a implantação, acompanhando a avaliação do novo currículo, além dos anexos.

O objetivo da proposta ser assim estruturada, foi o de colocar a questão da formação de professores de maneira contextualizada, de modo a levar a uma maior compreensão da realidade atual e por consequência da proposta curricular, sempre em relação ao momento histórico educacional brasileiro e paranaense.

Na apresentação contextualizava o projeto como integrante do **Programa de Reestruturação do Ensino de 2º Grau** e entre outras coisas afirmava:

Foram envolvidos neste processo de discussão curricular, os Pólos de Magistério, Núcleos Regionais de Educação, Escolas de Magistério, Instituição de Ensino Superior e outras entidades da área educacional. Cabe destacar o papel fundamental dos profissionais da educação que atuaram como consultores no Projeto de Avaliação da Habilitação Magistério, cuja contribuição teórica assegura a cientificidade da proposta nas diversas áreas do currículo.

(Proposta Curricular do Curso Magistério - SEED/DESG - 1990)

Esta afirmação remete-nos de início a um ponto nodal da questão da elaboração de propostas pedagógicas de forma coletiva e, portanto, com a filosofia de trabalho que supõe a participação. Desta feita, o grande avanço a ser evidenciado é justamente o da superação do estágio de considerar que a realidade só nos é assegurada pelos que estão na prática, mas superando-a por incorporação, uma vez que a preocupação com cientificidade da proposta - com a questão do conhecimento - demonstra a coerência com a concepção adotada.

Neste pensamento vem se colocar outra afirmação importante e que completa a anterior:

Sendo um trabalho de produção coletiva, portanto histórico, não pode ser considerado acabado e nem como padronização da ação do professor. Esta proposta contém estes limites, mesmo acreditando na capacidade criadora e inovadora do professor paranaense.

(Proposta Curricular do Curso Magistério - SEED/DESG - 1990)

Na primeira parte ao tratar da perspectiva histórica da formação dos professores das séries iniciais do 1º Grau, o documento aborda a sua evolução a partir das origens da Escola Normal da França, contextualizando a seguir como se deu a sua evolução no Brasil nos períodos provincial e republicano e na vigência da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) da Lei nº 4024/61 e finalmente da Lei nº 5692/71.

Com esta retrospectiva ficou bem caracterizada as implicações decorrentes, principalmente da implantação da Lei nº 5692/71, na formação dos professores, bem como as desastrosas conseqüências daí resultantes, ali apontadas, e das quais convém destacar:

- não há adequação entre os conteúdos ministrados no Curso da Habilitação ao Magistério e as reais necessidades de formação do professor: mais especificamente, pode-se observar que conteúdos imprescindíveis à formação desse futuro professor (como a alfabetização, metodologia para as diferentes áreas de ensino, educação no meio rural, características sócio-culturais dos alunos que frequentam as escolas públicas, etc), não são tratados efetivamente no Curso;
- a dificuldade de realização de estágios: não há número suficiente de escolas acessíveis aos alunos estagiários; os conteúdos ministrados na Habilitação ao Magistério e os programas desenvolvidos nas quatro primeiras séries do 1º Grau não se articulam. Assim, os professores restringem-se, na maioria das vezes, à mera observação de aulas, transformando os estágios em atividades burocráticas de preenchimento de fichas; mais do que isso: em geral, os estágios são realizados sem controle e supervisão adequados, principalmente porque não há escolas de 1º Grau anexas e, quando existem essas escolas normalmente funcionam no mesmo horário da habilitação do Magistério. Por outro lado, os alunos que residem em bairros e municípios distantes tendem a estagiar em escolas próximas de suas residências;
- o Curso de Habilitação ao Magistério é inadequado à clientela que frequenta o período noturno: na sua maior parte, os alunos que frequentam esses cursos trabalham durante o dia. Esses encontram dificuldades para cumprir as cargas horárias previstas nos estágios;
- a aceitação de matrículas de alunos egressos de outros cursos na 4ª série da Habilitação ao Magistério: em alguns estados, um grande contingente de alunos que não cursaram as 2ª e 3ª séries da Habilitação ao Magistério são matriculados na 4ª série transformando-se em professores improvisados;
- é praticamente impossível ao professor de Habilitação ao Magistério desenvolver conteúdos que em apenas um ano propiciem aos futuros professores o mínimo de competência indispensável para o exercício competente da função docente nas séries iniciais do 1º Grau;
- inadequação dos cursos universitários que formam professores para atuar na Habilitação ao Magistério: os professores formados nos atuais cursos de Pedagogia não conseguem preparar suficientemente o aluno (futuro professor das áreas iniciais do 1º Grau) para dar conta do mínimo exigido de uma educação elementar democrática (ensinar ler, escrever, fazer cálculos). O currículo para a especialização em Magistério de 2º Grau nos Cursos de Pedagogia quase não se diferencia dos currículos das outras habilitações: o único elemento diferenciador são as disciplinas de Metodologia e Prática de 1º Grau (esta sob a forma de estágio supervisionado). Essas mesmas disciplinas concedem ao pedagogo o direito de lecionar nas quatro primeiras séries do 1º Grau.

(Proposta Curricular do Curso Magistério - SEED/DESG - 1990)

A política adotada pelo Departamento do Ensino de 2º Grau para o Curso de Magistério está contemplada na segunda parte que situa os projetos que deram origem às propostas curriculares: Projeto magistério em Nova Dimensão e Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação Magistério, destacando-se o trabalho dos Pólos de Magistério e dos professores e consultores envolvidos.

Estas duas primeiras partes podem ser então consideradas como contextualizadoras da questão, constituindo-se como pano de fundo para a apresentação da proposta curricular propriamente dita, que vem delineada a partir da terceira parte do documento em que estão os dados sobre o Curso de Magistério, a concepção do Curso, a sua estrutura, as grades curriculares para os períodos diurno e noturno e os conteúdos das disciplinas do Núcleo Comum e Parte Diversificada.

Na abordagem da concepção é importante que se enfatize alguns pontos como:

No decorrer da história da educação brasileira diversas tendências pedagógicas têm influenciado a formação do professor das séries iniciais do 1º Grau. A tradicional privilegiava o papel do professor, na escola nova o centro era o aluno, com o tecnicismo houve a valorização dos métodos de ensino.

A tendência educacional que hoje perpassa estes cursos é a superação já que considera a educação como mediação no seio da prática global social, cuja relação pedagógica tem nessa prática social o seu ponto de partida e de chegada.

No Paraná, a proposta elaborada pelo professor a nível de 2º Grau, acompanha esta tendência e sua abordagem está centrada nos princípios de domínio no processo de construção do conhecimento dos conteúdos das áreas específicas inerentes à formação do educador para as séries iniciais do 1º Grau.

(Proposta Curricular do Curso Magistério - SEED/DESG - 1990)

Num quarto item vem apresentado o Estágio Supervisionado o qual de forma minuciosa explicita-se dentro do novo enfoque consoante com a proposta, contendo um encaminhamento metodológico inovador e articulado às temáticas para cada uma das séries.

A questão da implantação está colocada como quinto item, englobando sugestões sobre a política de expansão para o Curso

de Magistério bem como as formas e recursos necessários para que a nova proposta possa ser implantada no Sistema Estadual de Ensino.

Finalmente, a última parte contempla as estratégias de acompanhamento e avaliação exigidas na implantação do novo currículo a nível regional e central, além dos anexos com as atribuições e dados gerais do Pólo de Magistério.

Com uma visão geral do Documento-Proposta retorna-se a questão específica do currículo e de como a concepção histórico-crítica se expressa em sua composição, enquanto o quadro curricular normal.

A Proposta Curricular ao explicitar a finalidade do Curso toma como referencial Saviani, no sentido de que o Curso de Formação de professores para séries iniciais devem:

- desenvolver nos alunos uma aguda consciência da realidade onde vão atuar;
- propiciar-lhe uma adequada fundamentação teórica que lhes permita uma ação coerente;
- proporcionar-lhe uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilite uma ação eficaz.

(SAVIANI - 1980, p.60)

Completa a colocação a afirmação:

Neste sentido, o currículo do Curso foi planejado de forma orgânica, havendo equilíbrio entre as disciplinas do Núcleo Comum e da Parte Diversificada, tentando superar a dicotomia até então existente.

O alvo do currículo tem como pressuposto uma formação consistente do professor que vai atuar na escola pública, dando conta de sua problemática ou seja: a heterogeneidade da clientela, os altos índices de evasão e repetência, o desafio da alfabetização, da avaliação e da própria organização da escola como um todo.

(Proposta Curricular do Curso Magistério - SEED/DESG - 1990)

Tendo clara esta compreensão de curso o currículo proposto está estruturado em 04 séries, portanto teve sua duração ampliada de 03 para 04 anos.

Totalizam a carga horária de 4.104 horas para o período diurno e 3.572 horas para o período noturno, trabalhadas em 05 dias da semana com módulos de 36 a 38 semanas anuais respectivamente.

A partir desta estrutura a composição do currículo foi centrada nos princípios de domínio da construção do conhecimento dos conteúdos das áreas específicas inerentes a formação do educador para as séries iniciais de 2º Grau.

Estes princípios decorrentes da concepção de educação explicitada, possibilitaram conceber um currículo tendo como sustentação 06 livros curriculares básicos, os quais dão origem a toda sua composição assim dispostos na Deliberação nº 02/90-CEE:

1. Núcleo Comum consistente, garantindo ao aluno do curso, enquanto cidadão, o seu direito de acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade de forma sistemática, organizada e coerente, possibilitando a sua efetiva participação nas lutas sociais. Estes conhecimentos irão assegurar como consequência o domínio também dos conteúdos necessários à sua atuação competente enquanto profissional da educação. A essência da questão portanto está em estabelecer a relação - conteúdo geral e conteúdo específico - o que sem dúvida passa a exigir dos docentes do Curso de Magistério uma nova postura.
2. As disciplinas que compõe o bloco dos Fundamentos da Educação nas séries de forma equilibrada, de modo a possibilitar a fundamentação teórica, trabalhando com conteúdos que privilegiam uma visão da realidade brasileira e os problemas da aprendizagem das crianças (das camadas majoritárias da população).
Este referencial articulado à Didática e às Metodologias de Ensino irão subsidiar o aluno, na medida em que o mesmo avança nas séries do curso e que vivencia e discute o cotidiano das classes de pré-escola e de 1ª à 4ª séries do ensino básico, da área urbana e rural.
3. A disciplina Didática, deixa de ser tratada como disciplina instrumental, para ser conseguida como área que trata especificamente do processo de ensino em suas múltiplas determinações, viabilizando a organização da ação docente, alternado o processo na prática, de tal modo que os futuros professores vivenciem o novo processo, reflitam acerca dele e o sistematizem coletivamente. Esta concepção ultrapassa a visão restrita dos métodos e técnicas para englobar questões mais abrangentes e prioritárias em educação tais como: conteúdo/forma, teoria/prática, escola/sociedade, técnico/político e ensino/pesquisa, contribuindo para ampliar a visão do professor com relação as perspectivas didático-pedagógicas mais coerentes com a nossa realidade educacional.
4. A disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau ganha espaço no currículo do curso passando a ser um Fórum de Debates para tratar da Política Educacional Brasileira, do Estado e do Município, através da leitura de dados da realidade educacional e

dos textos legais. Desvincula-se da Estatística, que passa a ser tratada na disciplina de Matemática na 2ª série; ao mesmo tempo em que articula-se com a disciplina História da Educação e Didática.

5. As Metodologias de Ensino tiveram seu campo de atuação ampliado, incorporando como disciplinas desta área os conteúdos da realidade escolar brasileira hoje e que, portanto, devem estar contemplados, num currículo que está comprometido com a formação do professor das séries iniciais.

Ao conhecimento adquirido nas disciplinas de cada área do conhecimento do Núcleo Comum, é acrescida a metodologia específica - os fundamentos metodológicos do ensino das ciências histórico-sociais e naturais.

Por Metodologia do Ensino compreende-se a articulação entre a finalidade do ensino (o para que ensinar em cada área do conhecimento), e a forma de ensinar (como ensino) (GARRIDO - 1988, p.26) É essencial que o futuro professor domine um método de ensino, pois o domínio de procedimentos de ensino (técnicas) deve ser subordinado ao domínio de um método e dele derivado. A disciplina Metodologia do Ensino de Português-Alfabetização, pela sua importância continua a fazer parte do currículo, devendo estar articulada às diferentes disciplinas do Curso Magistério e abranger estudos de Psicologia, Psico-Linguística, Sócio-Linguística, para a compreensão da natureza complexa do processo de alfabetização. O futuro professor portanto, deve ter plena compreensão dos pontos fundamentais que envolvem o processo da alfabetização: a função social da escrita, a aquisição da leitura e da escrita e do domínio do sistema gráfico.

6. O Estágio Supervisionado é um dos pontos chaves da nova proposta curricular, pois é o principal responsável pela relação teoria/prática, ao longo da formação do educador. Disciplina com características especiais, o Estágio Supervisionado é um conteúdo integrador e interdisciplinar, que deve efetivar a inserção de alunos e professores na realidade educacional da pré-escola à 4ª série do 1º Grau (preferentemente na escola pública) e o retorno dessas experiências para se tornarem o Núcleo de reflexão teórica das outras disciplinas. A inserção da realidade far-se-á num crescendo, que abrangerá desde a observação e análise de diferentes tipos e forma de educação escolar, até o assumir de projetos específicos, encargos docentes e outras formas de atuação pedagógica na instituição escolar. Neste enfoque o Estágio Supervisionado tem como finalidade propiciar ao aluno uma aproximação da realidade na qual irá atuar, o que difere de considerá-lo como o pólo prático do curso.

(Deliberação nº 02/90-CEE)

Tentando especificar a composição curricular decorrente dos eixos vemos que existe uma estreita relação concepção - eixos - currículo e que pode ser verificada quando analisamos a grade curricular, enquanto expressão materializada da concepção de educação assumida.

Neste suposto, podemos comprovar pelo Anexo IX que houve um fortalecimento da carga horária das disciplinas constantes do Núcleo Comum, na compreensão de que seus conteúdos devem ser garantidos aos alunos do Curso de Magistério, como um direito seu de cidadão além de dar-lhes a fundamentação necessária para trabalhar posteriormente as diferentes metodologias de ensino. A sua distribuição portanto supõe uma estreita relação com as demais disciplinas do curso como um todo.

Consoante com os eixos curriculares as disciplinas que fazem parte da matéria Fundamentos da Educação apresentam-se agora dispostas com carga horária equilibrada nas 1ª e 2ª séries quebrando assim a hegemonia da disciplina Psicologia da Educação. Isto significa dizer que a carga horária da Psicologia foi igualada com a das demais disciplinas da área: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação (04 horas/aula), com excessão de Biologia Educacional (com 02 horas/aula) na 3ª série o que se explica pela articulação com a Biologia do Núcleo Comum, que incorpora a disciplina Programas de Saúde, ofertada na 1ª e 2ª séries.

Esta organização considera relevância dos conteúdos trabalhados em cada uma das disciplinas de Fundamentos da Educação, em particular sendo que os conhecimentos veiculados por esta área do currículo devem dar o embasamento teórico necessário e desejável para o desenvolvimento das demais disciplinas específicas, possibilitando conseqüentemente uma melhor formação.

Desfaz o **psicologismo** existente nos currículos anteriores marcados pelas concepções tradicionais e escolanovista de educação.

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, presente na 3ª série (02 horas/aula), considera os conteúdos de História da Educação e Didática como critérios necessários para o estudo e análise da organização nacional brasileira a ser realizada pela reflexão crítica sobre as condições concretas do ensino sobre a política educacional considerando a interpretação dos tentos legais e o conteúdo em que os mesmos foram produzidos.

A disciplina Didática está colocada nas 2ª e 3ª séries com 02 horas/aula em cada série (04 horas/aula) sendo que o fato de não ser ofertada na 1ª série vem demonstrar a ruptura com o entendimento de disciplina e instrumentalizadora, cujos conteúdos tratam das regras do bem ensinar a serem consideradas como modelo pelas outras disciplinas da área como anteriormente.

Ao contrário, a Didática neste currículo tem como objeto de estudo os elementos essenciais do processo de ensino e aprendizagem. Deve assegurar a fundamentação teórica para o trabalho docente, neste sentido deve exercer um papel mediador entre a teoria pedagógica de tal modo que possibilite a sua incorporação na prática pedagógica.

Ela se articula necessariamente com as metodologias específicas e o Estágio Supervisionado e pretende ultrapassar a visão restrita de métodos e técnicas, trabalhos numa visão neutra da realidade que promove a desarticulação entre a teoria e a prática, ao invés de sua unidade.

As Metodologias do Ensino por sua vez, começam a ser ofertadas a partir da 2ª série levando em conta a sua correlação com as disciplinas do Núcleo Comum.

Iniciam com Metodologia do Ensino de Português-Alfabetização (02 horas/aula) disciplina que já constava no currículo anterior.

Houve no entanto a inclusão das disciplinas Metodologia do Ensino da Educação Física com 01 hora/aula na 3ª e 4ª séries

(02 horas/aula) e Metodologia do Ensino da Arte (02 horas/aula), tendo em vista que seus conteúdos são condizentes e necessários a uma formação que considera realidade da escola pública. As Metodologias do Ensino de Português e Matemática concentram uma carga horária maior com 02 horas/aula na 3ª e 4ª séries (04 horas/aula) justificada pela natureza do conhecimento inerente a estas áreas do conhecimento no currículo de um curso de formação de professores.

Outra mudança a ser enfocada nesta área é da separação da Didática dos Estudos Sociais, nas disciplinas Metodologia do Ensino da História (02 horas/aula) e Metodologia do Ensino da Geografia (02 horas/aula), recuperando assim o seu espaço e identidade próprios no currículo do curso, sendo ministradas na 4ª série.

Esta distribuição das Metodologias de Ensino parte do pressuposto de que, ao lado dos conteúdos das áreas do conhecimento devem ser trabalhadas as suas respectivas metodologias de ensino, consideradas diferenciadas de acordo com a natureza da ciência a qual pertence.

O Estágio Supervisionado pode ser considerado como um dos eixos mais importante desta composição curricular, caracterizando-se como um importante avanço para a melhoria da formação do educador.

Sua carga horária é de 504 horas/aula desenvolvidas no decorrer das 04 séries do curso. Na 1ª e 2ª séries com 02 horas/aula, carga horária que se amplia para 04 horas/aula na 3ª série e 06 horas/aula na 4ª série.

A sua proposta caracteriza-se por um enfoque inovador de modo a desvincular-se definitivamente com o tradicional encaminhamento e etapas estanques configuradas pela observação, participação e regência. Este novo enfoque procura assegurar a estreita relação entre teoria e prática não ratificando o Estágio Supervisionado como a fase prática do currículo do Curso de Magistério.

O Estágio neste enfoque deixa de ser um componente isolado do currículo para integrar-se às demais disciplinas e não somente com a Didática. É um componente a ser refletido em todas as disciplinas do curso, principalmente pela Parte Diversificada ou seja: Fundamentos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Didática.

Esta concepção do Estágio retrata um tratamento metodológico que supõe uma fundamentação do aluno para que possa atuar nas séries iniciais do ensino de 1º Grau. Prevê a realização das atividades do Estágio ligadas estruturalmente a temática das disciplinas existentes em cada uma das séries. À medida que o aluno entra em contato com o cotidiano das escolas, as questões ali evidenciadas devem ser trazidas para reflexão e aprofundamento, com os professores das disciplinas, o que sem dúvida passa a exigir destes professores uma nova competência profissional, para dar conta de explicitar os problemas da educação brasileira, em específico os da escola pública.

Com esta Metodologia deixa-se de lado as práticas de caráter artificial, tão presentes na formação do educador para privilegiar uma nova prática, fortalecida pelo trabalho coletivo de todos os professores do Curso, a partir de uma sólida fundamentação teórica dos alunos articulada ao conhecimento real do seu futuro fazer pedagógico.

Deve ser considerado neste particular a oferta da disciplina Introdução à Metodologia Científica, cujos conteúdos pretendem instrumentalizar os alunos quanto dos procedimentos e forma e atividades a serem exploradas no Estágio Supervisionado.

Outro elemento inovador a ser destacado no aspecto operacional é de que os projetos de Estágios a serem desenvolvidos em cada série não serão de responsabilidade somente do professor de Didática, suas serão também assumidos professores de Fundamentos da Educação e de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau.

Em consequência do Estágio na 1ª, 2ª e 4ª séries será assumida pelos professores de Didática e de Fundamentos da Educação sendo que na 3ª série ao professor de Didática junta-se o de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau.

Esta nova organização vem contribuir para que o Estágio venha a ser desenvolvido de uma forma mais orgânica, no âmbito do currículo como um todo, que não ratifica a fragmentação da questão teórico-metodológica antes existentes.

Explicitados os eixos curriculares ligados a parte do Núcleo Comum e Parte Diversificada do currículo resta considerar as disciplinas da Parte dos Estudos Complementares de opção do Estabelecimento. Foram apresentadas propostas das disciplinas Fundamentos da Educação Pré-Escolar, Fundamentos da Educação Especial, Fundamentos da Educação de Adultos e Literatura Infantil sendo Introdução à Metodologia Científica obrigatória para o Sistema Estadual de Ensino.

Os eixos curriculares analisados sustentam a proposta curricular também, para o Curso de Magistério, ofertado no período noturno, embora com as devidas adequações em razão da sua estrutura comportar carga horária semanal de 20 horas/aula conforme o preconizado pela Reestruturação do Ensino de 2º Grau Noturno. (Deliberação nº 041/88-CEE).

Importante esclarecer que o Estágio Supervisionado no período noturno tem uma carga horária total de 456 horas/aula assim distribuídas: 02 horas/aula na 1ª e 2ª séries, 03 horas/aula na 3ª série e 05 horas/aula na 4ª série.

Esta carga horária será cumprida, em parte, no mesmo período do curso, no objetivo de atender a uma necessidade do aluno trabalhador que frequenta este turno. Desta maneira propõe-se que o Estágio seja viabilizado em classes de Supletivo Fase I (1ª à 4ª séries), embora não dispense o aluno de cumprir carga horária do Estágio também no período diurno, sendo na 3ª série

02 horas/aula e na 4ª série 03 horas/aula respectivamente, na perspectiva de uma formação que não restrinja o conhecimento do aluno sobre a realidade própria de sua futura atuação. Coerente com os princípios que orientam a sua elaboração a proposta curricular situa-se como uma das formas de intervenção no quadro de realidade da formação do professor, pretendendo contribuir para superar a clássica fragmentação do currículo, no objetivo de melhorar a qualidade do ensino nele ofertado.

A sua organização articula - via eixos curriculares - as áreas do conhecimento de forma a garantir a estreita relação teórico/prática. Esta articulação deve refletir a nível da prática pedagógica dos professores e na formação de um aluno que possa atuar na Escola Pública, com a necessária fundamentação teórica e consistente instrumentalização técnica, conforme o que a finalidade do curso objetiva alcançar.

Neste suposto, a intenção foi apresentar a evolução do currículo do Curso de Magistério, ao mesmo tempo analisar de forma comparativa as propostas curriculares, destacando os elementos que mais caracterizam a sua relação com as concepções de educação presentes na educação brasileira.

De forma específica enfatiza a proposta construída no decorrer do Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação Magistério, enquanto síntese representativa da concepção histórico-crítica, que compreende a formação dos professores como espaço a conquistar na luta para que a escola pública retome a sua verdadeira função social. Esta retomada implica trabalhar na perspectiva de uma nova qualidade que exige por sua vez uma organização e atuação pedagógica cada vez mais competente.

Nesta compreensão é preciso acrescentar que a reversão do quadro de realidade existente não pode ser resolvido somente pela proposta curricular. As questões pedagógicas precisam ser articuladas às questões de ordem política para que sejam problema-

tizadas e priorizadas numa visão de totalidade. Esta percepção, portanto, vai para além dos limites da escola ao mesmo tempo em que afirmava a sua importância.

Neste caso, o que se coloca como fundamental, é a tomada de consciência de que a ocupação dos espaços próprios da educação deve ser assumida pelos educadores para que os avanços - ainda que incipientes - venham a ser propulsores de alterações no quadro estrutural determinante das transformações mais amplas da sociedade.

À GUISA DE CONCLUSÃO

A natureza da temática deste trabalho impõe que ao seu final, algumas considerações sejam colocadas a nível dos encaminhamentos limites e perspectivas possíveis, dentro das categorias desenvolvidas ao longo de suas principais temáticas: as políticas educacionais, o processo de concretização da política para o Curso de Magistério e as propostas curriculares elaboradas nos períodos delimitados neste estudo.

Iniciando tais considerações, destaca-se primeiramente a importância que as Políticas Educacionais da Secretaria de Estado da Educação tiveram na gestão 83/86, ao passarem a ser amplamente socializadas e discutidas pelos educadores paranaenses, vindo a constituir-se, pode-se dizer, num marco histórico, por sua característica de instrumento coletivo de mediação, em que o diálogo entre governo e comunidade educacional encontrou seu primeiro espaço.

Desta forma, aliado ao fato de ser incontestável a validade de se formularem políticas educacionais claras e que possam ser amplamente discutidas, outro pode ser acrescentado: o da sua continuidade, pois este último constitui fator determinante na consolidação dos avanços das propostas pedagógicas, o que pode vir a ser comprovado para o caso da proposta curricular do Curso de Magistério.

A metodologia adotada pelo Departamento de Ensino do 2º Grau privilegiou, a partir de 1983, mais especificamente, desde a Reorganização do Ensino de 2º Grau, a participação como mecanismo básico para a elaboração de suas propostas pedagógicas.

Embora reconhecendo os limites inerentes aos processos participativos, pode-se aqui evidenciar que esta metodologia em muito tem contribuído para a politização dos profissionais da educação que atuam na rede estadual, uma vez que nela está imbricada a sua própria capacitação profissional. Esta resulta de um processo coletivo de crescimento, onde a socialização e aprofundamento se impõe como critério necessário.

É preciso enfatizar neste ponto o papel fundamental desempenhado pelos Pólos de Magistério, cujo objetivo enquanto estrutura de recursos humanos básica e descentralizada, era dar atendimento específico às questões relativas ao Curso de Magistério. Esta estrutura, por mínima que pudesse ser respeitadas as diferenças em termos de maior ou melhor resultados positivos, hoje passou a fazer parte da história da educação do Paraná, justamente porque a sua permanência, como estrutura de apoio, possibilitou uma série de conquistas em termos da melhoria da qualidade do ensino ofertado nas Escolas de Magistério.

A questão da participação, portanto, e se tratando da elaboração de propostas pedagógicas, como no caso do Paraná, é um exercício democrático que só avança pela sua vivência plena e continuada e que supõe, necessariamente, a existência de níveis de aprofundamento a serem conquistados por todos os seus integrantes.

Ao avaliar a evolução deste processo em que a participação teve seu espaço garantido e que se estende da política de Reorganização ao Projeto de Avaliação Curricular da Habilitação Magistério, sem dúvida evidencia-se o crescimento da qualidade da produção, que vem traduzida nas propostas curriculares elaboradas e que assim nos dão mostra da positividade do envolvimento dos educadores em processos desta natureza, ou seja: em processos de produção coletiva de conhecimento.

De outro lado é preciso entender que a qualidade da pro-

dução elaborada não aconteceu por acaso, mas sim como resultado de busca, de luta por conquista de espaço e que só se efetiva pela integração de profissionais das diversas instituições e níveis de ensino comprometidos com a melhoria do ensino público, pois as dificuldades encontradas são muitas e os entraves de ordem burocrática, financeira e legal, são limitações que só podem ser vencidas pela perseverança dos educadores, os quais aceitam o desafio de prosseguir em seu objetivo, compreendendo as contradições existentes em nossa sociedade.

Outro aspecto a ser considerado é o de como a vontade política tem se manifestado no decorrer do processo de concretização de uma política educacional. Ela faz-se forte e presente quando do estabelecimento das mesmas, permanecendo assim em fase do levantamento dos problemas e do diagnóstico da situação, mas, contraditoriamente, no momento decisivo da implantação das propostas pedagógicas acontece o seu gradativo esvaziamento. Isto pode ser explicado por ser esta a fase em que justamente as propostas tem que ser materializadas, saindo do discurso, o que requer recursos financeiros como base de sustentação, o que sem dúvida, em se tratando do ensino de 2º Grau, é um grande complicador.

Historicamente, este é o quadro que se apresenta a nível da implantação de propostas pedagógicas e portanto é para este ponto que convergem tanto os limites como as perspectivas deste estudo, ou seja: a necessidade de que sejam garantidas as condições para que a proposta curricular para o Curso de Magistério, implantada a partir de 1990 (Deliberação nº 02/90-CEE), no Sistema Estadual de Ensino, venha a ser realmente consolidada nas escolas públicas do Paraná.

Os limites que se devem considerar, aqui estão referidos à realidade histórica que faz com que a vontade política, em específico para o Ensino de 2º Grau, não venha a ser traduzida de

forma a possibilitar que os recursos financeiros correspondam às reais necessidades deste grau de ensino, para que suas políticas sejam efetivadas integralmente - o que certamente passa a inviabilizar os projetos pedagógicos, por mais conseqüentes e válidos que venham a ser.

A implantação da proposta curricular iniciada em 1990, requer, por sua vez, a existência de uma base material, de modo que os estabelecimentos possam contar com os recursos necessários, além do desenvolvimento de um programa de capacitação docente contínuo e sistemático para dar conta da nova competência, que se impõe na formação dos professores das séries iniciais, e preconizada pela nova proposta.

Para que isto aconteça, urge que se tenha clareza de que esta implantação precisa vir acompanhada de medidas diferenciadas de atendimento, para que a proposta pedagógica venha acontecer no interior de cada uma das classes do Curso de Magistério. Esta implementação não dispensa, em termos de procedimento, que na instância de planejamento sejam corretamente dimensionadas as condições estruturais básicas, para subsidiar os professores no cotidiano de sua prática docente.

Ao se falar em condições estruturais, isto significa que as escolas de Magistério deverão ter acesso a material pedagógico, bibliografia específica atualizada e conforme a constante nas propostas de conteúdos, além de um sistema de acompanhamento contínuo nesta fase de implantação. Este sistema de acompanhamento se apresenta como ação fundamental, uma vez que nela estaria incluído um amplo programa de capacitação docente, a ser desenvolvido em integração com as Instituições de Ensino Superior e com o 1º Grau, mas tendo como eixo norteador o princípio do assessoramento contínuo aos professores das diversas áreas do conhecimento.

Parte-se do suposto de que sem estas condições de mate-

rialidade, uma proposta pedagógica não se consolida. Por consolidação, quer aqui se entender o momento em que a proposta atingirá o nível de aceitação, em que estaria enraizada nas Escolas de Magistério, a ponto das mesmas passarem a ser as 02 depositárias e defensoras, para que não possa entrar na história como **mais um projeto, mais um modismo** que não passou da intenção, ou de uma política educacional que não foi concretizada.

Levantadas as perspectivas sob as quais espera-se que a implantação da proposta venha a ser realizada, é necessário adentrar um pouco mais na questão da capacitação docente, apontando para alguns encaminhamentos uma vez que a capacitação docente dentro da característica de evento esporádico, de curta duração, não vem comprovando a existência que se pretende para mudar a prática pedagógica dos professores.

A grande interrogação que se coloca atualmente é: Como promover uma capacitação docente eficaz a ponto de acontecerem mudanças a nível da sua prática?

Este é um processo que contém por si só muitos determinantes a serem analisados, a começar pelas condições salariais e de valorização docente, como bem o sabemos. Porém, como também temos consciência de que a realidade possível em educação está longe da realidade ideal, há que se avançar experimentando, correndo o risco de quem sabe que é somente se expondo, desafiando e correndo os riscos que se pode construir o novo, propondo então uma capacitação fundamentada numa nova concepção, que supere as deficiências das atuais práticas.

A perspectiva que se pode apontar neste caso, é de que não se poderá consolidar esta proposta caso não se forme uma parceria com o 3º Grau, de modo que a capacitação seja conduzida num processo de dupla em que a parceria da fase de elaboração da proposta seja ampliada.

De nada adianta o 2º Grau tentar sozinho capacitar ano a

ano os seus professores; será um esforço inócuo, considerando a grande rotatividade que ocorre na rede. É urgente que se corte o currículo e já na própria graduação os alunos do Curso de Pedagogia e os das Licenciaturas dominem as propostas pedagógicas implantadas e com as quais irão se defrontar, futuramente, na sua prática diária nas Escolas de Magistério.

É preciso refletir, então, novas formas para que esta importante parceria torne-se concreta e possa trazer resultados significativos para a conquista de um ensino de qualidade nos cursos de formação de professores e por conseqüência no ensino básico.

Retomando-se a questão da qualidade de ensino, de formação de professores, cabe estabelecer também a relação destes 02 elementos com o currículo, enquanto questão nuclear deste trabalho, porque um ensino de qualidade precisa de um professor com boa formação a ser garantida pelas Escolas de Magistério, comprometidas com um projeto pedagógico de seus professores, um currículo escolar a favor dos interesses da maioria da população.

Neste raciocínio, e pesando mais especificamente na questão curricular, restam ainda algumas considerações que se devem fazer presentes ao encaminharmos este trabalho para a sua finalização.

A proposta curricular elaborada e que está iniciando a sua fase de implantação, representa um considerável avanço para a formação dos professores. Porém, ao analisarmos o currículo proposto do ponto de vista de sua forma, é interessante observar como a sua estrutura mantém-se inalterada, no sentido de que ainda não conseguiu superar os limites exigidos para a sua composição legal, no entanto, em muito progrediu na questão da qualidade do seu conteúdo, pelo caráter de cientificidade apresentado pelas suas propostas de conteúdos para as diversas áreas de conhecimento e que estão vinculadas a uma concepção de educação, no caso a concepção histórico-crítica.

A perspectiva que pode aqui ser veiculada, é de que futuramente e na perspectiva de uma nova Lei de Diretrizes e Bases, o currículo do Curso de Magistério possa avançar também na questão estrutural, expressando então um currículo dentro do novo princípio educativo, considerado como continuidade da educação básica.

Neste sentido, e na perspectiva de que a nova Lei de Diretrizes e Bases, contemple as proposições progressistas feitas pelos educadores brasileiros, coloca-se mais um desafio: o de como pensar este novo currículo, na pretensão de superar sua velha forma, que expressa a dualidade estrutural e a fragmentação interna do saber?

Como conceber este novo reagrupamento das áreas do conhecimento, de forma a atender as necessidades postas pela sociedade, para a formação dos professores?

Que políticas educacionais deverão ser priorizadas para que esta nova forma de estrutura unitária venha acontecer?

É nesta perspectiva de superação que vemos a proposta curricular para o Curso de Magistério, pois queremos acreditar que é a partir dela, dos seus fundamentos, dos seus conteúdos, da sua contribuição, enfim, que poderemos construir o currículo que irá expressar o momento histórico futuro, formando professores conscientes sobre a função política e presente no ato de ensinar.

A N E X O S

A N E X O I

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU

DOCUMENTO SÍNTESE

DO

1º Seminário Estadual de Reorganização do Ensino de 2º Grau

Curitiba, Junho de 1984.

Em atendimento às diretrizes gerais da política do Governo, especificadas através do Plano Secretarial e operacionalizadas pelo DESG, bem como tentando direcionar o Ensino de 2º Grau para sua real função, observou-se a necessidade de promover estudo para a reorganização desse grau de ensino.

Para isto, foram convocados, em novembro de 1983, diretores, inspetores e chefes de Núcleos Regionais, para um encontro realizado nos Centros Agregadores, que abrangiam todas as regiões do Estado.

Após esse primeiro contato, foram levantadas as discussões em cada comunidade, envolvendo todos os segmentos da sociedade local, que apresentaram suas propostas, num primeiro momento, à nível municipal e, mais tarde, à nível de Núcleo Regional.

O trabalho culminou com a realização do **1º Seminário Estadual de Reorganização do Ensino de 2º Grau**, onde os vinte Núcleos Regionais, que compreendem os antigos Centros Agregadores, se fizeram representar através de delegados, que expuseram propostas, corporificando expectativas e interesses das comunidades das regiões representadas.

Do estudo do conteúdo das propostas, foram detectadas linhas de expectativas sobre a necessidade de uma escola condizente com as aspirações sociais e políticas do momento nacional, traduzindo-se em esforços pela formação de uma juventude com capacidade crítica, reflexiva e criativa, apta a atuar no contexto histórico, quebrando-se o vínculo de dominação veiculado pela escola que só faz reforçar as divisões sociais.

A escola para o trabalho é aquela que produz para um mercado de trabalho inexistente e flutuante e que, por isso mes

mo, perpetua uma situação social injusta. A escola do momento histórico atual não deve ser essa, mas sim a escola do trabalho, que nos obriga a revisar nosso conceito de trabalho e diante dele montarmos um currículo adequado.

Evidenciou-se nas discussões o desejo de uma educação alicerçada na valorização do ser, do saber e do saber-fazer, como resgate da pessoa, ameaçada pela força da tecnocracia. Uma educação capaz de dar ao aluno condições de desenvolvimento da crítica e da reflexão, possibilitando-lhe uma atuação efetiva dentro da comunidade, uma educação que propicie o aproveitamento das qualidades inerentes a todo ser humano, mas marcantes no jovem: a audácia, a criatividade, o gosto pelo novo, o idealismo. Em suma, um ensino humanístico que se contraponha à realidade tecnológica que nos sufoca e nos direciona para respostas às solicitações do sistema capitalista.

A escola permanece encapsulada, sem criticar essa realidade, ou pior, sendo instrumento de aceleração do processo, em que à sociedade é negado o direito de decisão dos seus próprios destinos.

A luz das expectativas, conclui-se que é necessária a existência de um núcleo sustentador do equilíbrio qualitativo e da identidade filosófica, mas de igual forma, entende-se que os principais responsáveis pelo ensino, devam opinar na escolha das prioridades que representam as suas necessidades educacionais.

A educação não se transforma apenas nos limites das reformas de métodos, técnicas e currículos, mas principalmente, na definição de que tipo de educação se pretende, visando formar o indivíduo, fazendo-o "vir a ser" para "saber fazer".

As medidas reformistas devem, ainda, incluir mecanismos que garantam melhoria do desempenho dos profissionais da educação, possibilitando-lhes condições de pesquisa, experiência e a

profundamento.

É imprescindível que se promova o comprometimento desse pessoal com os resultados do seu trabalho, sem o qual todo e qualquer esforço de reestruturação será inócuo.

Deve-se enfatizar que nenhuma mudança ou reformulação obterá êxito se o professor, o principal agente operacionalizador dessas mudanças não estiver (re)despertado para as principais virtudes do educador; caracterizado como o homem: 1) de esperança - o educador é antes de tudo um homem de fé; 2) que ama a juventude - o educador é aquele que está sempre em compasso com a juventude; 3) que é profeta - o educador profeta é aquele que denuncia, critica e anuncia um futuro, estabelecendo a comparação entre o "aqui e o agora" e o "ainda não".

Entendendo a educação como um processo participativo de reconstrução da sociedade, este encontro não pretendeu soluções acabadas, mas desenvolver um processo de realimentação a partir do envolvimento de todos, isto é, dos responsáveis pela coordenação da ação educativa.

Dentro dessa linha, o plenário chegou às sequintes resoluções e recomendações:

RESOLUÇÕES

1) Quanto às modalidades do Ensino de 2º Grau, optou-se por duas:

a) PROFISSIONALIZANTE:

O Estado do Paraná manterá, com adoção de medididas que garantam a sua melhoria:

- Habilitação de Magistério;

- Habilitação de Técnico em Contabilidade;
- Habilitação de Técnico em Agropecuária;
- Habilitação de Técnico de 2º Grau, que justifique sua validade e eficiência, à luz de avaliação realizada pelo DESG.

O Estado do Paraná poderá implantar Habilitações de Técnico de 2º Grau, mediante aprovação de Conselhos Regionais de Educação, responsáveis pelo exame das condições que garantam a eficiência da Habilitação solicitada.

b) NÃO PROFISSIONALIZANTE:

Toda e qualquer modalidade de estudos de 2º Grau que não se enquadre na situação descrita anteriormente, deve ser extinta ou transformada para um curso com as seguintes características:

Duração: O Curso terá duração de 3 anos.

Destino: O Curso se destinará à Educação Geral - a ser caracterizada.

Currículo: as diretrizes curriculares desta modalidade de ensino devem possibilitar a ordenação e a sequência dos conteúdos, de modo a assegurar a formação do jovem como um indivíduo total.

2) Quanto ao Curso Profissionalizante, foram apresentadas duas propostas:

- a) A primeira seria de ocupar a Educação Geral ministrada em um Curso não profissionalizante de 03 (três) anos, complementada com mais um ano de profissionalização, que seria realizado em um Centro Profissionalizante. Foi enfatizado que esse Centro Profissionalizante não deveria ser encargo exclusivo do Estado, pois além de implicar em despesas com a aquisição e/ou manutenção de laboratórios caríssimos para determinadas habilitações, seria uma atitude paternalista, imprópria num momento onde cada vez mais se solicita a participação da comunidade na educação de seus próprios filhos;

- b) A segunda proposta foi a criação de um Curso Profissionalizante de 04 (quatro) anos, onde a Educação Geral seria exclusiva na 1.^a série e a Formação Especial implantada gradativamente, a partir da 2.^a série, com exclusividade na 4.^a série.
- 3) Quanto ao Curso Não-Profissionalizante, ficou decidido por unanimidade de votos em plenário, que teria duração de 03 (três) anos. Seria composto de conteúdos de Educação Geral e de Preparação para o Trabalho, que seria desenvolvida de forma integrada com os conteúdos de Educação Geral e voltada ao contexto sócio-econômico e político da atualidade. Teria a característica, tanto de preparar o cidadão, como de propiciar condições para o ingresso no 3º Grau.
- 4) Quanto à criação de Conselhos Regionais, foi aprovado em plenário, também por unanimidade de votos, que seriam implantados a partir das estruturas estaduais já existentes, tais como: Núcleos Regionais e Inspetorias Estaduais de Educação, legitimando a ação desses órgãos junto às suas comunidades.
- 5) Quanto à Língua Estrangeira, ficou decidido, também por unanimidade do plenário, que deve permanecer o ensino de uma Língua Estrangeira Moderna, qualquer que seja ela e que suas questões mais profundas sejam analisadas para definições posteriores. Ressaltou-se a necessidade de seriação adequada, ao nível de domínio da língua.
- 6) Quanto à Filosofia, o plenário recomendou a inclusão nos currículos das escolas de 2º Grau, porém com o cuidado de não ser tratada apenas como disciplina, mas como um todo no trabalho dos educadores, refletindo os princípios filosóficos da Escola e dando condições ao aluno de desenvolver o espírito crítico, reflexivo e criativo.
- 7) Quanto à necessidade da ação educativa constituir-se numa ação glo

balizada de planejamento, avaliação e troca de experiências, o plenário solicitou a inclusão de horas-atividade na Escola, como uma das formas de assegurar resultados mais profundos a esta reorganização.

- 8) Quanto à estrutura curricular e conteúdos programáticos, o plenário decidiu pela impropriedade de sua inclusão na pauta de propostas. Destaca-se, no entanto, que é medida urgente para revitalizar o ensino que os currículos sejam revistos, evitando-se o excesso de disciplinas e sua repetitividade.
- 9) Quanto à Habilitação Magistério será tratada à parte, merecendo estudo específico e profundo que a revitalize.
- 10) Quanto à tomada de decisões maiores, o plenário decidiu por um retorno às bases, pois chegou-se ao consenso de que com o desenvolvimento dos trabalhos, tal medida se fazia necessária.

RECOMENDAÇÕES FINAIS

- 1) Que a matéria seja retomada nos Núcleos Regionais para ser apresentada no próximo Seminário, como forma de garantir a continuidade dos trabalhos;
- 2) Que, quando da retomada dos trabalhos nos Núcleos Regionais, estes se sintam responsáveis pela integração com o 1º e 3º Graus, como forma de buscar juntos soluções e encaminhamento do objeto de preocupação comum: a Educação;
- 3) Que as questões curriculares sejam estudadas e definidas pelos professores à nível de estabelecimento, de município e de Núcleo Regional para o próximo Seminário;

- 4) Que se estude as implicações sociais, políticas, financeiras, estruturais (recursos físicos) quanto a possível duração de 04 (quatro) anos, dos Cursos Profissionalizantes;
- 5) Que se procedam estudos profundos sobre a validade do livro didático, levantando-se subsídios para a implementação de uma política do livro didático adequada às necessidades reais do processo ensino-aprendizagem;
- 6) Que se estude o Regimento Escolar, dando-se ênfase no momento ao que se refere à Organização Didática, especialmente avaliação, recuperação e conselho de classe, visto que são pontos essenciais a serem repensados diante da realidade escolar atual;
- 7) Que seja criado um mecanismo de consulta junto aos Núcleos Regionais para planejamento das atividades necessárias à operacionalização do plano orçamentário;
- 8) Que se defina a educação geral a ser desenvolvida no Curso Não-Profissionalizante;
- 9) Que se discuta, quando da reformulação curricular, qual a língua estrangeira e o porquê da adoção dessa língua;
- 10) Que se discuta a Habilitação Magistério, envolvidos os professores de 1ª a 4ª séries, da própria habilitação e das Faculdades de Educação, Pedagogia e Filosofia, a fim de que encontrem novos rumos para a formação da professora de 1ª a 4ª séries;
- 11) Que se encontre nova forma, tanto curricular, quanto metodológica, para os cursos noturnos, dada a peculiaridade da clientela, a fim de que sejam tratados com a devida seriedade.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

01. ARAPIRACA, José. A USAID e a educação brasileira. São Paulo, Cortez, 1982.
02. CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1971-
03. CADERNOS DO CEDES. São Paulo, Cortez.
04. CHAUI, Marilena. Ser: o que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1984.
05. CUNHA, Luiz Antonio. A profissionalização no ensino médio. 2ª ed. Rio de Janeiro, El Dourado, 1977.
06. PINTO, Álvaro Vieira. Ciência e existência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
07. REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. São Paulo, Cortez.
08. SALM, Cláudio. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.
09. VASQUEZ, Adolpho Sanchez. Filosofia e práxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
10. WARDE, Miriam Jorge. Educação e estrutura social: a profissionalização em questão. São Paulo, Moraes, 1983.

A N E X O I I

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU

DOCUMENTO SINTESE

DO

2º SEMINÁRIO ESTADUAL DE REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU

Curitiba, novembro de 1984

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU

DOCUMENTO SÍNTESE DO 2º SEMINÁRIO
ESTADUAL SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Atendendo à recomendação do 1º Seminário Estadual de Reorganização do Ensino de 2º Grau, e após a realização de Seminários Regionais sediados em Guarapuava, Cascavel, Apucarana, Cornélio Procopio e Curitiba, no período de 1º a 12 de outubro de 1984, reuniram-se em Curitiba, de 26 a 29 de novembro de 1984, os representantes e delegados de Núcleos Regionais de Ensino e Inspeorias Estaduais de Educação do Paraná, do DESG, do DEPG, do DESU, da CNR, da CDE, da CEF, e ainda, representantes do SEAF-Pr, representante do Andes e estagiários da UFPr.

Dentro dos pressupostos e princípios filosóficos já explicitados no Documento-Síntese do 1º Seminário Estadual, foram analisadas as seguintes questões, oriundas das cinco propostas a provadas nos Seminários Regionais:

- I - Modalidade do Ensino de 2º Grau Regular
- II - Estrutura:
 - a) Duração (número de séries);
 - b) Carga Horária (Semanal, total e número de semanas letivas);
 - c) Avaliação;
 - d) Hora-Atividade;
 - e) Junção de disciplinas.
- III - Implantação das modalidades.

Após estudos e debates, o Plenário chegou às seguintes resoluções e recomendações:

RESOLUÇÕES

- I - Modalidades de Ensino Regular de 2º Grau:

Foi aprovada, por unanimidade, um Curso de 2º Grau nos seguintes moldes:

1 - Educação Geral, voltada para o trabalho:

Duração: 3 anos

Curso com disciplinas de Educação Geral, igual para todos os alunos que ingressam no 2º Grau. Assegura o certificado de conclusão de 2º Grau.

2 - Formação Especial (Profissionalizante):

Duração: 1 ano

Será cursado, opcionalmente, após os 3 anos de Educação Geral. Curso apenas com disciplinas técnicas e estágio supervisionado. Confere o Diploma de Técnico de 2º Grau na habilitação cursada.

Este esquema não inclui o Magistério, que por suas características especiais, continua sendo estudado à parte, o que não deve excluí-lo de uma discussão num contexto global de 2º Grau.

JUSTIFICATIVAS

Das justificativas que embasaram esta decisão destacam-se:

- a) O compromisso do Estado deve ser firmado prioritariamente com o aluno, em termos de uma Educação Geral de 3 anos, que possibilite a formação do cidadão com espírito crítico, criativo, consciente, propiciando-lhe a preparação universal para o trabalho e a continuidade dos estudos.
Mente aberta não deve ser privilégio de quem pretende um 3º Grau; é imperativo da Pessoa Humana. Além disso, mesmo em face do problema do mercado de trabalho, o jovem com uma sólida formação geral terá amplas chances de nele se colocar.
- b) O aluno, ao optar pelo 4º ano (profissionalizante), estaria numa fase de maior maturidade em termos de idade; de preparação intelectual e de conscientização, o que lhe garantirá melhor aproveitamento do curso escolhido.
- c) Com esta modalidade, não haverá mais a indefinição do curso de 2º Grau como um todo.

II - Estrutura:

1) Carga Horária:

A carga horária aprovada para os 3 anos de Educação Geral foi de 25 aulas semanais, com duração de 50 minutos, num total de 2.700 horas/aula, para o período diurno.

Para o período noturno; 24 aulas semanais de 45 minutos, num total de 2.592 horas/aula.

O total de semanas letivas (módulo) é de 36, sem aulas aos

sábados, tanto para o diurno quanto para o noturno.

2) Avaliação:

A avaliação, devido à sua complexidade, não ficou definida, tendo o plenário decidido que a mesma deverá merecer maior aprofundamento por parte dos professores nas escolas, recomendando-se:

- a) que a análise da avaliação e sua sistemática não fique dissociada do processo de ensino adotado, em favor de fórmulas de aprovação; e
- b) que se estudem formas de recuperação diferentes da atual.

3) Hora-Atividade:

Tendo em vista a importância da hora-atividade, que se considera imprescindível para a viabilização das propostas aqui apresentadas, aprovou-se um percentual mínimo de 15% sobre cada padrão, a partir de 1985.

Esta hora-atividade fica subordinada à aprovação de uma proposta de trabalho da escola, e sujeita a acompanhamento e avaliação pelas Inspetorias Estaduais de Educação.

4) Junção de Disciplinas:

O plenário considerou necessária e possível a junção de disciplinas afins, mediante estudo, seleção e integração de conteúdos curriculares, o que deverá ser feito nas escolas, pelos próprios professores, até o final do 1º semestre de 1985.

III - Implantação de nova modalidade:

Decidiu-se que a implantação será feita a partir de 1986, de maneira gradativa, quanto à seriação e quanto à expansão.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Que o 1º semestre de 1985 seja reservado para o envolvimento profundo da comunidade escolar na elaboração e na concretização da proposta final a ser implantada;
- 2) Que se defina a questão dos Centros Profissionalizantes, bem como a implantação das habilitações de instalação mais complexa e onerosa;

- 3) Que se reafirme a validade da introdução da Filosofia no ensino regular de 2º Grau;
- 4) Que se proponha a forma de constituição dos Conselhos Regionais de Educação;
- 5) Que o Magistério seja estudado em caráter mais abrangente, envolvendo não apenas o pessoal técnico do curso.

Curitiba, 29 de novembro de 1984.

A N E X O I I I

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU
SETOR DE ENSINO

PROJETO MAGISTÉRIO EM NOVA DIMENSÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Curitiba, Março de 1985

1. DESCRIÇÃO:

Em prosseguimento aos trabalhos de Reorganização do Ensino de 2º Grau, este Departamento programou o Projeto Magistério em Nova Dimensão para ser executado a partir de 1985, através da organização dos Pólos Irradiadores de Orientação Técnico-Pedagógica, envolvendo Escolas, Núcleos Regionais e Instituições Superiores.

Para assegurar o seu desenvolvimento, o DESG coordenará o Projeto, assessorando e orientando os Pólos Irradiadores, quanto aos aspectos pedagógico, administrativo, legal e financeiro, responsabilizando-se ainda pela avaliação e realimentação do Projeto

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO
2. HISTÓRICO
3. OBJETIVOS
4. AÇÕES
5. LINHAS GERAIS
6. ESTRUTURA E FUNÇÕES DOS PÓLOS

2. HISTÓRICO:

O Projeto "Magistério em Nova Dimensão", foi proposto pelo DESG e aprovado pelo MEC/SEPS para ser executado em 1984, paralelamente aos trabalhos de Reorganização do Ensino de 2º Grau.

De início, as discussões referentes ao Magistério o correram paralelamente às demais habilitações, mesmo sem o desenhamento oficial do Projeto, uma vez que os recursos até então não haviam sido liberados.

No final de 1984, houve a liberação de recursos para a execução desse Projeto, motivando assim, a sua execução, porém com limitações de ordem financeira.

Aliado ao fator econômico, houve a "recomendação" dos participantes do Seminário de Reorganização, para que a Habilitação Magistério merecesse estudos à parte, devido à sua importância no contexto sócio-econômico-cultural do Estado, uma vez que forma o profissional para atuar de 1ª a 4ª séries.

O adiamento da execução do Projeto causou mudanças na proposta original, que previa apenas 12 (doze) Pólos Irradiadores, ligados às Universidades e/ou Faculdades com cursos de Pedagogia.

A proposta atual é de 20 (vinte) Pólos Irradiadores, pois entendem-se que os Núcleos Regionais de Educação deveriam ser abrangidos, para que o pedagógico e o administrativo pudessem caminhar lado a lado, ao mesmo tempo em que se ampliaria o raio de ação do Projeto, cujas linhas mestras são: descentralização e Integração.

É compromisso deste Departamento resgatar as contribuições que já foram feitas, dando continuidade ao processo de participação da comunidade escolar nos programas de Reorganização.

OBJETIVOS:**1 - GERAL:**

Revitalizar os Cursos de Magistério, através da descentralização de ações, visando a melhor formação do professor de 1.^a a 4.^a séries.

2 - ESPECÍFICOS:

organizar os Pólos Irradiadores de orientação técnico-pedagógica para atendimento aos estabelecimentos que ofertam a Habilitação Magistério;

promover a integração com Instituições de Ensino Superior, visando a troca de experiências e a proposição de novas alternativas;

valorizar a atuação descentralizada dos N.R.Es, nos aspectos técnico-pedagógico e administrativo;

desenvolver ações que revertam em substancial melhoria do Estágio Supervisionado;

avaliar as diretrizes curriculares de Magistério, com vistas a proporcionar melhor formação da clientela;

promover a melhoria da atuação docente na operacionalização do Currículo de Magistério, através de Cursos de fundamentação específicas da Habilitação;

avaliar a ação dos Pólos Irradiadores de Magistério.

4. AÇÕES:

- 4.1 - Seminário para organização dos Pólos Irradiadores de Orienta
ção Técnico-Pedagógica de Magistério. (Março/85)
- 4.2 - Seminário sobre Prática de Ensino. (Maio/85)
- 4.3 - Seminário para Avaliação do Curso de Magistério. (Junho/85)
- 4.4 - Cursos de Atualização Docente: Didática, Fundamentos da Edu-
cação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau.
(Agosto - Setembro - Novembro/85)
- 4.5 - Seminário para avaliação da ação dos Pólos de Magistério.
(Novembro/85)

5. LINHAS GERAIS:

- Descentralização
- Integração dos diferentes graus e níveis de ensino
- Revitalização da Escola
- Melhoria da qualidade do Ensino
- Processo Participativo

. ESTRUTURA E FUNÇÕES DOS PÓLOS:

6.1 - ESTRUTURA:

Constituição dos Pólos:

- Institutos de Educação e Escolas que ministram a Habili
tação Magistério de 1.^a a 4.^a séries;
- Universidades e Faculdades de Educação, preferentemente
as que ofertem cursos de Pedagogia;
- Núcleos Regionais de Educação.

6.2 - FUNÇÕES:

6.2.1 - Dos Institutos de Educação:

- Retomada do papel que lhes é inerente, qual seja
o de liderar as propostas inovadoras quanto à For
mação de Recursos Humanos, a nível de 1.^a a 4.^a sé
rie.

6.2.2 - Da Escola:

- Sedar e coordenar as ações a nível de Pólo, como
forma de valorização da instituição "Escola Públi
ca", através de:
 - reorientação da visão política de Educação;
 - conquista de um novo tipo de escola de Magisté
rio que vá de encontro às aspirações populares;
 - crença no processo participativo, tendo como
ponto de partida a escola;
 - valorização das propostas originárias da escola
e a sua realidade;
 - resgate da credibilidade da escola pública jun-
to à comunidade.

6.2.3 - Dos Núcleos Regionais de Educação:

- Oferecer apoio pedagógico e administrativo ao Pó
lo, responsabilizando-se pela comunicação entre
os demais níveis.

6.2.4 - Das Universidades e Faculdades

- Integrar os diferentes graus de ensino, contribuindo com recursos humanos, fundamentação teórica e trabalhos de pesquisa, de modo a assegurar a adequação da formação de recursos humanos para a Educação, nos aspectos quantitativos e qualitativos.

A N E X O I V

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU
SETOR DE ENSINO

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Curitiba, Maio de 1988

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

- Secretário de Estado da Educação

OTAVIANO FABBRI FERRAZ

- Diretor Geral

DANIEL DOMASZAK

- Superintendente de Educação

LÉO FLACH

- Chefe do Departamento do Ensino de 2º Grau

EQUIPE DE ENSINO/DESG:

- Fátima Ikiko Yokohama - COORDENADORA
- Ieda Milani Flach
- Maria Aparecida de Souza Bremer
- Marico Tamesawa
- Mário Cândido de Athayde Júnior
- Noeli Prestes Padilha
- Rose Mary Gimenez Gonçalves

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .

- I - SINOPSE HISTÓRICA DA REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU NO ESTADO DO PARANÁ
- II - DADOS SOBRE A REALIDADE DO ENSINO DE 2º GRAU NO PARANÁ
- III - CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE 2º GRAU
- IV - A PROGRAMAÇÃO DO DEPARTAMENTO DO ENSINO DE 2º GRAU:
 - 1 - PROJETO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO, A NÍVEL DE 2º GRAU
 - Apresentação
 - Histórico
 - Justificativa
 - Objetivos
 - A Proposta de Avaliação
 - Procedimentos
 - Crônograma de Atividades
 - 2 - PROJETO DE ELABORAÇÃO DOS CONTEÚDOS ESSENCIAIS DO CURRÍCULO DE 2º GRAU
 - Apresentação
 - Pontos a Considerar
 - Procedimentos - Proposta do Curso de Educação Geral
 - 3 - PROJETO ENSINO DE 2º GRAU NOTURNO
 - Apresentação
 - Histórico
 - Proposta de Reestruturação dos Cursos Ofertados no Período Noturno
 - 3.1 - ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA HABILITAÇÃO CONTABILIDADE
 - Apresentação
 - Histórico
 - Procedimentos
 - 4 - HABILITAÇÕES DO SETOR PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E OUTRAS

1 - PROJETO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR
DA HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO, A NÍVEL DE 2º GRAU

APRESENTAÇÃO

O Departamento do Ensino de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação propôs-se a desenvolver, no ano letivo de 1988, o "Projeto de Avaliação da Proposta Curricular da Habilitação Magistério", implantada nos estabelecimentos de ensino de 2º Grau da rede estadual que ofertam esta habilitação, a partir do ano de 1986.

A discussão do problema da avaliação do Curso Magistério não pode estar afeto somente a esta habilitação, mas a totalidade do Ensino de 2º Grau, que tem como premissa básica a superação da divisão social e técnica do trabalho.

Pelo envolvimento de expressiva gama de profissionais atuantes e estudiosos da questão do Magistério na execução deste Projeto, a nível de 2º Grau, acredita-se poder elaborar uma proposta que, levando em consideração os avanços já conquistados, prossiga na consolidação de um currículo expressivo, visando sempre o maior aprimoramento da formação dos futuros profissionais da escola básica.

JUSTIFICATIVA

A Habilitação Magistério vem sendo priorizada pelo Departamento do Ensino de 2º Grau desde 1983. A opção pelo Magistério significa o esforço do sistema educacional paranaense em privilegiar a qualidade da formação de seus quadros profissionais, necessários à revitalização da escola de 1º Grau, notadamente as séries iniciais.

A partir de 1985, com a execução do "Projeto Magistério em Nova Dimensão", o trabalho foi sistematizado através da organização dos Pólos Irradiadores de Orientação Técnico-Pedagógica do Magistério, que são constituídos por uma Escola de Magistério (sede do Pólo), uma representação do Núcleo Regional de Educação e representação da Instituição de Ensino Superior da região.

Atualmente existem 22 Pólos de Magistério, que compreendem a mesma jurisdição dos Núcleos Regionais, atendendo os 237 Estabelecimentos do Ensino de 2º Grau que ofertam a Habilitação Magistério, tendo por objetivo principal a orientação e o acompanhamento às Escolas de Magistério, entendendo-se essa Escola como instância responsável por pensar e agir concretamente dentro de uma prática pedagógica.

Pela ação contínua dos Pólos foi elaborada a proposta curricular para a Habilitação, a qual foi implantada nos Estabelecimentos da rede estadual, a partir de 1986.

Neste momento em que a proposta encontra-se no terceiro ano de implantação, o Departamento do Ensino de 2º Grau pretende desenvolver o "Projeto de Avaliação da Proposta Curricular da Habilitação

Magistério", centrando a programação do mesmo nas estruturas descentralizadas da SEED, quais sejam os 22 Núcleos Regionais de Educação e os 22 Pólos de Magistério.

Pela ação descentralizada e integrada dessas estruturas, objetiva-se avaliar o currículo ora implantado, não de forma isolada e estanque, mas num contexto mais abrangente, que passa pelas variáveis de ordem estrutural e de recursos humanos. É nesse processo de avaliação construtiva e integrativa, em que o aspecto qualitativo é privilegiado, que se delineará um novo encaminhamento para a Habilitação Magistério no Estado do Paraná.

OBJETIVOS

01. Avaliar a atual proposta curricular da Habilitação Magistério, a nível de 2º Grau, implantada em 1986 nas escolas da rede estadual, abrangendo os aspectos pedagógicos e administrativos.

02. Reestruturar o currículo da Habilitação Magistério, com base nos dados resultantes da avaliação proposta, objetivando a melhoria da competência do futuro professor da escola básica.

A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo educativo. E ela só tem função quando vinculada a um projeto maior de educação, cujos critérios estejam claros e definidos.

Porém, existe um duvidar constante sobre os problemas da avaliação, principalmente quando seu objeto é o currículo de um curso de formação de futuros professores, porque há toda uma série de implicações que precisa ser levada em consideração. A escola pública deve ser encarada como uma questão política. Ela tem que realizar um trabalho da melhor qualidade possível, atendendo a maioria da população, ou seja, a classe trabalhadora.

Impõe-se agir e enfrentar o problema da avaliação em todos os seus aspectos: sociológico, filosófico e pedagógico.

Portanto, numa postura crítica, em matéria de avaliação há necessidade de se explicitar os critérios utilizados e desvendar as suas implicações ao nível de Instituição. Isto nos leva a acentuar o papel de uma reflexão onde os procedimentos quantitativos dependam dos pressupostos qualitativos.

Nessa abordagem, concebe-se a avaliação qualitativa numa perspectiva de um processo em construção, comprometido com mudanças coletivas, onde a superação do senso comum das práticas pedagógicas deve ser uma constante.

Os professores são elementos fundamentais numa ação transformadora de educação escolar, cujo compromisso político vincula-se a

clientela da escola pública. Não é possível pensar em avaliação sem considerar o processo da escola, a sua qualidade e a qualidade do ensino.

Diante desse contexto, algumas questões apresentam-se como fundamentais no processo de discussão da Habilitação Magistério:

- Como trabalhar a questão educação e trabalho no Ensino de 2º Grau, especialmente no Magistério?
- Como dimensionar o Curso de Magistério para a formação do futuro professor das séries iniciais do 1º Grau de forma mais competente e crítica?
- Como resgatar a competência profissional dos educadores que atuam no Curso Magistério?
- Como se efetiva a prática pedagógica dos educadores?
- Qual o conteúdo que deverá compor o currículo de uma escola de 2º Grau comprometida com a formação do aluno-trabalhador?
- Qual o posicionamento frente a questão do Magistério Noturno?

PROCEDIMENTOS

A metodologia a ser utilizada no processo de avaliação abrangerá diversas etapas, ressaltando-se a integração entre as etapas responsáveis pelo trabalho e os agentes diretos da atividade escolar, portanto pretende-se realizar pequenos Seminários com professores e demais integrantes da Comissão de Avaliação. O objetivo desses Seminários é discutir e analisar a prática docente e as questões que envolvem a habilitação Magistério, no intuito de aprimorar o currículo de formação do professor da escola básica.

As investigações não ficarão limitadas a coleta de indicadores globais, mas devem penetrar no interior do Sistema de Ensino. Devem alcançar o cotidiano do ensino na unidade escolar e nas salas de aula, a fim de identificar a presença e a natureza real dos fatores e deficiências do currículo.

A par disso, outras estratégias serão operacionalizadas durante o processo, tais como: entrevistas, observações e outras a serem definidas pela Comissão de Avaliação e pelos próprios Grupos de Trabalho.

Outro ponto importante a ser garantido é a participação de todos os professores, através da constante troca de informações sobre os resultados evidenciados no decorrer do desenvolvimento do trabalho.

As questões essenciais a serem avaliadas serão:

- a concepção de trabalho e de Currículo do Curso de Magistério;

- a prática docente: conteúdos de ensino, avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- estrutura das Escolas de Magistério: Institutos de Educação e de mais escolas;
- a ação dos Pólos de Magistério;
- a política de recursos humanos: qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo, critérios para atuação;
- o Magistério Noturno.

Para a operacionalização do Projeto será constituída uma Comissão de Avaliação, que terá como tarefa articular e sistematizar as várias etapas do processo junto aos Grupos de Trabalho e, sobretudo, garantir o fluxo de informações entre os envolvidos na Avaliação dos diversos níveis de atuação.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

● Participantes da Comissão de Avaliação do Curso de Magistério:

- a) Departamento do Ensino de 2º Grau (Coordenação);
- b) Pólos de Magistério (Escola-Pólo, Núcleo Regional e Instituição de Ensino Superior);
- c) Consultores das Instituições de Ensino Superior e/ou outras Instituições Educacionais;
- d) Professores que atuam como docentes nos Cursos de Magistério da rede estadual de ensino.

● Crítérios de escolha dos docentes:

- a) Possuir formação específica na área;
- b) Estar atuando como docente nos Cursos de Magistério desde a implantação da atual proposta curricular, em 1986;
- c) Possuir disponibilidade para o acompanhamento de todo o processo da Avaliação (maio a setembro de 1988).

● Composição da Comissão de Avaliação por Área e Núcleo Regional:

Os Núcleos Regionais de Educação deverão selecionar 01 (um) professor que atue nos Cursos de Magistério, conforme relação abaixo:

- ÁREA: Fundamentos da Educação:

Disciplinas: Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, História da Educação, Sociologia da Educação e Biologia Educacional.

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO</u>
1 - Psicologia da Educação	- Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa
2 - Filosofia da Educação	- Área Metropolitana, Ponta Grossa, Apucarana, Curitiba e Maringá.
3 - História da Educação	- Curitiba, Maringá, Guarapuava e Londrina.
4 - Sociologia da Educação	- Londrina, Curitiba, Ponta Grossa e Cornélio Procopio.
5 - Biologia Educacional	- Maringá, Curitiba e Campo Mourão.

- ÁREA: Didática

Disciplinas: Didática do Português, Didática de Ciências, Didática de Estudos Sociais, Didática da Matemática, Alfabetização, Disciplinas da Parte Diversificada e Estágio Supervisionado

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO</u>
1 - Didática de Português, Didática de Matemática, Didática de Estudos Sociais, Didática de Ciências e Disciplinas da Parte Diversificada	- Área Metropolitana, Apucarana, Cianorte, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Paranavaí, União da Vitória, Umuarama, Paranaguá, Francisco Beltrão, Cascavel, Curitiba e Cornélio Procopio.
2 - Alfabetização	- Irati, Ponta Grossa, Guarapuava e Toledo.

- ÁREA: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Estatística Aplicada.

DISCIPLINA

NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

- 1 - Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Estatística Aplicada - Pato Branco e Jacarezinho.

Para o desenvolvimento das ações específicas necessárias com as disciplinas da Formação Especial do Currículo da Habilitação Magistério serão formados os Grupos de Trabalho por área e disciplina. Na coordenação de cada grupo atuará um professor cuja função será a de organizar as ações, articulando com a Comissão de Avaliação, de forma a garantir que informações transitem entre o nível regional e central de modo contínuo.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE MATRICULAS E Nº DE TURMAS POR SERIE NOS
 COLEGIOS SEDE DOS POLOS DE MAGISTERIO - 1.989

Nº DE I	INOME DO ESTABELECIMENTO	INCLUC. REG. DE EDUC.	Nº DE ESTABELECIMENTOS	TURMA	1ª SERIE	2ª SERIE	3ª SERIE	TOTAL				
ORDEM			BELECIAMENTOS	TURMA	MATRIC.	TURMA	MATRIC.	TURMA	MATRIC.			
1	ICol. Est. Prof. Julio Syzianski	(Ar. Metrop. (Araucaria))	12	Diurno	21	761	21	441	51	1641		
2	IInstituto de Educacao do Parana	(Curitiba)	101	Diurno	71	2871	51	2191	61	2361	181	7421
3	IInst. Educacao Dr. Caetano M. da Rocha	(Paranaqua)	4	Diurno	91	3151	51	1131	41	1021	181	5301
4	IInst. Estadual Prof. Cezar Prieto Martinez	(Ponta Grossa)	14	Diurno	81	2281	61	1731	31	891	171	4901
5	IColegio Estadual Cristo Rei	(Cornelio Procopio)	16	Diurno	41	1601	31	841	21	621	91	3061
6	IInstituto de Educacao Estadual de Londrina	(Londrina)	14	Diurno	101	3761	61	2531	61	2181	221	8471
7	IColegio Estadual Barbosa Ferraz	(Jvaipora)	1	Diurno	31	1051	21	711	11	411	61	2171
8	IColegio Estadual Nilo Cairo	(Apucarana)	9	Diurno	31	1221	21	771	11	461	61	2451
9	IInstituto de Educacao de Maringa	(Maringa)	23	Diurno	51	1761	41	1491	41	1481	131	4731
10	IColegio Estadual Rui Barbosa	(Jacarezinho)	19	Diurno	41	1541	31	1121	21	631	91	3291
11	IColegio Estadual Francisco Carneiro Martins	(Guarapuava)	5	Diurno	31	1121	31	941	31	931	91	2991
12	IColegio Estadual Pedro II	(Umuarama)	13	Diurno	41	1241	41	1591	31	1081	111	3911
13	IColegio Estadual de Paranauai	(Paranauai)	21	Diurno	31	1341	31	961	21	581	81	2881
14	IColegio Estadual Hillie Barth	(Toledo)	9	Diurno	31	1461	31	1231	21	621	81	3311
15	ICol. Estadual Prof. Joao D'Oliveira Gomes	(Campo Mourao)	19	Diurno	21	901	21	881	21	701	61	2481
16	IColegio Estadual Wilson Jofre	(Cascavel)	9	Diurno	31	1311	21	941	21	501	71	2751
17	IColegio Estadual de Cianorte	(Cianorte)	11	Diurno	21	591	21	691	11	331	51	1611
18	IColegio Estadual Barao do Rio Branco	(Foz do Iguaçu)	4	Diurno	11	451	11	391	11	301	31	1141
19	IColegio Estadual Mario de Andrade	(Francisco Beltrao)	17	Diurno	41	1691	31	1161	31	1101	101	3951
20	IColegio Estadual de Pato Branco	(Pato Branco)	9	Diurno	21	681	21	581	21	471	61	1731
21	IColegio Estadual Sao Vicente de Paula	(Iratu)	7	Diurno	21	771	21	741	11	411	51	1921
22	IColegio Estadual Tulio de Franca	(Uniao da Vitoria)	3	Diurno	41	1491	31	1011	21	631	91	3131
	TOTAL		254		921	34321	711	25261	571	19011	2201	78591

FONTE: SAE / DESG - SEED (JUNHO/89)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO DO 2º GRAU
SETOR DE ENSINO

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS PÓLOS DE MAGISTÉRIO

CURITIBA, AGOSTO DE 1990

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS PÓLOS DE MAGISTÉRIO

Os Pólos de magistério foram instituídos em 1985, quando teve início o desenvolvimento do "Projeto Magistério em Nova Dimensão", coordenado pelo Departamento de Ensino do 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação.

Sua organização administrativa, enquanto estrutura descentralizada, é composta pelos Colégios que ofertam a Habilitação Magistério-Sedes do Pólo, pelos Núcleos Regionais de Educação e pelas Instituições de Ensino Superior, e abrange a mesma área de jurisdição dos Núcleos Regionais.

O objetivo dos Pólos de Magistério, desde a sua criação, é o de orientação técnico-pedagógica aos Estabelecimentos de 2º Grau que ofertam a Habilitação Magistério, nas vinte e duas regiões educacionais do Estado.

Mantendo as diretrizes básicas de valorização da Escola Pública, participação, descentralização e integração entre os graus de ensino, os Pólos concretizam a sua ação através de trabalho sistemático junto aos Estabelecimentos, estudando e discutindo com os professores as questões pedagógicas ao mesmo tempo que propõe alternativas que vêm contribuindo para a melhoria do ensino ofertado pela Habilitação Magistério no Estado do Paraná.

ATRIBUIÇÕES DO COLÉGIO SEDE DE PÓLO DE MAGISTÉRIO

- Integração com o Núcleo Regional de Educação, Inspeção Estadual de Educação, Escolas de Magistério e Instituições de Ensino Superior;
- Divulgação das ações a serem desenvolvidas pelo Pólo Irradiador de Orientação Técnico Pedagógica do Curso Magistério;
- Elaboração do Plano de Trabalho Anual, a partir das linhas Gerais do DESG;
- Acompanhamento do Currículo do Curso de Magistério através de:

* Articulação permanente com os demais componentes do Pólo

segue

lo, NRE e Instituições de Ensino Superior.

- * Articulação com Órgãos Municipais de Educação e demais setores vinculados na área educacional da região.
- * Envolvimento efetivo do Pólo no processo de estudo, discussão e implantação do Ciclo Básico.
- * Promoção de reuniões periódicas com a Equipe Pedagógica das Escolas de Magistério para Estudo e aprofundamento de questões referentes ao Currículo do Curso.
- * Promoção de encontros com a participação de aluno, e ex-alunos do Curso de Magistério que atuam na área rural e periférica, objetivando subsidiar ações de melhoria do processo educativo.
- * Orientação às Escolas de Magistério quanto à elaboração dos Planos de Estágio Supervisionado, avançando no sentido de superar o senso comum das atuais práticas e possibilitar o atingimento de uma formação profissional de acordo com exigência do atual momento histórico.
- * Conhecimento da legislação pertinente ao Estágio Supervisionado para Elaboração dos Planos de Estágio, principalmente nos aspectos de avaliação, frequência e dispensa parcial de alunos.
- Incentivo à realização de Projetos não formais e outros, atendendo a necessidades locais.
- Coordenação de Grupos de Estudos na área de Didática e Fundamentos da Educação para aprofundamento teórico nessas áreas do Currículo da Habilitação.
- * Participação nos eventos programados pelo Departamento de Ensino do 2º Grau.
- * Acompanhamento da implantação das novas Diretrizes Curriculares da Habilitação Magistério-Deliberação 02/90/CEE e Instrução 02/90-DESG.
- Planejamento, execução e avaliação do programa de capacitação docente do Pólo de Magistério, em consonância com as diretrizes do DESG.
- Acompanhamento do currículo do Curso de Estudos Adicionais.

segue.

ATRIBUIÇÕES DE NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO.

- Apoio às ações desenvolvidas pelo Pólo de Magistério;
- Integração com os demais componentes do Pólo.
- Participação na elaboração do Plano de Trabalho Anual, a partir das linhas gerais do DESG, Acompanhamento do Currículo do Curso Magistério, em conjunto com a coordenação do Pólo;
- Apoio logístico à operacionalização das atividades do Pólo, para aplicação dos recursos financeiros destinados ao Pólo de Magistério.
- Incentivo à formação de Grupos de Estudos na área de Didática e Fundamentos da Educação, apoiando também a articulação destes com Grupos de Estudos de outras áreas do currículo.
- Participação nos eventos programados pelo Departamento de Ensino do 2º Grau.
- Participação no planejamento, execução e avaliação do programa de capacitação docente desenvolvido pelo Pólo.

ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

- Participação na elaboração do Plano de Trabalho Anual do Pólo de Magistério.
- Participação em todas as atividades desenvolvidas pelo Pólo.
- Levantamento da disponibilidade da Instituição, no sentido de contribuir para efetivação dos objetivos do Pólo de Magistério.
- Participação no Programa de Capacitação docente desenvolvido pelo Pólo.
- Elaboração de referencial bibliográfico atualizado para subsidiar o trabalho do Pólo, junto aos Colégios de 2º Grau que ofertam a Habilitação Magistério.
- Divulgação de pesquisas que contribuam para melhorar a prática docente da Habilitação Magistério.

ELABORAÇÃO: SETOR DE ENSINO/ DESG;

PÓLOS DE MAGISTÉRIO
LOCALIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA
ANO: 1990.

PÓLOS DE MAGISTÉRIO	Nº DE COLÉGIOS
APUCARANA	13
ÁREA METROPOLITANA	13
CAMPO MOURÃO	18
CASCAVEL	09
CIANORTE	11
CORNÉLIO PROCÓPIO	16
CURITIBA	10
FOZ DO IGUAÇU	04
FRANCISCO BELTRÃO	18
GUARAPUAVA	05
IRATI	07
IVAIPORÃ	07
JACAREZINHO	20
LONDINA	14
MARINGÁ	23
PARANAGUÁ	05
PARANAVAI	21
PATO BRANCO	09
PONTA GROSSA	14
TOLEDO	09
UMUARAMA	13
UNIÃO DA VITÓRIA	03
TOTAL:.....	262.

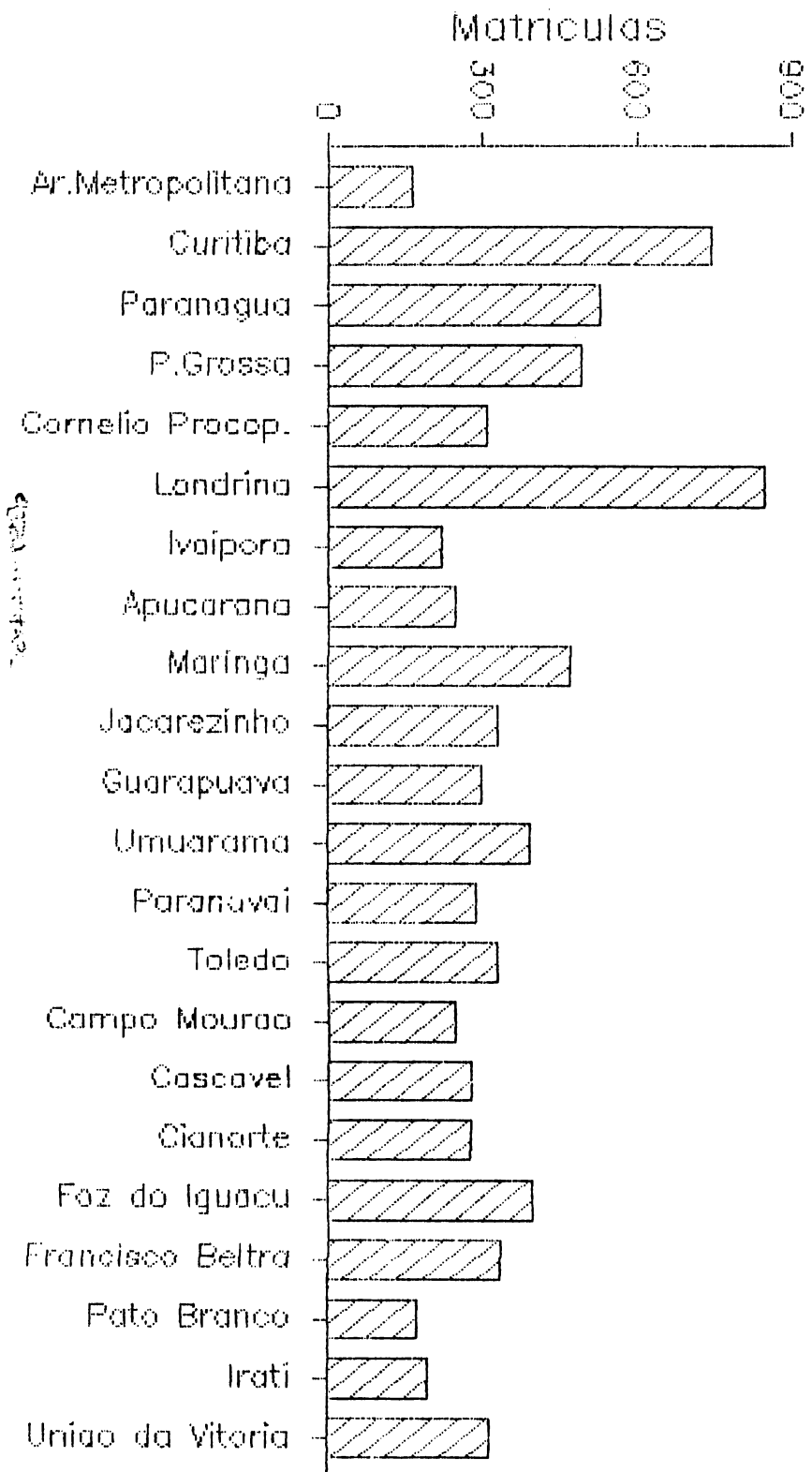
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO DO 2º GRAU
SETOR DE ENSINO

POLOS DE MAGISTERIO

1990

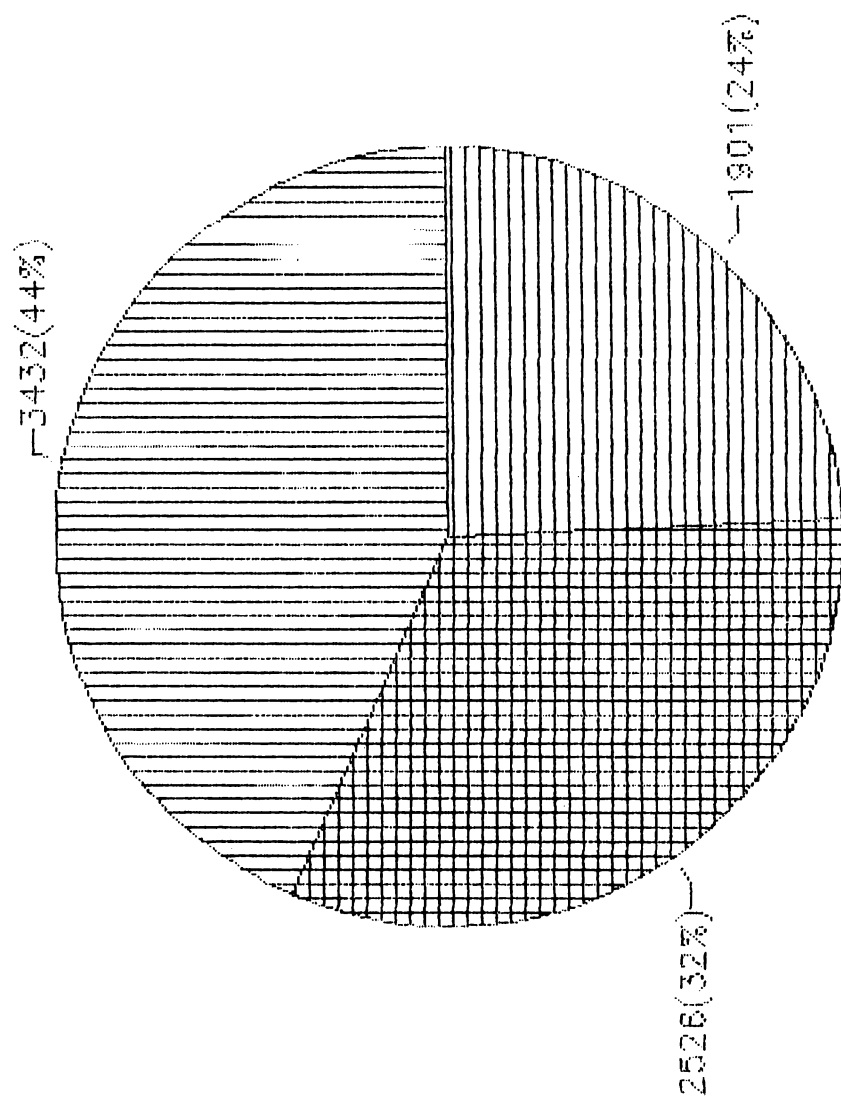
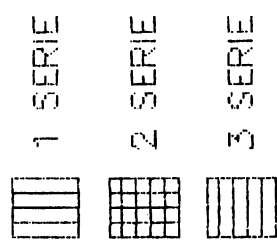
Nº DE ORDEM	POLOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	COLÉGIO SEDE	DEMANDA HORAS
01	Apucarana	13	Colégio Estadual Nilo Cairo	40 h.
02	Área Metropolitana (Araucária)	13	Col. Est. Professor Júlio Syzimanski	40 h.
03	Campo Mourão	05	Colégio Est. João D'Oliveira Gomes	20 h.
04	Cascavel	09	Colégio Estadual Wilson Jofre	20 h.
05	Cianorte	11	Colégio Estadual de Cianorte	40 h.
06	Cornélio Procópio	16	Colégio Estadual Cristo Rei	40 h.
07	Curitiba	10	Instituto de Educação do Paraná	40 h.
08	Foz do Iguaçu	04	Colégio Estadual Barão do Rio Branco	20 h.
09	Francisco Beltrão	18	Colégio Estadual Mário de Andrade	40 h.
10	Guarapuava	05	Colégio Est. Francisco C. Martins	20 h.
11	Irati	07	Colégio Estadual São Vicente de Paula	20 h.
12	Ivaiporã	07	Colégio Estadual Barbosa Ferraz	20 h.
13	Jacarezinho	20	Colégio Estadual Rui Barbosa	40 h.
14	Londrina	14	Instituto de Educação Est. de Londrina	40 h.
15	Maringá	23	Instituto de Educação de Maringá	40 h.
16	Paranaquã	05	Inst. de Educação Caetano M. da Rocha	20 h.
17	Paranavai	21	Colégio Estadual de Paranavai	40 h.
18	Pato Branco	09	Colégio Estadual de Pato Branco	20 h.
19	Ponta Grossa	14	Inst. Estadual Prof. Cezar Prieto Martínez	40 h.
20	Toledo	09	Colégio Estadual Willie Barth	20 h.
21	Umuarama	13	Colégio Estadual Pedro II	40 h.
	TOTAL:262.....

TOTAL DE MATRICULAS DO CURSO DE MAGISTERIO
DOS COLEGIOS SEDE DOS POLOS - ANO 1989



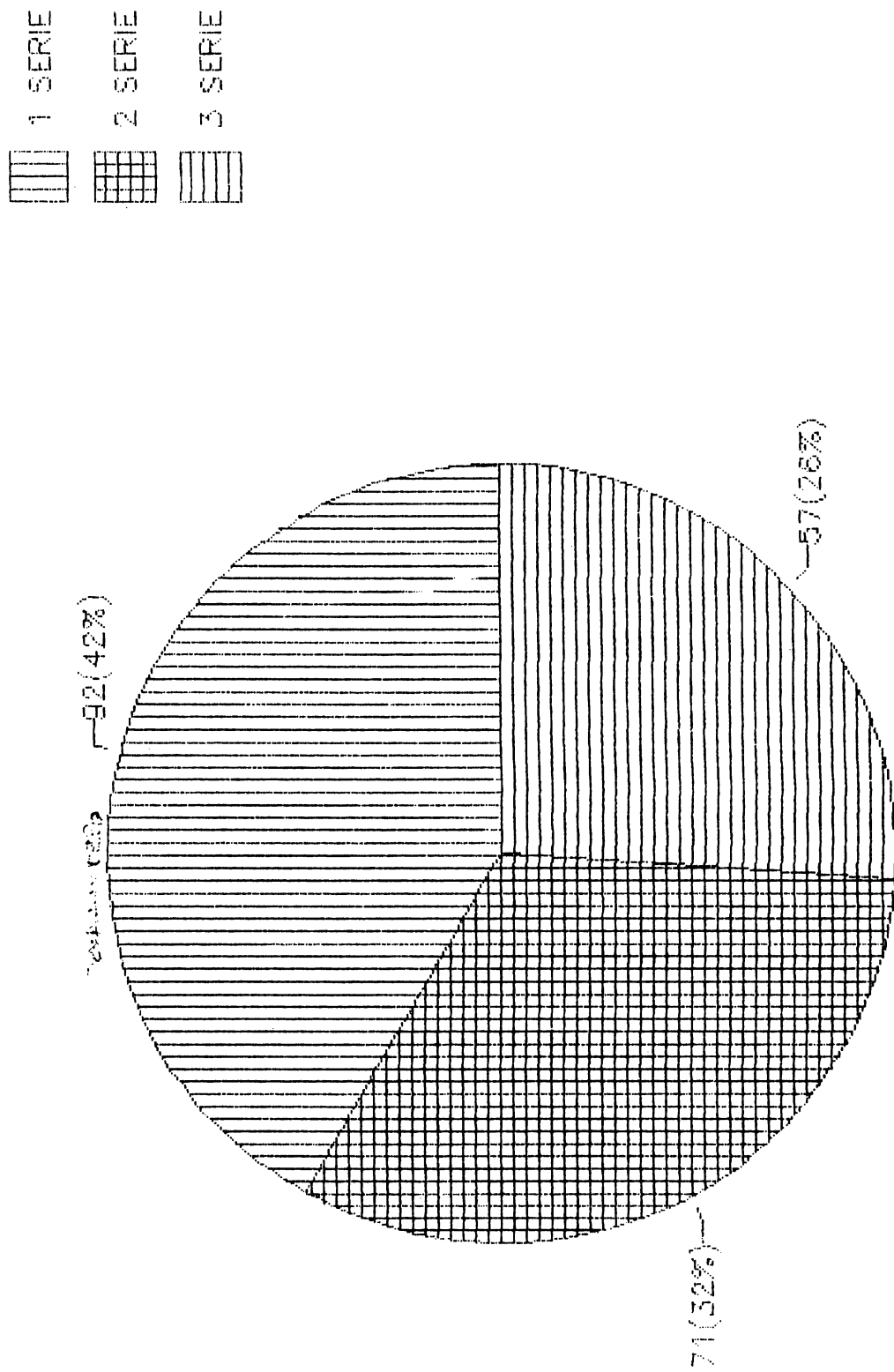
Colegios Sede dos Polos de Magisterio

Distribuição de Matrícula por Serie



Colegios Sede dos Polos de Magisterio

Distribuição de Turmas por Serie



PROJETO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO

- CRONOGRAMA DE ATIVIDADES -

Nº	ATIVIDADE	PERÍODO
01	Elaboração do Projeto de Avaliação da atual proposta curricular da Habilitação Magistério	Abril/88
02	Formação da Comissão de Avaliação (Professores/Consultores)	Maio/88
03	Encontro dos Pólos de Magistério	19 e 20/05/88
04	Encontro dos Grupos de Trabalho de Formação Especial	30/05 a 03/06/88
05	Trabalho dos Pólos de Magistério nas regiões	Maio/Junho-88
06	Encontro para Compatibilização dos Conteúdos Curriculares de Núcleo Comum e Formação Especial	11 a 15/07/88
07	Elaboração da Proposta Curricular da Habilitação Magistério	25 a 29/07/88
08	Elaboração do Documento Final com os resultados da avaliação	Agosto/88
09	Elaboração do Documento Final com a Proposta para a Habilitação Magistério	Agosto/88
10	Apresentação da Proposta na Câmara do Ensino de 2º Grau do CEE	Setembro/88
11	Encaminhamento da Proposta ao Conselho Estadual de Educação	Setembro/88
12	Planejamento para Implantação da Proposta no ano letivo de 1989	Outubro/Dezembro-88

Deliberação nº 22/79

NOME DO ESTABELECIMENTO:

LOCALIDADE:

CURRÍCULO DA HABILITAÇÃO PLENA:

ANO DE IMPLANTAÇÃO: _____ DURAÇÃO: 3 anos HORAS: 2890 TURNO: D/N

	M A T É R I A S	S É R I E S			TOTAL H/AUL	
		1. ^a	2. ^a	3. ^a		
NÚCLEO COMUM	COMUNICAÇÃO	Língua Portuguesa e Lit. Brasileira	2	3	3	272
		Língua Estrangeira Moderna *	-	-	2	68
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	3	-	-	102
		História	-	3	-	102
		Org. Social e Política Brasileira	-	-	1	34
	CIÊNCIAS	Matemática	2	2	2	204
Ciências Físicas e Biológicas		4	5	2	374	
	Subtotal					
ART. 7º	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	2	-	-	68	
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	204	
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	1	-	-	34	
	PROGRAMAS DE SAÚDE	1	-	-	34	
	ENSINO RELIGIOSO	1	-	-	34	
	Subtotal					
MÍNIMO FIXADO PARA A HABILITAÇÃO	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	4	6	7	578	
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU	-	4	-	136	
	DIDÁTICA	3	4	8	510	
	Subtotal	7	14	15	1224	
PARTE DI- VERSIFICADA	ESTUDOS COMPLEMEN- TARES	EDUCAÇÃO GERAL				
		FORMAÇÃO ESPECIAL	4			136
	Subtotal					
	TOTAL GERAL DE HORAS/AULA DO CURSO	29	29	27		

Deliberação nº 22/79

LOCALIDADE:

CURRÍCULO PLENO PARA A HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: _____ DURAÇÃO: 3 anos HORAS: 2890 TURNO: D/N.

	DISCIPLINAS, ÁREAS DE ESTUDO, ATIVIDADES	SÉRIES				SO- MA
		1. ^a	2. ^a	3. ^a		
EDUCAÇÃO GERAL	LÍNGUA PORT. E LITERATURA BRASILEIRA	2	3	3		272
	(Língua Estrangeira Moderna)*	-	-	2		68
	GEOGRAFIA	2	-	-		68
	HISTÓRIA	-	2	-		68
	ORG. SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA	-	-	1		34
	MATEMÁTICA	2	2	2		204
	FÍSICA	-	2	2		136
	QUÍMICA	2	2	-		136
	BIOLOGIA	2	1	-		102
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	2	-	-		68
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2		204
	PROGRAMAS DE SAÚDE	1	-	-		34
	ENSINO RELIGIOSO	1	-	-		34
	TOTAL	16	14	12	42	1428
FORMAÇÃO ESPECIAL	PSICOLOGIA GERAL E SOCIAL	4	-	-		136
	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	-	2	-		68
	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM	-	-	3		102
	BIOLOGIA EDUCACIONAL	-	2	-		68
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	-	2	-		68
	SOCIOLOGIA EDUCACIONAL	-	-	2		68
	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	-	-	2		68
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU E ESTATÍSTICA APLICADA	-	4	-		136
	DIDÁTICA GERAL	3	-	-		102
	D.E. COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	-	2	2		136
	D.E. DA MATEMÁTICA	-	2	2		136
	D.E. INTEGRAÇÃO SOCIAL	-	-	2		68
	D.E. CIÊNCIAS NATURAIS	-	-	2		68
	LITERATURA INFANTIL	2	-	-		68
	GEOGRAFIA DO PARANÁ	1	-	-		34
	HISTÓRIA DO PARANÁ	-	1	-		34
	R.AUDIO VISUAIS E EDUC. ARTÍSTICA	3	-	-		102
	TOTAL	13	15	15	43	1462

PRÁTICA DE ENSINO

300

* Especifica

29

29

27

" PROJETO MAGISTÉRIO EM NOVA DIMENSÃO "
PLANO DE ESTUDOS (ORIGINAL)

MATÉRIAS/DISCIPLINAS	SÉRIES		
	1ª	2ª	3ª
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	03	03	04
HISTÓRIA E O.S.P.B.	02	02	-
GEOGRAFIA	03	-	-
MATEMÁTICA	03	02	03
FÍSICA	-	03	-
BIOLOGIA	03	02	-
QUÍMICA	03	-	-
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	02	-	-
EDUCAÇÃO FÍSICA	02	02	02
PSICOLOGIA	03	02	03
FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	-	02	02
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	-	-	03
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1ª GRAU	-	02	-
DIDÁTICA GERAL	02	-	-
ALFABETIZAÇÃO	-	02	-
METODOLOGIA DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO DE 1ª GRAU	-	06	06
PRÁTICA DE ENSINO*	02	04	06
PARTE DIVERSIFICADA	02	-	02
T O T A L	28	28	25

(*) OBS: A Prática de Ensino será dada em forma de Estágio Supervisionado, em período diverso.

DURAÇÃO: 3 ANOS

CARGA HORÁRIA: 2924

	DISCIPLINAS	SÉRIES			TOTAL H/AULA
		1ª	2ª	3ª	
EDUCAÇÃO GERAL	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	3	3	3	306
	(LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA)	-	-	2	60
	GEOGRAFIA	3	-	-	102
	HISTÓRIA	2	2	-	136
	OSPB *	-	-	-	-
	MATEMÁTICA	3	2	2	230
	FÍSICA	-	2	2	136
	QUÍMICA	3	1	-	136
	BIOLOGIA	3	-	-	102
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA **	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	204
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	-	-	60
	PROGRAMAS DE SAÚDE ***	-	-	-	-
	ENSINO RELIGIOSO	-	-	1	36
SUB-TOTAL	21	12	12	1530	
FORMAÇÃO ESPECIAL	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	-	-	3	102
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	-	2	-	60
	PSICOLOGIA	3	-	-	102
	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	-	2	2	136
	BIOLOGIA EDUCACIONAL	-	2	-	60
	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	-	-	3	102
	ESTRUTURA E FUNÇ. DO ENS. DE 1º GRAU E ESTATÍSTICA APLICADA	-	2	2	136
	DIDÁTICA GERAL	2	-	-	60
	ALFABETIZAÇÃO	-	2	-	60
	D.E. COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	-	2	2	136
	D.E. MATEMÁTICA	-	2	2	136
	D.E. INTEGRAÇÃO SOCIAL	-	2	-	60
	D.E. CIÊNCIAS NATURAIS	-	-	2	60
	SUB-TOTAL	5	16	16	1250
PARTE DIVERSIFICADA	**** EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL/EDUCAÇÃO DE ADULTOS/EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL/EDUCAÇÃO ESPECIAL/METODOLOGIA CIENTÍFICA/LITERATURA INFANTIL/RECURSOS ÁUDIO-VISUAIS.	2	2	-	136
	SUB-TOTAL	2	2	-	136
	PRÁTICA DE ENS. -ESTÁGIO SUPERVISIONADO	2	4	6	600
	TOTAL GERAL DO CURSO	28	30	20	2924

(*) Em conjunto em História

(**) Em conjunto com História

(***) Em conjunto com Biologia Educacional

(****) O Estabelecimento de Ensino terá opção por 2 conteúdos.

Nome do Estabelecimento:

Localidade:

CURRÍCULO DA HABILITAÇÃO: Magistério

Ano de Implantação:

Deliberação nº 21/86

N.R.E.:

Duração: 3 anos

Horas: 2958

Turno: D/N

199

M A T É R I A S		Séries			Total h/aula		
		1ª	2ª	3ª			
NÚCLEO COMUM	PORTUGUÊS	Língua Portuguesa e Literatura			306		
	LÍNGUA ESTR. MODERNA	Língua Inglesa			68		
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			102		
		História			136		
		O.S.P.B.			34		
	MATEMÁTICA	Matemática			238		
	CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Biológicas			374		
	SUB-TOTAL		17	10	10	1258	
	ARTIGO 7º	Educação Moral e Cívica *					
		Educação Física			204		
Educação Artística			68				
Programas de Saúde **							
Ensino Religioso			34				
SUB-TOTAL		4	2	3	306		
PARTE DIVERSIFICADA	MÍNIMO FIXADO P/ HABILITAÇÃO	Fundamentos da Educação			578		
		Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau			136		
		Didática			544		
		SUB-TOTAL		5	16	16	1258
		Estudos Complem	Opção do Estabelecimento			136	
SUB-TOTAL		2	2		136		
TOTAL GERAL							
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		2	4	6	408		

(*) Conteúdos incorporados à disciplina de História.

(**) CONTEUDOS INCORPORADOS A DISCIPLINA DE BIOLOGIA:

Localidade:
CURRÍCULO PLENO DA HABILITAÇÃO; Magistério
Ano de Implantação: 1986

N.R.E.: Deliberação nº 21/86

Duração: 3 anos Horas: 2.958 Turno: D/N

200

DISCIPLINAS, ÁREAS DE ESTUDO, ATIVIDADES		Séries			Total h/aula	
		1ª	2ª	3ª		
NÚCLEO COMUM	Língua Portuguesa e Literatura	3	3	3	306	
	Língua	-	-	2	68	
	Geografia	3	-	-	102	
	História	2	2	-	136	
	Organização Social e Política do Brasil	-	-	1	34	
	Matemática	3	2	2	238	
	Física	-	2	2	136	
	Química	3	1	-	136	
	Biologia	3	-	-	102	
	Educação Moral e Cívica *	-	-	-		
	Educação Física	2	2	2	204	
	Educação Artística	2	-	-	68	
	Programas de Saúde **	-	-	-	-	
	Ensino Religioso	-	-	1	34	
SUB-TOTAL		21	12	13	1564	
PARTE DIVERSIFICADA	Mínimo Fixado para Habilitação	Filosofia da Educação	-	-	3	102
		História da Educação	-	2	-	68
		Psicologia	3	-	-	102
		Psicologia Educacional	-	2	2	136
		Biologia Educacional	-	2	-	68
		Sociologia da Educação	-	-	3	102
		Estrutura e Func.do Ens.1º Grau e Estatística Aplicada	-	2	2	136
		Didática Geral	2	-	-	68
		Alfabetização	-	2	-	68
		Didática de Português	-	2	2	136
		Didática de Matemática	-	2	2	136
		Didática de Estudos Sociais	-	2	-	68
		Didática de Ciências	-	-	2	68
	SUB-TOTAL		5	16	16	1258
Est. Compl.	(Opção do Estabelecimento)	2	2	-	136	
SUB-TOTAL		2	2	-	136	
TOTAL GERAL		28	30	29	2958	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		2	4	6	408	

(*) Conteúdos incorporados à disciplina de História.

(**) CONTEUDOS INCORPORADOS A DISCIPLINA DE BIOLOGIA

Nome do Estabelecimento:.....

Localidade:.....NRE:.....

Currículo da Habilitação Plena: Magistério

Ano de Implantação:.....Duração:...4 anos...Horas:...4.104..Turno:...DIURNO.....

(Implantação Gradativa)

módulo:36

M A T É R I A S		Série				Total Hora/aula		
		1ª	2ª	3ª	4ª			
N U C L E O	PORTUGUÊS	Língua Portuguesa e Literatura	3	2	2	2	324	
	LÍNGUA ESTR.MODERNA	Opção do Estabelecimento	--	--	--	2	72	
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	2	2	--	--	144	
		História	2	2	--	--	144	
		O.S.P.B	--	--	2	--	72	
	MATEMÁTICA	Matemática	3	2	2	2	324	
	CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Biológicas	6	4	2	2	504	
	SUB-TOTAL		16	12	08	08	1.584	
	C O M U M	ARTIGO 7º	Educação Moral e Cívica *	--	--	--	--	---
			Educação Física	2	2	2	--	216
Educação Artística			--	1	--	--	36	
Programas de Saúde **			--	--	--	--	---	
Ensino Religioso			--	--	--	--	---	
Sub-Total		2	3	2	--	252		
P A R T E	MÍNIMO FIXADO PARA HABILITAÇÃO	Fundamentos de Educação	6	6	4	2	648	
		Estrut.e Func.do Ensino de 1º Grau	--	--	2	--	72	
		Didática	--	4	9	11	864	
	Sub-Total		06	10	15	13	1.584	
	D I V E R S I F.	ESTUDOS COMPLEMENTARES	Introd.à Metodol.Científica ***	1	--	--	--	36
Fundam.da Educação Pré-Escolar			--	--	--	2	72	
Opção do Estabelecimento			--	--	--	2	72	
Sub-Total		01	--	--	04	180		
T o t a l		25	25	25	25	3.600		
Estágio Supervisionado		2	2	4	6	504		
Total Geral do Curso		27	27	29	31	4.104		

(*) Conteúdos incorporados à disciplina História

(**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional

(***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino

Estabelecimento: _____ Deliberação nº 02/90 202

Município: _____ NRE: _____

Currículo Pleno da Habilitação: Magistério Módulo: 36 (Implantação Gradativa)

Ano de Implantação: _____ Duração: 4 anos Horas: 4.104 Turno: DIURNO

D I S C I P L I N A S		Série				TOTAL	
		1ª	2ª	3ª	4ª		
N U C L E O C O M U M	Língua Portuguesa e Literatura	3	2	2	2	324	
	Língua Estrangeira Moderna (Opção do Estabelecimento)	--	--	--	2	72	
	Geografia	2	2	--	--	144	
	História	2	2	--	--	144	
	Organização Social e Política do Brasil	--	--	2	--	72	
	Matemática	3	2	2	2	324	
	Física	--	--	2	2	144	
	Química	3	2	--	--	180	
	Biologia	3	2	--	--	180	
	Educação Moral e Cívica *	--	--	--	--	---	
	Educação Artística	--	1	--	--	36	
	Educação Física	2	2	2	--	216	
	Programas de Saúde **	--	--	--	--	---	
	Ensino Religioso	--	--	--	--	---	
Sub-total		18	15	10	08	1836	
P A R T E D I V E R S I F I C A D A	M I N I M O F I X A D O P A R A H A B I L I T A Ç Ã O	Filosofia da Educação	--	--	2	2	144
		Sociologia da Educação	2	2	--	--	144
		História da Educação	2	2	--	--	144
		Psicologia da Educação	2	2	--	--	144
		Biologia Educacional	--	--	2	--	72
		Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	--	--	2	--	72
		Didática	--	2	2	--	144
		Metodologia do Ens.de Português - Alfabetização	--	2	--	--	72
		Metodologia do Ensino de Português	--	--	2	2	144
		Metodologia do Ensino de Matemática	--	--	2	2	144
		Metodologia do Ensino de História	--	--	--	2	72
		Metodologia do Ensino de Geografia	--	--	--	2	72
		Metodologia do Ensino de Ciências	--	--	--	2	72
		Metodologia do Ensino de Educação Física	--	--	1	1	72
Metodologia do Ensino de Arte	--	--	2	--	72		
Sub-total		06	10	15	13	1584	
Estud Comp	Opção do Estabelecimento	Introdução à Metodologia Científica ***	1	--	--	--	36
		Fundamentos da Educação Pré-Escolar	--	--	--	2	72
		Opção do Estabelecimento	--	--	--	2	72
Sub-total		01	--	--	04	180	
T O T A L		25	25	25	25	3600	
Estágio Supervisionado		2	2	4	6	504	
Total Geral do Curso		27	27	29	31	4104	

(*) Conteúdos incorporados à disciplina História

(**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional

(***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino

Nome do Estabelecimento: _____

Localidade: _____ NRE: _____

Currículo da Habilitação Plena: Magistério _____

Ano de Implantação: _____ Duração: --4anos-- Horas: -3.572- Turno: --NOTURNO--

(Implantação Gradativa) módulo: 38

M A T É R I A S		Série				Total	
		1ª	2ª	3ª	4ª	Hora/aula	
N U C L E O C O M U M	PORTUGUÊS	Língua Portuguesa e Literatura				304	
	LÍNGUA ESTR.MODERNA	(Opção do Estabelecimento)				76	
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia				114	
		História				114	
		O.S.P.B				38	
	MATEMÁTICA	Matemática				304	
	CIÊNCIAS	Ciências Físicas e Biológicas				304	
	SUB-TOTAL		11	11	05	06	1.254
	ARTIGO 7º	Educação Moral e Cívica *				---	
		Educação Física				228	
Educação Artística				38			
Programas de Saúde **				---			
Ensino Religioso				---			
Sub-Total		2	2		--	266	
P A R T E D I V E R S I F	MÍNIMO FIXADO PARA HABILITAÇÃO	Fundamentos da Educação				532	
		Estrut. e Func. do Ensino de 1º Grau				76	
		Didática				874	
	Sub-Total		06	07	14	12	1.482
	ESTUDOS COMPLEMENTARES	Introdução à Metodol. Científica ***				38	
Opção do Estabelecimento				76			
Sub-Total		1	--	--	2	114	
Total		20	20	22	20	3.116	
Estágio Supervisionado		2	2	3	5	456	
Total Geral do Curso		22	22	25	25	3.572	

(*) Conteúdos incorporados à disciplina História.

(**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional

(***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino

Estabelecimento: _____

Município: _____

NRE: _____

Currículo Pleno da Habilitação: Magistério

Módulo:38

(Implantação Gradativa)

Ano de Implantação: _____

Duração: 4 anos

Horas: 3.572

Turno: NOTURNO

D I S C I P L I N A S		Série				TOTAL	
		1ª	2ª	3ª	4ª		
N U C L E O C O M U M	Língua Portuguesa e Literatura	2	2	2	2	304	
	Língua Estrangeira Moderna (Opção do Estabelecimento)	--	--	--	2	76	
	Geografia	3	--	--	--	114	
	História	--	3	--	--	114	
	Organização Social e Política do Brasil	--	--	1	--	38	
	Matemática	2	2	2	2	304	
	Física	--	3	--	--	114	
	Química	2	--	--	--	76	
	Biologia	2	1	--	--	114	
	Educação Moral e Cívica *	--	--	--	--	---	
	Educação Artística	--	--	1	--	38	
	Educação Física	2	2	2	--	228	
	Programas de Saúde **	--	--	--	--	---	
Ensino Religioso	--	--	--	--	---		
Sub-total		13	13	08	06	1520	
P A R T E D I V E R S I F I C A D A	MÍNIMO	Filosofia da Educação	--	--	3	--	114
		Sociologia da Educação	3	--	--	--	114
		História da Educação	--	3	--	--	114
		Psicologia da Educação	3	--	--	--	114
		Biologia Educacional	--	2	--	--	76
	FIXA DO PARA HABILITAÇÃO	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	--	--	2	--	76
		Didática	--	2	2	--	152
		Metodologia do Ens.de Português - Alfabetização	--	--	2	--	76
		Metodologia do Ensino de Português	--	--	2	2	152
		Metodologia do Ensino de Matemática	--	--	2	2	152
		Metodologia do Ensino de História	--	--	--	2	76
		Metodologia do Ensino de Geografia	--	--	--	2	76
		Metodologia do Ensino de Ciências	--	--	--	2	76
		Metodologia do Ensino de Educação Física	--	--	--	2	76
Metodologia do Ensino de Arte	--	--	1	--	38		
Sub-total		06	07	14	12	1482	
Estud Compl	Introdução à Metodologia Científica ***	1	--	--	--	38	
	Opção do Estabelecimento	--	--	--	2	76	
Sub-total		01	--	--	02	114	
TOTAL		20	20	22	20	3116	
Estágio Supervisionado		2	2	3	5	456	
Total Geral do Curso		22	22	25	25	3572	

(*) Conteúdos incorporados à disciplina História.

(**) Conteúdos incorporados à disciplina Biologia Educacional.

(***) Conteúdo obrigatório para o Sistema Estadual de Ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 ALVES, Nilda. **A formação de profissionais do ensino e a nova L.D.B.**
- 02 CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.
- 03 CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
- 04 CENAFOR. **Coordenadoria do ensino de 2º grau, habilitação do magistério: a proposta do CENAFOR.** São Paulo, 1986.
- 05 CUNHA, Luiz Antonio. **Educação estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- 06 CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e conjuntura atual.** Belo Horizonte: Revista Educação, julho/85.
- 07 CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- 08 DELIBERAÇÃO Nº 22/79. Conselho Estadual de Educação do Paraná.
- 09 DELIBERAÇÃO Nº 21/86. Conselho Estadual de Educação do Paraná.
- 10 DELIBERAÇÃO Nº 02/90. Conselho Estadual de Educação do Paraná.
- 11 DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.
- 12 DEMO, Pedro. **Precariedades de práticas participativas.** Brasília: PLAN/CPR, agosto/84.
- 13 DEMO, Pedro. **Riscos e desafios de processos participativos.** Brasília: PLAN/CPR, maio/84.
- 14 DESG/SEED. **A formação do professor da escola básica no estado**

- do Paraná.** Documento apresentado na V C.B.E. em Brasília. Curitiba: Setor de Ensino, agosto/88.
- 15 DESG/SEED. **Atribuições dos pólos de magistério.** Curitiba, 1990.
- 16 DESG/SEED. **Diretrizes curriculares para habilitação plena magistério.** Curitiba, 1979.
- 17 DESG/SEED. **Documento síntese do 1º seminário estadual de reorganização do ensino de 2º grau.** Curitiba, junho/84.
- 18 DESG/SEED. **Documento síntese do 2º seminário estadual de reorganização do ensino de 2º grau.** Curitiba, novembro/84.
- 19 DESG/SEED. **Estudo da viabilidade da implantação da proposta curricular.** Curitiba: Setor de Ensino, julho/89.
- 20 DESG/SEED. **Implantação da proposta curricular do curso magistério.** Curitiba: Setor de Ensino, setembro/89.
- 21 DESG/SEED. **Melhoria da qualidade dos cursos de magistério: compromisso de todos.** Curitiba, 1986.
- 22 DESG/SEED. **Ofícios circulares e instruções.** Curitiba, 1983 a 1992.
- 23 DESG/SEED. **Princípios norteadores da reestruturação do ensino de 2º grau no Paraná.** Curitiba, 1988.
- 24 DESG/SEED. **Projeto magistério. Atribuição dos pólos de magistério.** Documento I. Curitiba, março/88.
- 25 DESG/SEED. **Projeto magistério em nova dimensão.** Curitiba, 1985.
- 26 DESG/SEED. **Projeto pedagógico 1987-1990.** Curitiba, 1987.
- 27 DESG/SEED. **Proposta curricular do curso de magistério.** Curitiba, 1985.
- 28 DESG/SEED. **Proposta curricular do curso de magistério. Projeto de avaliação da proposta curricular da habilitação magistério.** Curitiba: Setor de Ensino, 1990.
- 29 DESG/SEED. **Proposta de ação administrativo-pedagógica do departamento do ensino de 2º grau para o quadriênio 1987-1990.** Curitiba, maio/87.

- 30 DESG/SEED. **Proposta de prática de ensino da habilitação magistério.** Curitiba, 1985.
- 31 DESG/SEED. **Proposta de reestruturação do ensino de 2º grau.** Curitiba, maio/88.
- 32 DESG/SEED. **Reestruturação do 2º grau no Paraná.** Curitiba, dezembro/88.
- 33 DESG/SEED. **Reflexões sobre o ensino de 2º grau.** Curitiba, 1983.
- 34 DESG/SEED. **Propostas e realizações no período de março a julho/87.** Curitiba, 1987.
- 35 DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEPAR. **Anais do seminário sobre o magistério para as séries iniciais do ensino de 1º grau.** Curitiba, 1984.
- 36 FUSARI, José Cerchi. **Política nacional para o ensino de 2º grau.** Curitiba, 1986.
- 37 FUSARI, José Cerchi; CORTESE, Marlene Pedro. **Formação de professores a nível de 2º grau.** Caderno de pesquisas. São Paulo, fevereiro/89.
- 38 GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- 39 LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública. A pedagogia crítica-social dos conteúdos.** São Paulo: Ed. Loyola, 1986.
- 40 LIBANEO. José Carlos. **Os conteúdos escolares e sua dimensão crítico-social.** ANDE nº 11. São Paulo, 1986, p. 5-13.
- 41 LOCCO, Leila de Almeida. **A formação do professor para o ensino das disciplinas pedagógicas na escola de 2º grau.** Texto de Concurso Público/UFPR. Curitiba, agosto/85.
- 42 MEC/SEPS/SDE/COES/CENFOR. **Proposta preliminar de uma nova organização curricular para a habilitação específica para o magistério ao nível de 2º grau.** São Paulo, set-out/86.

- 43 MELLO, Guiomar Mano de. **Educação escolar: paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.
- 44 MELLO, Guiomar Mano de; e outros. **Educação e transição democrática**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1987.
- 45 MELLO, Guiomar Mano de. **Fatores intra-escolares como mecanismos de seletividade no ensino de 1º grau**. Educação e Sociedade nº 2. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1979.
- 46 MELLO, Guiomar Mano de. **Magistério**. ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação. São Paulo, 1984, p. 41-45.
- 47 MELLO, Guiomar Mano de. **Magistério de 1º grau: competência técnica do compromisso político**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1987.
- 48 NOVAES, Maria Eliana. **A realidade do ensino de 2º grau: a recuperação da escola normal**. Educação Revista. Belo Horizonte, julho de 1987, p. 86-88.
- 49 PARECER Nº 349/72. Conselho Federal de Educação.
- 50 PIMENTA, Sélma Garrido. **Redefinindo a habilitação magistério. Documento de diretrizes gerais para a habilitação magistério. Projeto subsídios para a organização da escola de 2º grau, habilitação magistério**. Convênio PUCSP/MEC/SESG. 1937-1988.
- 51 POLÍTICAS DA SEED/PR: FUNDAMENTOS E EXPLICITAÇÃO. Curitiba, 1984.
- 52 PROCESSO Nº 902/85. Diretrizes Curriculares da Habilitação Magistério. Conselho Estadual de Educação do Paraná.
- 53 RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **A importância política da realização da especialidade da educação**. ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação. São Paulo, 1987, p. 22-26.
- 54 RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1986.
- 55 SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **O papel da didática na formação do professor**. ANDE, ano I, nº 04. São Paulo, 1982. p. 09-18.

- 56 SANTOS, Oder José. **Esboço para uma pedagogia da prática.** Revista Educação. Belo Horizonte, julho/85, p. 19-23.
- 57 SAVIANI, Demerval. **A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira.** ANDE, Revista da Associação Nacional de Educação. São Paulo, 1986, p. 15-23.
- 58 SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- 59 SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- 60 SAVIANI, Demerval. **Filosofia da educação brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- 61 SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.
- 62 SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes.** Lisboa: Moraes Editores, 1977.
- 63 UFPR/PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Ensino público: a articulação possível entre 1º, 2º e 3º graus.** Curitiba, 1991.
- 64 WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor/estado no Paraná tradicional.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1984.
- 65 WACHOWICZ, Lilian Anna. Critérios para profissionalização do educador no Brasil. Departamento de Métodos e Técnicas da Educação - Universidade Federal do Paraná - Jornal da APUFPR (Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná) Ano I, nº 001, Curitiba, 1981, p. 8.
- 66 WACHOWICZ, Lilian Anna. **O método dialético na didática.** Campinas: Papyrus, 1989.
- 67 WARDE, Mirian Jorge. **A formação do magistério a nível de 2º grau.** Curitiba, maio/88.